

MESTRADO
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

AMAZÔNIA, BORRACHA E IMIGRAÇÃO: O CASO FORDLÂNDIA: (1925 – 1945)

Hermes Marques Damasceno Neto

M

2019



Hermes Marques Damasceno Neto

Amazônia, borracha e imigração: o caso Fordlândia (1925 – 1945)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

Amazônia, borracha e imigração: o caso Fordlândia (1925 – 1945)

Hermes Marques Damasceno Neto

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves.

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18

Para minha querida mãe, por todo carinho e dedicação.

SUMÁRIO

Declaração de honra.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Índice de ilustrações.....	11
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Os caminhos de Fordlândia	18
1.2 “Venceram os luso-brasileiros”	24
2 – OS NORTE-AMERICANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	32
2.1 A Amazônia como destino	41
2.2 “Expedição Hastings”: o agente de imigração	48
2.3 “A situação do Sul era desoladora”: a Amazônia e a Guerra Civil Norte-Americana	53
3 – FORDLÂNDIA: A CIDADE EM MEIO À SELVA.....	67
3.1 A concessão de Henry Ford no Pará.....	79
3.2 A Companhia Ford Industrial do Brasil: ascensão de Fordlândia	95
3.3 Entra em crise a Fordlândia	114
4 CONCLUSÃO	130
FONTES E BIBLIOGRAFIA	134
Anexos	143

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, Portugal, 13 de julho de 2019.

Hermes Marques Damasceno Neto

Resumo

No início do século XX, os norte-americanos voltaram seus olhos para a Amazônia, mais precisamente para o Estado do Pará. A empresa de Henry Ford, *Ford Motor Company*, necessitava de borracha, matéria-prima para fazer seus pneus, porém, o alto custo da importação do látex da Ásia levou a um grande investimento, para o desenvolvimento de uma plantação artificial de *Hevea brasiliensis* voltada para a extração do látex em plena Amazônia. Aliado a isso temos o governo brasileiro sedento por promover o desenvolvimento da Amazônia, até então um espaço de poucas dinâmicas econômicas comparadas com outras regiões do Brasil, que acaba por ceder, sem nenhum custo, milhares de hectares de mata nativa, para o projeto de uma cidade em meio à Selva Amazônica, a qual foi chamada de Fordlândia. O projeto de fato tem início em 1927, a cidade contava com uma arquitetura imitando os moldes administrativos e estruturais de uma cidade norte-americana, além de uma moderna usina de energia elétrica, um moderno hospital, e um sistema de distribuição e tratamento de água para o conforto dos trabalhadores que exerciam atividades tanto nas plantações de seringueiras quanto na parte industrial de Fordlândia. O projeto idealizado por Henry Ford foi destaque em todo o território nacional, pois apresentou um modelo de produção nunca antes visto na Amazônia. Antes que qualquer maquinário ligado às empresas Ford estivesse presente nessa região, temos a questão da imigração de norte-americanos também na região do Tapajós, ainda no século XIX, e que acaba servindo como pano de fundo para a compreensão das dinâmicas que compõem a região amazônica.

Palavras-chave: Amazônia, Borracha, Fordlândia, Imigração.

Abstract

At the beginning of the 20th century the Americans turned their eyes to the Amazon, precisely to the state of Pará. Henry Ford's Company, Ford Motor Company, needed rubber, raw material to make its tires, but the high cost of importing latex from Asia led him to make a major investment for the development of an artificial plantation of *Hevea brasiliensis* aimed at the extraction of latex in Amazon. Allied to this we have the Brazilian government greedy to promote the development of the Amazon, until then a space of few economic dynamics compared with other regions of Brazil. It ends up giving away, at no cost, thousands of hectares of native forest, for the project of a city in the middle of the Amazon jungle which was called Fordlândia. The project began in 1927. The city had an architecture that mimicked the administrative and structural forms of an American city, as well as a modern electric power plant and a modern hospital and a water distribution and treatment system for the comfort of the workers who worked in both the rubber plantations and the industrial part of Fordlândia. The project devised by Henry Ford was prominent throughout the national territory, as it presented a model of production never seen before in the Amazon. Before any machinery connected Ford companies were present in this region, we have the issue of immigration of Americans also in the region of the Tapajós still in the nineteenth century, and that serves as backgrounds to understand the dynamics that make up the Amazon region.

Keywords: Amazon, Rubber, Fordlândia, Immigration.

Índice de ilustrações

FIGURAS

Figura 1: Mapa da Bolívia antes da Guerra do Acre.....	30
Figura 2: Movimento marítimo no rio Amazonas.....	33
Figura 3: Mapa do Império do Brasil.....	35
Figura 4: Mapa do estado do Pará.....	43
Figura 5: Rota do navio <i>South America</i>	52
Figura 6: Quantidade de famílias estrangeiras em Santarém.....	54
Figura 7: Mapa dos Estados Unidos.....	56
Figura 8: Relatório da presidência do Pará.....	64
Figura 9: Seringueiros na Amazônia.....	72
Figura 10: Notícia de jornal sobre Henry Ford.....	85
Figura 11: Relatório técnico sobre as áreas de cultivo.....	89
Figura 12: Trabalhos em Fordlândia.....	92
Figura 13: Áreas de Belterra e Fordlândia.....	95
Figura 14: Trabalhadores.....	98
Figura 15: Queimadas.....	99
Figura 16: Notícia de jornal.....	104
Figura 17: Desembarque de matérias no porto em Fordlândia.....	108
Figura 18: Primeiras estruturas em Fordlândia.....	110
Figura 19: Vila operária.....	112
Figura 20: Planta de Fordlândia.....	114
Figura 21: Plantação de seringueiras.....	121
Figura 22: Demonstrativo do “mal das folhas”	123
Figura 23: Área de Belterra.....	128

GRÁFICO

Gráfico 1: Número de trabalhadores em Fordlândia 1928 – 1933.....	118
---	-----

QUADRO

Quadro 1: Localização dos sulistas norte-americanos no Brasil.....	64
--	----

1 INTRODUÇÃO¹

A presente dissertação procura contribuir para o panorama da historiografia amazônica. Junta-se, assim, a uma diversidade de trabalhos que, ao longo dos últimos anos, se têm debruçado sobre diferentes perspectivas da região, procurando compreender a complexidade deste mosaico natural e humano que integra o Brasil. Tendo em conta a temática abordada, escolhemos o título – *Amazônia, borracha e imigração: o caso Fordlândia (1925 – 1945)* – para identificar este relatório de investigação, que persegue o objetivo de contribuir para esse acumulado historiográfico que tem vindo a mostrar as ocorrências desenroladas no espaço amazônico, revelando uma larga área regional com matizes muito variados.

Os eventos históricos regionais da Amazônia foram responsáveis pela formação da contemporaneidade histórica da região. Com isso, foi necessário delimitar um tema. A partir daí, observou-se, diante de orientações do Professor Jorge Fernandes Alves (Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP), que existia a possibilidade de discutir de que forma ocorreu a implantação da cidade conhecida como *Fordlândia*, uma cidade implantada à margem do rio Tapajós, a 250 km ao sul da cidade de Santarém - Pará (Brasil), com terras concedidas pelo governo brasileiro, que teve como objetivo servir como suporte para as plantações de seringueira para a extração de látex. Suas atividades foram coordenadas pela *Companhia Ford Industrial do Brasil* até o ano de 1945.

As relações que levaram à sua implantação quase que de modo “instantâneo” na Selva Amazônica acabam criando possibilidades de discussões para a compreensão desse importante período da História que foi composto por intensas transformações do espaço amazônico.

A Fordlândia foi uma cidade-empresa inteiramente construída de modo artificial em meio à Floresta Amazônica, tendo como característica mais marcante ser composta por um modelo estrutural arquitetônico e administrativo norte-americano. Teve como principal objetivo fornecer o suporte necessário para os trabalhadores do maior projeto privado já implementado ao Norte do Brasil.

Seguidamente, para que fosse possível a compreensão desse importante acontecimento histórico, ocorrido no início do século XX, fez-se necessário fornecer uma breve contextualização dos motivos que levaram o milionário Henry Ford² (1863 – 1947) a engajar

¹ Respeitaram-se, nesta dissertação, a terminologia e a sintaxe típica do brasileiro. Adotaram-se as normas técnicas da ABNT (NBR 14724/2011).

² Empreendedor estadunidense fundador da *Ford Motor Company* e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série, de forma a diminuir o tempo ligado à produção com menor custo, sendo responsável pela popularização dos automóveis em todo o mundo com o modelo *Ford T*.

um projeto de grandes proporções em meio a um ambiente hostil e desafiador para o desenvolvimento de quaisquer atividades ligadas ao capitalismo.

Foi relevante destacar algumas estratégias, por parte do governo brasileiro, que proporcionaram uma interação com o capital estrangeiro, com o objetivo de atrair investimentos para a zona menos industrializada e habitada do território brasileiro, nesse caso a Amazônia. O pouco conhecimento sobre a Região Norte do Brasil foi motivo muitas vezes de destaque em meio a imprensa que circulava no período, a qual acabava de certa forma reforçando uma idealização de que o espaço amazônico precisava ser conhecido e “conquistado”³.

A *Ford Motor Company* foi a pioneira no mercado automobilístico, revolucionou as linhas de produção ao implementar a montagem em série. Essa revolução das linhas de produção é conhecida como “fordismo”. Em 1908, tornou-se uma das maiores empresas do mundo no início do século XX, sendo responsável pela criação do conceito de carros populares, criando o modelo *Ford T*. Nesse período, uma das principais matérias-primas necessárias para a produção dos pneus utilizados nos carros da época era a borracha natural, o que tornava o mercado norte-americano o principal consumidor desse material. Diante desse mercado temos a Inglaterra, que atuava como a principal fornecedora de borracha diretamente para a indústria estadunidense, pois era responsável por 54% de toda produção mundial⁴.

Dentro desse contexto de produção e consumo, a oferta de borracha no mercado internacional acabava por ser vasta no início do século XX, isso se deve pelo centro de cultivo que foi desenvolvido pelos ingleses no sudeste asiático, a partir de uma aclimação da árvore de seringueira amazônica (*Hevea brasiliensis*), o que ocasionou uma desvalorização acelerada no mercado, fruto da vasta oferta do produto, obrigando a principal extratora de látex (Inglaterra) a adotar uma série de medidas para frear essa constante. Tais manobras econômicas ficaram conhecidas como plano *Stevensons*⁵, que teve como objetivo controlar os volumes de exportação.

Ao colocarmos em análise o quadro econômico do mercado da borracha envolvendo a *Ford Motor Company*, torna-se claro que algumas manobras administrativas teriam que ser tomadas com o objetivo de buscar uma autonomia no que diz respeito à matéria-prima que compreendia a fabricação dos pneus, o látex. A alternativa encontrada foi investir em uma plantação de seringueiras (*heveicultura*) de forma ordenada, permitindo que a empresa de

³ **Jornal Diário Nacional**. 7 de mar. de 1928, p. 1.

⁴ COSTA, Francisco. **Grande capital e agricultura na Amazônia: A Experiência de Ford no Tapajós**, 2ª edição, Belém, 2012, p. 37.

⁵ *Ibidem*, 2012, p. 39.

Henry Ford se tornasse autossuficiente no que diz respeito à borracha, tomando como base o modelo de trabalhar dos ingleses na Ásia.

Nesse caso específico, referente a um investimento para a instalação de uma plantação de seringueiras, vale destacar que a matéria-prima seria direcionada diretamente para a produção dos pneus automobilísticos e outros periféricos do modelo *Ford T*. Em resumo, existia uma necessidade crescente de látex por parte da produção norte-americana, impulsionada pelo setor automobilístico; somado a isso, tinha-se as regulamentações e manobras inglesas perante o mercado internacional, sendo esses os dois fatores que acabaram por fomentar a criação de uma plantação direcionada por parte da empresa Ford.

Em 1927, já era de conhecimento público o desejo de implantação em terras brasileiras de um projeto⁶ financiado por Henry Ford, que tinha como objetivo oficial o cultivo da árvore de seringueira de forma artificial, chefiada e gerida pela *Companhia Ford Industrial do Brasil*. O projeto teria como base de apoio, paralelamente, uma cidade em formato de assentamento. O local escolhido ficaria localizado às margens do rio Tapajós, no estado do Pará, a 48 km de Belterra⁷, em terras pertencentes anteriormente ao Município de Aveiro (Pará), ao sul de Santarém.

O local foi previamente visitado por uma expedição financiada por Henry Ford, em 1923, chefiada por Carl D. LaRue, botânico do campus de Ann Arbor, da Universidade de Michigan, com o objetivo de encontrar um bom lugar para plantar seringueira em larga escala para a exploração da área da melhor maneira possível, sendo seu parecer favorável do ponto de vista técnico:

A vegetação é muito luxuriante, com muitas chuvas e boa drenagem [...]. O solo era rico, com tonalidade de vermelho e amarelo. Vimos muitas boas árvores antigas e não há dúvida de que muitas renderiam até um galão de látex por dia. O local era alto o suficiente para ficar fora do alcance de mosquitos, composto por grande parte de platôs cortados por cursos d'água e sem pântano, tornando o local perfeito para um assentamento⁸.

O projeto foi batizado de Fordlândia⁹, uma cidade em meio à Amazônia, com características arquitetônicas e administrativas no modelo norte-americano. Contava com uma

⁶ **Jornal República**. 4 de set. de 1927. p. 1.

⁷ GARFIELD, Seth. **In search of the Amazon**, 1ª edição, Durham e London, 2013, p. 63.

⁸ GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e Queda da Cidade Esquecida de Henry Ford na Selva**, Edição brasileira, Rio de Janeiro, 2010, p. 98.

⁹ É importante ressaltar que o nome *Fordlândia* só aparece nos jornais apenas em 1930. Antes disso, outros títulos ao projeto eram dados por meio dos jornais, como: “a cidade de Henry Ford” ou mesmo “a cidade-empresa”.

estrutura moderna para os padrões da região, por exemplo: usina elétrica, estradas pavimentadas, serraria, unidade de tratamento de água. A estrutura da cidade contava com mais de mil edifícios, todos em arquitetura norte-americana, erguidos em meio à Floresta Amazônica.¹⁰

É importante ressaltar que, dentro do contexto histórico apresentado anteriormente, o plano de analisar essas ocorrências nasce diante de um desejo de contribuir, dentro do ponto de vista histórico, com a Região Norte do Brasil. Desse modo, tendo em vista um panorama histórico amazônico, é relevante destacar que, muitas vezes, dentro da historiografia brasileira, tida como mais tradicional, esse ponto de análise é deixado de lado ou apresentado de forma reduzida.

Neste contexto, observou-se que seria pertinente delimitar um objeto, pois que, durante o desenvolvimento da pesquisa, mostrou-se viável compreender as relações que deram origem a um episódio histórico envolvendo a região amazônica, conhecido como Fordlândia, que envolveu capital financeiro de origem estrangeira, mercado internacional, crise da borracha e imperialismo norte-americano, proporcionando, por isso mesmo, vários caminhos de análise. Dentro desse ponto, temos que destacar que foram delimitados alguns caminhos a serem abordados mediante as orientações e conversas sobre o desejo de desenvolver o tema. Assim, a pesquisa se baseia principalmente em fontes primárias para o desenvolvimento do tema. Cada um dos capítulos tem a intenção de demonstrar algumas abordagens referentes às problemáticas e dinâmicas que ocorreram na Amazônia no final do século XIX e início do século XX, que acabam por ser determinantes para a implantação da cidade de Fordlândia. Dessa maneira, foram destacados alguns pontos importantes para a interpretação do objeto histórico pretendido.

Com isso, o capítulo 2: *Os norte americanos na Amazônia brasileira*, aborda a questão da presença de famílias norte-americanas na Amazônia ainda no século XIX, em forma de mobilidades que envolveram Brasil e os Estados Unidos. Nesse caso, a mobilidade só foi possível por questões políticas internas, tanto tratando-se de Brasil como de Estados Unidos. Essas dinâmicas que ocorreram entre os dois países foram responsáveis por tornar possível a considerável mobilidade de norte-americanos envolvendo a Amazônia.

Ao decorrer do capítulo 2 é feito um demonstrativo com o objetivo de expor que o interesse dos norte-americanos na Amazônia era bem mais antigo do que no período correspondente a Fordlândia, porque, antes mesmo que qualquer maquinário ligado a Henry Ford rasgasse a floresta amazônica para a implementação das plantações de borracha, já se

¹⁰ GARFIELD, 2013, p. 63.

localizavam, em terras brasileiras, famílias de origem norte-americana desenvolvendo diversas atividades e bem integradas à sociedade brasileira. Para demonstrarmos esse fato, recorreu-se aos jornais, principalmente do Estado do Pará, juntamente com as mensagens dos governadores que foram utilizadas nos respectivos períodos que corresponderam a essas mobilidades. A utilização e análise dessas fontes primárias vem a ser uma das principais contribuições que a presente pesquisa fornece, tendo as fontes um papel importante para assimilar o recorte histórico proposto, pois, por meio destas, foi possível executar algumas reflexões com o propósito de compreender as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que acabaram por permitir as mobilidades que envolveram nacionais norte-americanos para o Brasil.

No mesmo capítulo temos a abordagem sobre o interesse pela abertura para navegação do rio Amazonas pelos norte-americanos, o que causa um “olhar de apreensão” por parte do governo imperial brasileiro, que temia perder território diante dessa “ameaça”, pois que a Amazônia tinha seu espaço pouco povoado e era desconhecida pelo restante do Brasil.

Em torno do capítulo 2, é ainda apresentada a questão da mobilidade norte-americana tendo a Amazônia como destino. As imigrações em questão podem ser interpretadas como resultado de incentivos que foram disponibilizados pelo governo imperial brasileiro para atrair esse específico imigrante (norte-americano). Em seguida, é desenvolvido um contraponto, envolvendo a visão anterior da presença norte-americana e como passa a ser interpretada diante de uma necessidade de mão de obra para a região. Outro ponto destacado a respeito dessa imigração entre os Estados Unidos e o Brasil são os motivos que levaram esse contingente populacional norte-americano a optar por uma das regiões mais remotas do território brasileiro.

Desse modo, para uma compreensão ao decorrer da análise, foi necessário dividir em dois principais pontos o capítulo 2, desenvolvendo uma breve relação entre a Guerra Civil Norte-Americana e a imigração para a Amazônia de moradores do sul dos Estados Unidos – visto que o conflito acaba por criar dificuldades financeiras, como resultado do confronto direto envolvendo o Norte e o Sul do país, que foi responsável por criar um ambiente favorável para que indivíduos e suas famílias buscassem meios de fugir das dificuldades geradas pelo conflito armado, que teve como principal prejudicado a região sul –, e buscando, de igual modo, compreender um pouco sobre o agente de imigração que esteve presente nessa rede de mobilidades entre o Brasil e os Estados Unidos, pois foi por meio dele que foi possível o contato com famílias e indivíduos interessados em fixar morada em terras tropicais; além disso, esse indivíduo foi responsável pelas demarcações das propriedades que seriam fornecidas para os colonos na Amazônia.

Em resumo, a intenção do capítulo 2 foi apresentar alguns elementos que permitam uma compressão do ocorrido que envolveu a presença de norte-americana na Amazônia, em aspecto de imigração anterior aos investimentos de Henry Ford na região, permitindo compreensão das dinâmicas e fluxos que formam a Amazônia brasileira contemporânea.

Dentro da proposta do capítulo 3: *Fordlândia: a cidade em meio à selva*, temos a questão da implantação da cidade-empresa de Fordlândia e os elementos que tornaram possível o empreendimento idealizado por Henry Ford em 1925. O projeto tinha como principal característica a utilização de recursos financeiros provenientes de capital financeiro privado, somados a incentivos fiscais do governo brasileiro. Nesse segundo caso, os incentivos do governo foram fornecidos para tornar viável o projeto em terras amazônicas, pois acreditava-se que com isso o comércio da borracha poderia se reerguer.

Henry Ford pretendia cultivar em Fordlândia a árvore de seringueira (*Hevea brasiliensis*), que é nativa da Amazônia e possui uma alta produtividade. Para isso, depois de extensas negociações entre o governo brasileiro e a *Ford Motor Company*, em 1927 o projeto de Fordlândia é inaugurado. A cidade-empresa tinha como função apoiar as atividades que seriam desenvolvidas nos milhares de hectares de terras que foram concedidas pelo governo. As plantações de seringueira foram desenvolvidas ao redor da cidade, para que dessa forma os trabalhadores tivessem acesso às áreas de cultivo.

A cidade de Fordlândia contava com uma moderna estrutura que seguia rigorosamente os padrões arquitetônicos de cidades norte-americanas do período. Essa estrutura contrastou com a paisagem tropical que se tem na Amazônia, tonando o empreendimento de Henry Ford um atrativo no período, principalmente para os jornais que circulavam na época.

Mesmo com toda a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades ligadas ao cultivo da *Hevea brasiliensis*, existiram elementos que não foram favoráveis para o sucesso do projeto. As terras que foram destinadas para as plantações em Fordlândia não apresentavam as características necessárias para um cultivo em escala industrial. Além disso, vários equívocos técnicos na questão do cultivo acabaram por contribuir para os problemas que foram enfrentados no desenvolvimento do projeto.

As dinâmicas envolvendo a ascensão e a dissolução de Fordlândia são os temas centrais do capítulo 3. Para isso, são apresentados elementos que demonstram como os problemas, tanto técnicos, em relação ao cultivo, como administrativos referentes ao modelo que foi adotado na cidade em termos de organização, foram elementos fundamentais que acabaram levando o projeto da cidade-empresa a não ter o sucesso que era esperado.

1. 1 Os caminhos de Fordlândia

Fez-se necessário verificar, ao longo deste trabalho, o que já havia sido produzido sobre o tema, envolvendo a cidade de Fordlândia e sua implementação, que contivesse informações relevantes, permitindo, dessa forma, a construção de um ponto de partida para a pesquisa pretendida.

Com isso, foram feitos alguns levantamentos de obras publicadas, tais como: livros, teses de conclusões de curso e artigos científicos, que de alguma forma contemplassem o objeto¹¹ histórico (Fordlândia), fornecendo assim elementos necessários para a compreensão desse período e dos acontecimentos que tornaram possível sua concretização.

Como critério de seleção, para a relevância das obras utilizadas ao decorrer da pesquisa, foi jugado quais forneceriam elementos necessários para um enquadramento teórico da problemática a ser desenvolvida. Dessa maneira, uma das obras que demonstraram ter uma grande importância para o tema a ser desenvolvido, mediante sua análise, foi o livro de Francisco de Assis Costa intitulado: *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford Motor Company (1922-1945)*.

Mesmo não pertencendo à área de História propriamente dita, apresenta um excelente panorama do que era a cidade de Fordlândia e das relações que proporcionaram sua implantação em meio à Amazônia, revelando-se de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, porque, com a sua análise, pode-se notar como estavam organizadas as estruturas burocráticas da cidade e como se deram as negociações com o governo brasileiro, tornando possível uma plantação em vasta área de cultivo de árvores de seringueira, tendo uma cidade como apoio. Desse modo, os principais pontos tratados pelo autor podem ser desacatados em:

- os antecedentes que proporcionaram a implantação da empresa brasileira de Henry Ford e as dinâmicas que ocorreram junto aos poderes públicos brasileiros, vigentes no período;
- conjuntura internacional do mercado da borracha juntamente com a necessidade de mercado da América do Norte e as consequências na Amazônia;
- companhia Ford Industrial do Brasil e suas estratégias de negócios/realidade da Amazônia;

¹¹ MARCH, Bloch. **Apologia a História:** Ou o Ofício de Historiador, Edição brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p. 24.

- as estruturas da companhia Ford Industrial do Brasil, como a empresa estava organizada em suas formas hierárquicas;
- relações de trabalho com os moradores locais e a busca por mão de obra na região;
- análise de possíveis causas do término da empreitada amazônica de Henry Ford.

Essencialmente, os pontos abordados na obra têm como objetivo destacar a relação de Henry Ford com o poder público brasileiro, que permitiu uma concessão de terras às margens do rio Tapajós. Além disso, são feitos alguns apontamentos referentes ao fracasso de Fordlândia, o que torna a obra importante para um panorama analítico de modo geral.

Outro livro que se mostrou relevante para o tema foi o do autor Greg Grandin, intitulado *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, que acaba por tratar de uma extensa análise do que representou a implantação da empresa Ford no Brasil. A referente obra acaba por analisar relações dentro da ótica administrativa, além de algumas ligadas ao imperialismo norte-americano e suas influências na perspectiva local (brasileira/amazônica), fornecendo um bom panorama entre as relações internacionais presentes na Amazônia, o que fornece, para a pesquisa, ferramentas para o desenvolvimento de uma análise, tendo como base a perspectiva, tanto a internacional como a nacional, sobre os fatos que culminaram na presença de um capital estrangeiro na Amazônia. Alguns dos pontos colocados em discussão nessa obra e que se mostram de grande importância para a pesquisa são:

- como se deram as negociações com o governo brasileiro e as controvérsias envolvendo corrupção tanto por parte do governo (brasileiro) quanto por parte dos funcionários ligados à empresa Ford;
- é analisado como estava a economia da borracha, de modo que levou à criação de uma plantação artificial;
- a repercussão que o empreendimento teve tanto no Brasil quanto no exterior;
- a estrutura da cidade de Fordlândia e seus modos administrativos, que eram praticados de acordo com a política da empresa;
- os impactos que a população local sofreu com a chegada do capital estrangeiro e as mudanças no cotidiano do morador da floresta;
- as relações de trabalho que a empresa criou, causando até mesmo algumas revoltas, que foram também analisadas e discutidas;

- possíveis causas da ruína de um dos maiores investimentos de capital privado que a Amazônia já viu;
- é feito um balanço de como está hoje o espaço que recebeu esse investimento e como foi abandonado até mesmo pelos poderes públicos locais.

Além disso, é percebido, de certa forma, um discurso que exalta o empreendedorismo de Henry Ford e seu “espírito humanitário”, que tinha como missão, segundo o autor, levar a “civilização” para a Amazônia. Esse aspecto dentro da obra é desnecessário, porém justificável, pois o autor tenta explicar de outro modo os interesses que não fossem a exploração e o lucro com a região. Somando a isso, disserta sobre a História de vida do proprietário e fundador da Ford, tomando grande parte de sua obra; no entanto, entende-se como necessário uma leitura mais aprofundada, porque uma boa parcela foi dedicada ao estudo do caso de Fordlândia, justificando assim sua importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Uma das obras utilizadas nesse primeiro momento que nos permite compreender os parâmetros que possibilitam à Amazônia passar de um lugar inóspito a uma zona promissora para receber investimentos internacionais e nacionais é o livro do sociólogo Samuel Benchimol, intitulado *Amazônia – formação social e cultural*.

Para Benchimol, “a Amazônia é o melhor e maior exemplo de brasilidade que a todos acolhe e os querencia no seu vasto, exótico e estranho mundo – mundo biologicamente rico, mas economicamente pobre.”¹² No decorrer dessa obra, temos uma análise complexa da formação social e cultural da Amazônia, fazendo um levantamento das diferentes contribuições que, ao longo da História, a Região Norte do Brasil de algum modo recebeu. Essas contribuições abordadas pelo autor podem ser basicamente resumidas como imigrações e migrações, ora espontâneas, ora forçadas, como no caso específico dos Africanos, inseridos como mão de obra escrava, que, mesmo com menor expressão em relação a outras regiões brasileiras, tiveram seu destaque. Entre os principais contingentes destacados pelo autor – que tiveram a Amazônia como destino ao longo dos séculos e conseqüentemente acabam por contribuir para sua formação territorial e populacional que se pode observar hoje – estão:

- os portugueses, na colonização e contribuição na formação do espaço cultural amazônico ao longo dos séculos;

¹² BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, formação social e cultural**, 1ª Edição eBook, Manaus, 2013, posição. 104.

- os espanhóis e galegos, na expansão do território amazônico brasileiro, tiveram um papel fundamental, também com contingentes de imigração considerável;
- os africanos, com sua presença em forma de mão de obra escrava, acabam por também estarem inseridos no espaço amazônico, principalmente no nordeste paraense;
- o migrante nordestino, a partir da exploração da borracha, ganha força como uma das mais expressivas presenças no fim do século XIX até início do XX;
- os judeus também tiveram sua participação dentro da formação do espaço amazônico brasileiro, principalmente nas zonas urbanas, ligados ao comércio;
- os norte-americanos, em um primeiro momento com uma colônia ao sul de Santarém, posteriormente com investimentos milionários no início do século XX, como uma tentativa de reerguer a economia da borracha na região, visando a um abastecimento do mercado internacional;
- italianos principalmente ligados ao comércio da zona urbana amazônica;
- japoneses que tiveram um papel importante no desenvolvimento de novas tecnologias referentes ao cultivo de produtos agrícolas e, em um segundo momento, em grandes indústrias e comércio;

É importante ressaltar que vários outros grupos são destacados, a exemplo dos indígenas, que são colocados pelo autor como um dos grandes responsáveis pela formação populacional da Amazônia, principalmente no período colonial, dando origem à população cabocla a partir da miscigenação ocorrida ao longo dos séculos de colonização. Sem a contribuição de índios e caboclos a exploração dessa região seria impossível.¹³

Ao longo dessa obra, pode-se observar que o autor deixa claro que a Região Norte do Brasil sempre ficou de lado dos grandes investimentos nacionais, no decorrer da História, causando, dessa forma, um distanciamento do restante do território nacional. Essa distância é responsável por gerar uma série de problemas sociais e econômicos, que são perpetuados pelos diferentes períodos históricos que a Amazônia passa, além do distanciamento cultural com as demais partes do território nacional. Dessa maneira, podemos considerar que a obra de Samuel Benchimol é indispensável para se montar um panorama sobre o que é a “Amazônia” e o que sua regionalização representa, fornecendo assim mecanismos necessários para a compreensão da formação desse espaço dinâmico e de múltiplas realidades.

¹³ BENCHIMOL, 2013, posição. 320.

Compreender o contexto econômico da Amazônia se mostra fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois, por meio dessa análise, pode-se entender o que levou essa região a receber, no início do século XX, um grande investimento de capital internacional. Além disso, as dinâmicas econômicas anteriores a esses investimentos são apontadas como responsáveis pela expansão dos seus limites territoriais, a exemplo do caso do estado do Acre, envolvendo a exploração da borracha. Nesse aspecto econômico, tem-se a obra do autor Roberto Santos, intitulada *História econômica da Amazônia*.

Para Roberto Santos, a Amazônia vive de ciclos econômicos que são gerados a partir das explorações de seus recursos naturais, ou seja, é compreendido como um sistema frágil e merece ser analisado cuidadosamente. Assim, os pontos que são colocados em análise na sua obra e mostram-se de valor para uma compreensão do sistema econômico da Amazônia, consequentemente, contribuindo para a pesquisa e seus questionamentos, são:

- demonstração das fases da economia da região, divididas em crescimento econômico e decadência;
- abertura da Amazônia para livre navegação internacional;
- fase de expansão, ligadas à exploração da borracha;
- crescimento do imperialismo como forma de ameaça à região;
- mão de obra e o comportamento da população;
- imigração e suas dinâmicas na Amazônia;
- a contribuição nordestina e sua migração como forma de mão de obra;

No caso, a obra de Roberto Santos servirá para demonstrar as diversas dinâmicas econômicas pelas quais, ao longo dos séculos, a região amazônica passou, sendo de grande ajuda para a construção de uma base teórica sobre o aspecto econômico regional. A compreensão da dinâmica econômica da Amazônia mostra-se pertinente, porque, por meio dela, compreende-se as diversas fases pelas quais a região passou e quais foram as consequências que esses ciclos econômicos deixaram nela.

Não podemos deixar de lado as produções acadêmicas produzidas sobre o tema, no entanto, vale destacar que muitos desses trabalhos não são necessariamente da área de História, apresentando algumas divergências referentes a datas, entre outras informações, porém facilmente podem ser verificadas em diferentes fontes.

Entre essas produções, destacamos o estudo da autora Letícia Aguiar, intitulado *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara*. A pesquisa

aborda um ponto de vista relacionado com a questão da imigração de norte-americanos para o Brasil no final do século XIX, constituindo assim um estudo de caso sobre a questão envolvendo imigração no estado de Minas Gerais (Brasil), mas não deixa de lado o contexto amazônico. Essa abordagem envolvendo o Estado do Pará, mais precisamente Santarém (Pará), justifica sua importância para a presente pesquisa, pois que, dentro de um primeiro momento, optou-se por abordar o caso dos confederados que se refugiaram na Amazônia, como forma de introdução, tornando essa produção primordial, pois podemos encontrar abordagens feitas pela autora envolvendo o tema, como:

- análise do discurso de “desenvolvimento” que envolve a região amazônica;
- as leis que serviram como base para embasar o incentivo da imigração para o Brasil;
- visão no exterior do que era o Brasil, na perspectiva de um lugar a receber imigração;
- abordagem sobre as colônias norte-americanas localizadas ao Norte do Brasil;
- análise de alguns documentos ligados ao governo norte-americano, que sinalizava um interesse em terras na Amazônia.
- dados sobre as colônias;

Esse trabalho mostra-se primordial para a construção do capítulo 1, que tem como finalidade explorar o caso norte-americano na Amazônia, demonstrando dessa maneira que, antes de quaisquer atividades ligadas a Henry Ford e seus investimentos de capital na região, tivemos uma intensa e relevante atividade de seus conterrâneos em forma de imigração, causada por uma soma de fatores, a guerra civil (nos Estados Unidos) e incentivos do governo imperial brasileiro, que incentivava a vinda de estrangeiros para fixar morada em terras brasileiras, nesse caso específico, na Amazônia brasileira.

Além das produções acadêmicas como teses de conclusão de curso e dissertações, temos também, os artigos científicos publicados em revistas de mesmo caráter, apesar de serem considerados trabalhos curtos, os assuntos abordados por podem ser de grande ajuda para a construção de uma base para o desenvolvimento da pesquisa. Um desses trabalhos que podemos classificar como promissores é do autor Cristovam Sena, intitulado *Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia*. Os pontos abordados relevantes para o desenvolvimento da pesquisa pretendida são:

- abordagem sobre o ciclo econômico da borracha, o autor intitula “O ciclo do ouro negro”;
- o declínio da borracha (sua aclimação pelos ingleses);
- os ideais de Ford na Amazônia;
- fracasso do projeto;
- a busca por uma solução.

Mesmo sendo uma breve análise da presença do capital norte-americano na Amazônia, o artigo mostra-se denso em seus dados e levantamentos, e com isso não podemos descartar sua contribuição para a pesquisa que se pretende desenvolver.

Outras fontes foram utilizadas ao decorrer da pesquisa, dando uma maior amplitude aos questionamentos e respostas nesse primeiro momento. Entre essas fontes estão jornais que circularam no período, visto que, por meio desse tipo de mídia, podemos ter um breve panorama do que era discutido sobre as questões que envolveram a implantação da cidade-empresa em meio à Amazônia. Outra fonte amplamente explorada foram as mensagens dos governadores do estado do Pará, pois esse tipo de fonte primária disponibiliza um resumo anual do que acontecia dentro da província tanto no aspecto econômico como social, nesse segundo caso tratando as mobilidades que foram corriqueiras em certas épocas na Amazônia. Sendo assim, a diversificação dessas fontes fornece algumas possibilidades de interpretação e análise desse período da História da Amazônia.

1. 2 “Venceram os luso-brasileiros”

*Não há uma Amazônia. Consequentemente, não haverá um conceito de Amazônia. E não será, assim, possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico, global.*¹⁴

No domínio geográfico do Brasil, a Amazônia corresponde a cerca de 40% do território brasileiro. Todavia, a Amazônia é o espaço do Brasil que possui menor densidade demográfica, o que se deve, em grande medida, às dificuldades naturais que a região oferece – floresta densa, grandes áreas alagadas, falta de vias de comunicação etc. –, outro aspecto relevante ao longo da sua história. É primordial destacar que, em ótica internacional, a Amazônia não é só território brasileiro, pois incorpora também parte dos territórios da Bolívia, do Peru, do Equador, da

¹⁴ REIS, Arthur. **A Amazônia e a integridade do Brasil**, 2ª edição coleção Brasil 500 anos, 2001, Brasília, p. 16.

Colômbia e da Venezuela. No Brasil, os estados que compõem a Amazônia, segundo a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953¹⁵, são os estados do Pará e do Amazonas, Acre, Amapá, parte do estado do Mato Grosso, ao norte, Rondônia, Tocantins e Maranhão a oeste do meridiano de 44° (artigo 2º).

Ao colocarmos em destaque um panorama que defina *Amazônia*, deve-se ter em mente que é de natureza complexa defini-la, ou mesmo impossível, porque existem diversas realidades que envolvem sua composição, desse modo: “E então, hão de concordar que uma definição de Amazônia parece muito difícil, talvez impossível de obter-se a rigor. Porque, evidentemente, não há apenas uma Amazônia, mas várias”¹⁶. Dentro de sua formação (natural) tem-se uma diversidade incrível, nem toda Amazônia é cortada por rios, dada sua extensa composição territorial e climática. Existem variações dependendo do local, por exemplo, ao sul do estado do Pará, onde a paisagem apresenta uma pequena variável de clima mais seco, distanciando-se do clima equatorial. Levando em consideração as suas variações e composições, em suma, não existe uma só Amazônia, e muito menos um conceito básico que defina essa região, pois que a sua multiplicidade torna qualquer definição inábil diante das tamanhas variações com que podemos nos deparar ao tentar conceituar esse assunto; porém, faz-se necessária uma contextualização histórica de como a Amazônia brasileira foi compreendida a partir de suas explorações, que foram responsáveis por compor a região como a conhecemos.

Tomando como base sua formação histórica, temos um ambiente de constates variantes em relação a sua conquista, porque, a partir do tratado fixado entre espanhóis e portugueses, em Tordesilhas, no ano de 1492, tem-se uma lenta e gradual exploração (conquista) do território amazônico. Vale destacar que existem estudos que preferem o termo *invasão*, logo, levam em consideração as comunidades tradicionais indígenas que ocupavam a região. Atribui-se uma demora, por parte dos espanhóis, na exploração do território, de forma que:

Os espanhóis não se detiveram, porém, na empresa de ocupação da Amazônia. Os Andes, o estímulo decorrente da não-identificação de riquezas do tipo daquelas que se encontravam no México e no Peru, constituíam razões de peso a explicar essa ausência¹⁷.

Dessa forma, explica-se a lentidão em explorar e adentrar o território amazônico em um primeiro momento, pois não foram encontradas riquezas do mesmo gênero das que tinham

¹⁵ BRASIL. **Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953**, art. 2º.

¹⁶ REIS, 2001, pp. 17-18.

¹⁷ Ibidem, 2001, p. 19.

sido descobertas no México e Peru, tornando, assim, a exploração mais ariscada e com poucas garantias de retorno financeiro. A conquista da Amazônia durante os séculos XVII e XVIII realiza-se por intensas investidas, que envolveram disputas entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, sendo que:

A Amazônia começa, nas páginas da História, como campo de conflito entre os povos europeus que na empresa dos descobrimentos geográficos e formação de impérios coloniais, tentaram possuí-la para explorá-la na fatura de suas espécies florestais. Assim, espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e por fim portugueses, terçando armas, disputaram-na numa teimosa demonstração de cobiça ilimitada. Os espanhóis, é certo, tiveram as honras da revelação¹⁸.

Os franceses, nesse período, tiveram sua presença evidente no rio Tocantins, por meio do qual acabaram penetrando e adquirindo conhecimento sobre a região e suas riquezas. Essa base de conhecimento fez com que seus domínios estivessem fixados no que hoje é o estado do Maranhão, mas os acontecimentos de São Luís¹⁹ não permitiram uma continuidade de seu domínio sobre a região.

Os ingleses e holandeses criaram uma pequena rede de comércio entre a Amazônia e a Europa, com sedes em Londres e em Flessingue. Tiveram um relativo sucesso, viajavam por meio do rio Tapajós até a região de Macapá:

Mantiveram feitorias e posições fortificadas. Em comércio ativo com os grupos Tupinambá, assumiram o controle da região. Plantaram tabaco e cana. Fabricaram açúcar. Exportaram peixes salgados, urucu e outras espécies vegetais, já em consumo na Europa²⁰.

Mesmo com a relativa presença (comercial) de ingleses e holandeses na Amazônia, a partir de 1616 chegam os portugueses, e dois nomes destacaram-se nesse período das investidas militares no Norte do Brasil, sendo estes o capitão Pedro Teixeira, que teve papel importante contra os franceses no Maranhão, e Francisco Caldeira Castelo Branco, fundador da cidade de

¹⁸ REIS, 2001, p. 19.

¹⁹ Conhecida como Batalha de Guaxenduba, ocorrida em 19 de novembro de 1614, foi uma ação militar portuguesa que aconteceu no Maranhão (Brasil) e teve como objetivo a expulsão de franceses que ocupavam o território, fato que se concretizou em 4 de novembro de 1615, permitindo, dessa forma, que grande parte da Amazônia passasse para domínio luso.

²⁰ REIS, op. cit., 2001, pp. 19-20.

Belém do Pará²¹. Segundo Azevedo (1911), “até 1647, os choques militares entre os que disputavam a Amazônia ocorreram com maior ou menor impetuosidade. Venceram os luso-brasileiros”²². A fortificação na cidade de Belém marca o início da presença portuguesa na Amazônia, pois os limites que foram impostos entre as potências ibéricas, envolvendo o Tratado de Tordesilhas, foram gradualmente expandidos e defendidos por invasões de outras nações. Sendo assim, entende-se que:

A construção do Forte de Belém pelos portugueses em 1616 (hoje localizado no bairro da Cidade Velha), situado na desembocadura das águas do rio Guamá, na baía do Marajó, em território dos índios tupinambás, marcaria o início da presença e posterior expansão portuguesa na Amazônia além dos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, no dia 7 de junho de 1494²³.

Uma das formas de compreender o espaço amazônico é verificando as atividades econômicas adotadas pelos portugueses ou ciclos econômicos que pelos quais a região passou ao longo do tempo, visto que por meio desses acontecimentos é que temos a construção de um “espaço” dentro da Floresta Amazônica, tendo constante expansão. Por exemplo, a fortificação às margens do rio Guamá, que deu origem à cidade de Belém, teve como função fornecer proteção e controle aos rios da região, o que possibilitou o domínio português.

Dessa forma, as atividades econômicas adotadas pelos portugueses foram fundamentais para a construção do limite territorial que conhecemos hoje da Amazônia brasileira, porque por meio delas a expansão territorial foi possível. Até o século XVIII, pode-se afirmar que a economia da Amazônia, nesse primeiro momento, era essencialmente ligada ao extrativismo das chamadas drogas do sertão:

- cravo;
- canela;
- castanhal do Pará;
- copaíba;
- baunilha.

²¹ AZEVEDO, João. **Os Jesuítas no Grão-Pará suas missões e a colonização**, Edição *Google Books*, Lisboa, 1901, p. 31.

²² REIS, 2001, p. 20.

²³ PETIT, Pere. **Chão de promessas: Elites Políticas e Transformação Econômicas no Estado do Pará - 1964**, edição eletrônica, Belém, 2003, p. 51.

Somente na segunda metade do século XVIII Portugal demonstra desejo de desenvolver atividades ligadas à agricultura na Amazônia. Inicia-se assim o chamado “ciclo agrícola”, como qualifica o economista Roberto Santos. Nesse período, algumas produções (agrícolas) foram priorizadas: “Produziu-se cacau, café, cana-de-açúcar (...), tinha-se introduzido arados no Xingu, técnica também depois adotada no Marajó, durante uns bons anos do ‘ciclo’, porém, a Amazônia permaneceu sem contato com os grandes mercados coetâneos”²⁴. Esse distanciamento teve como consequência uma fragilidade na distribuição da produção local, causando muitas vezes perda de mercadorias por falta de compradores. Desse modo:

Um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém no princípio do século XVIII, e quando ancoravam, o transporte da carga pagava fretes o triplo do que se exigia em Recife e Salvador para o transporte do açúcar para Portugal, mais de 100% sobre o valor das mercadorias embarcadas²⁵.

A produção do estado do Pará tornava-se de elevado custo, de modo que em 1755 é criada a Companhia do Comércio do Pará e Maranhão, que teve como objetivo acentuar a presença de barcos que transportavam todo o tipo de mercadoria, a exemplo de gêneros alimentícios oriundos das produções locais, aquecendo dessa forma a economia da região e incentivando o transporte comercial que envolvia a cidade de Belém (Pará), Maranhão e Lisboa. Com o crescimento econômico, houve consequentemente um aumento na produção, o que gerou uma natural necessidade de mão de obra, suprida com escravos, chegando de diversas regiões do continente Africano, por meio de navios, com o objetivo de efetuar trabalhos na agricultura e pecuária²⁶. Em relação ao Estado do Pará, nesse último caso, os indivíduos foram direcionados à ilha do Marajó, em sua maioria²⁷.

A atividade econômica que representou maior expressão na Amazônia antes do chamado ciclo da borracha, ou *boom* da borracha, foi a exportação de cacau; além disso, segundo o economista Roberto Santos, em 1740, o cacau representava 90% das exportações realizadas na Amazônia²⁸, sendo a Europa o principal mercado consumidor, o que alavancou

²⁴ SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**, Edição T.A Queiroz, São Paulo, 1980, p.16.

²⁵ Ibidem, 1980, p. 16.

²⁶ A falta de mão de obra na região amazônica é um problema que, ao longo de sua história, mostra-se recorrente e tentou-se suprir boa parte dessa necessidade por meio de incentivos do governo, que pretendia facilitar a implantação de famílias, sejam elas nacionais, sejam estrangeiras, principalmente durante do século XIX.

²⁷ PETIT, 2003, pp. 51-52.

²⁸ Roberto Santos, em sua obra *História econômica da Amazônia*, toma como base a rota marítima que ligava Belém a Lisboa para explicar a “fase de decadência” – ver capítulo II.

as exportações na região. Porém, a região passa por uma estagnação econômica, entre os anos de 1804 a 1845, fato esse que pode ser interpretado como multifatorial:

A queda do valor do cacau nos mercados Europeus, as Guerras Napoleônicas e as lutas políticas no Pará, antes, durante e após a independência do Brasil, especialmente os efeitos da revolução cabana (1835-1840), e a crise no sistema escravista e semi-escravista, sob o qual pertenciam os negros e índios, são os principais aspectos que explicam por que o período de 1804 a 1845 é definido como uma fase econômica de estagnação ou decadência²⁹.

Com a diminuição da exportação de cacau, devido à queda dos preços no mercado mundial, outro produto da floresta assume o posto de principal elemento de exportação para o mundo, sendo este o látex. Inicia-se o ciclo da borracha, período em que a Amazônia experimentou um grande crescimento econômico e populacional, entre os anos de 1850 a 1812:

O descobrimento do emprego da borracha apressou o processo de aproveitamento do extremo norte. A princípio foram caboclos paraenses e amazonenses, depois maranhenses, que exploraram os seringais. As levas de nordestinos, no entanto, é que asseguraram o empreendimento. A fronteira econômica foi levada aos altos rios onde se descobria a Hevea³⁰.

A exploração da borracha empregada na Amazônia representou um importante período histórico, pois houve a chegada considerável de indivíduos imigrantes e migrantes – nesse segundo caso o migrante nordestino, vindo principalmente do estado do Ceará, Nordeste brasileiro –, que acabaram por contribuir para a formação da Amazônia contemporânea, tanto étnica como cultural. Ainda sobre o período econômico, onde a borracha foi o principal produto amazônico de exportação, podemos perceber que a expansão gomífera foi responsável por consolidar as fronteiras amazônicas. Observa-se atualmente que essa expansão foi tão acentuada que deu origem ao estado do Acre, território originalmente pertencente à Bolívia:

²⁹ PETIT, 2003, p. 52.

³⁰ REIS, 2001, p. 26.

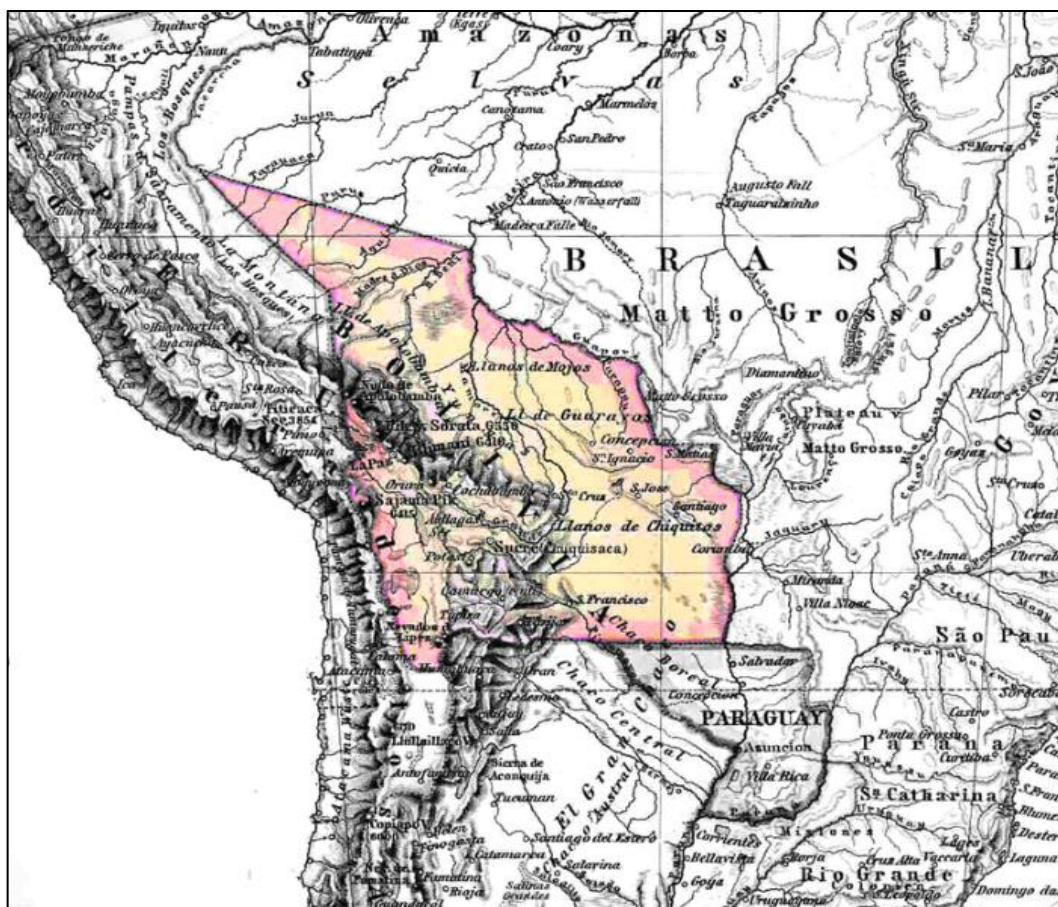


Figura 1: Mapa da Bolívia antes da Guerra do Acre
Fonte: Arquivo Stiellers Handatlas, 1891, p. 89.

A Guerra do Acre, ou Revolução Acreana, teve como resultado a incorporação de um território que era de soberania boliviana, a custo de revoltas e diversas manobras políticas (brasileiras) que envolveram também campanhas armadas, de sorte que o Acre foi anexado como território brasileiro, onde existia o interesse pelo domínio do mercado da borracha da região. Essa tomada de território pelo Brasil foi consequência direta da exploração da borracha em meio à Selva Amazônica por seringueiros brasileiros que adentraram ao território de forma gradual:

Só depois da assinatura do tratado de 1867 é que os seringueiros brasileiros, sobretudo cearenses que fugiam das secas do Nordeste, foram pacificamente entrando nessas regiões dos afluentes da margem sul do Amazonas, o Madeira, o Purus e o Juruá, onde se encontravam as maiores concentrações da *Hevea brasiliensis*. Calcula-se que, no final do século, havia uma população de cerca de 60 mil brasileiros trabalhando nos vários seringais, que tinham sido pouco a pouco criados nas margens dos rios, então as únicas vias de comunicação³¹.

³¹ FILHO, Synesio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas** – Um Ensaio Sobre a Formação de Fronteiras no Brasil, edição Revista e Atualizada, Brasília, 2015, p. 330.

Pode-se compreender o período que corresponde à exploração da borracha na Amazônia como crucial para a formação da atual conjuntura geográfica da região, porém o ciclo da borracha inicia o século XX em crise, pois que as produções na Ásia, coordenada por ingleses, tornaram a exploração mais simples e barata se comparada à produção amazônica, que pode ser classificada como uma atividade totalmente extrativista, em que a produção estava sujeita à figura do seringueiro:

A alta produtividade asiática de borracha no início do século XX é fruto da abertura de grandes fazendas de seringueiras naquele continente e foi responsável em grande medida pela falência da economia dominada pela Amazônia no Brasil. Essas fazendas de criação de seringueiras demoraram perto de vinte anos para chegarem à maturidade, atingindo assim a partir de 1912 uma produção que completamente varreu a brasileira e entulhou os mercados internacionais com toneladas e toneladas do produto³².

A *crise da borracha* pode ser apontada como multifatorial, dada sua fragilidade na exploração do produto, o que levou a produção local a uma profunda crise, sendo ineficiente para fazer frente à produção internacional.

O comércio da borracha, em meados do século XX, sofreu uma tentativa de reavivamento da produção (exploração) amazônica, com incentivos fiscais do estado do Pará, somado a capital privado oriundo do maior mercado consumidor de borracha do período (Estados Unidos da América), iniciando assim um dos maiores empreendimentos privados que a região testemunhou.

Portanto, podemos afirmar que é importante analisarmos as diversas dinâmicas de exploração e luta pelas quais a Amazônia passa durante sua história de formação. Diante dessas diferentes situações, correspondentes a períodos distintos, pode-se afirmar que a integração ao território nacional brasileiro foi o mais perceptível. No entanto, em cada diferente aspecto de análise, a região amazônica pode ser compreendida de uma maneira diferente, seja ela na defesa da soberania dos colonizadores portugueses, seja na coleta de “drogas do sertão” e seu comércio para a Europa, seja como a região da borracha, que recebeu milhares de pessoas em busca de oportunidades. Definir *Amazônia* segue sendo um desafio.

³² KLEIN, Daniel. **A crise da borracha:** A Cadeia de Aviação em Questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. In: *História – Revista de pós-graduação Unb*, 2014, p. 188.

2 – OS NORTE-AMERICANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Já em 1826, houvera um pedido de cidadãos norte-americanos para navegarem o rio Amazonas³³(...).

A presença norte-americana na Amazônia brasileira pode ser classificada como recente. Inicia-se apenas na metade do século XIX e adentra o início do século XX, ganha relevância diante de algumas permissões concedidas para navegação do rio Amazonas pelo governo imperial brasileiro a partir de 1850³⁴; além disso, Brasil e Estados Unidos possuíam uma relação pautada no modelo escravista negro durante o século XIX, o que estreitou em alguns aspectos suas relações durante esse mesmo século³⁵.

Por outro lado, ao analisarmos o relatório de navegações pertencentes a esse período, podemos afirmar que se adotava um rigoroso controle de entrada e saída de embarcações que navegavam o rio Amazonas e seus afluentes, onde se permitia somente a navegação de nações com as quais o império brasileiro mantinha relação, seja de comércio, seja por vícios ideológico, as então chamadas “nações amigas”. Diante disso, podemos analisar alguns números pertencentes ao *relatório de negócios da província do Pará* de 1864:

NAVIOS ENTRADOS DO ESTRANGEIRO.

NAVIOS	Inglezes.	Franceses.	Portuguezes.	Suecos ou No- ruegueses.	Peruanos.	Hamburqueses.	Brasileiros.	Hespanhoes.	Dinamarqueses.	Hanoverianos.	Americanos.	Total.	Equipagem.	Toneladas.
Barcas	14	11	14	1	1							41	661	15308
Brigues	10	9	8	1		1	3					32	335	8395
Patachos	29		4					1	2			36	309	7419
Escunas	3	1		1					2	1		8	60	1474
Hyates	9						3				2	14	96	2523
Lugres	3											3	29	829
Gulletas												1	11	171
Vapores					3							3	127	1800
	68	22	26	3	4	1	6	1	4	1	2	138	1:628	37:919

Figura 2: Movimento marítimo no rio Amazonas de navios estrangeiros
Fonte: Relatório dos negócios da província do Pará, 1864, p. 50.

³³ PALM, Paulo. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional**, Brasília, 2009, p. 27.

³⁴ PARÁ. *Relatório dos negócios da província do Pará*, Domingo Soares Ferreira Penna, 1864, p.49.

³⁵ HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o Tráfico de Escravos Africanos**, Edição brasileira, São Paulo, 2010, p.7.

No entanto, é importante destacar que o governo sofria pressões internacionais para que existisse uma flexibilidade que proporcionasse o livre acesso ao rio Amazonas e seus afluentes, para que dessa forma existisse uma maior dinamização do comércio na região, sem o controle absoluto do governo imperial brasileiro. Diante dessas pressões, lideradas principalmente pelos norte-americanos, nas décadas seguintes o governo brasileiro acabou por ceder abertura total à navegação do rio Amazonas para todas as nações, consequentemente aumentando o fluxo de navios na região, com destaque para os com bandeiras dos Estados Unidos:

O ato que viria a instituir a liberdade de navegação no Amazonas partiria do Executivo, através de um Decreto de 7 de dezembro de 1866, que abria, aos navios mercantes, o Amazonas até a fronteira, mas também o Tocantins até Cametá, o Tapajós até Santarém, o Madeira até Borba, o Negro até Manaus e o São Francisco até Penedo³⁶.

É importante destacar que, antes da abertura do rio Amazonas para livre navegação a todas as nações, pode-se notar dentro do *relatório de negócios do estado do Pará*, de 1864, que alguns navios norte-americanos já eram presentes em águas amazônicas, como demonstra o quadro (Figura 1). Esse fluxo marítimo, anterior à liberdade de navegação, existia mediante a permissão do governo, mas a presença norte-americana era observada, nesse primeiro momento, no rio Amazonas, com bastante cautela. Essa atenção por parte do governo brasileiro era justificada pelo medo de acontecer a implantação de núcleos coloniais comandados inteiramente pelo governo dos Estados Unidos em terras amazônicas:

Havia o temor da presença norte-americana. Mais especificamente, no caso da abertura do rio Amazonas – questão que envolvia também países vizinhos como o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela – e, mesmo no estabelecimento de núcleos de colonização, também de norte-americanos, naquela região³⁷.

Outro motivo que pode ser apontado sobre a desconfiança existente por parte do governo brasileiro em relação aos norte-americanos com a Amazônia foi a falta de conhecimento sobre a região em que está localizada a Floresta Amazônica, o Norte do Brasil. É importante contextualizar que nesse período a Amazônia era umas das regiões mais remotas do Império Brasileiro e seu limite era desconhecido, ou seja, seus limites territoriais atuais estavam em

³⁶ PALM, Paulo Roberto, 2009, p. 54.

³⁷ AGUIAR, Letícia. **Imigrantes norte-americanos no Brasil: Mito e Realidade**, o Caso de Santa Bárbara, Unicamp, São Paulo, 2009, p. 34.

plena construção e iriam definir-se, conforme o avanço de brasileiros na exploração da borracha durante o século XIX e XX. Com isso, ao observar o atlas imperial (Figura 3), de 1868, facilmente pode ser percebido que as fronteiras da Amazônia eram de fato desconhecidas pelo Império Brasileiro:



Figura 3: Mapa do império do Brasil,
Fonte: *Atlas do Império*, 1868, p. 40.

Com isso, podemos afirmar que o governo temia acontecer uma perda de território devido ao exemplo do que ocorreu com o México, que acabou perdendo terras para os estadunidenses.³⁸ Outro fator que pode reforçar a ideia de que existia uma tensão por parte do governo brasileiro, fruto da presença norte-americana em território amazônico, remete ao ano

³⁸ AGUIAR, 2009, p. 34.

de 1817, com a Revolução Pernambucana, também conhecida popularmente como Revolução dos Padres, um levante que teve participação de cidadãos norte-americanos e acaba por criar essa memória de embates envolvendo estadunidenses em território brasileiro:

Houve no Brasil uma tentativa rebelde, envolvendo cidadãos americanos, destinada a atacar o Brasil num esforço para “sacudir os alicerces do recém-eleito trono dos Bragança”. Subsequentemente, as relações entre Lisboa e Washington foram prejudicadas pela “chegada” de “dois navios americanos em missões clandestinas de transporte de armas” para abastecer aqueles que chefiavam essa “revolta”, em Pernambuco³⁹.

O interesse norte-americano em implantar colônias em terras amazônicas provou-se, um tempo depois, verdadeiro. Até mesmo uma expedição entre os anos de 1851 e 1852, lideradas por Lewis Herndon e seu cunhado, Lardner Gibbon, ambos oficiais da marinha norte-americana⁴⁰, foi executada com destino à Amazônia. Essa expedição teve como caráter oficial verificar a navegabilidade e fazer levantamento econômico e da vida social da região. Porém, seu real objetivo foi prospectar qual a viabilidade de implantar uma colônia de origem norte-americana, que tivesse como força de trabalho a mão de obra negra escrava; além disso, verificou-se a viabilidade do cultivo de algodão e café (produtos-chave da nova ordem econômica industrial), entre outras atividades agrícolas em solo amazônico. Caso esse projeto fosse adiante, livraria, dessa forma, o Sul dos Estados Unidos das tensões sociais e raciais⁴¹ provenientes dos embates abolicionistas que lá ocorriam. Entretanto, a cautela gerada pela presença dos Estados Unidos no rio Amazonas e seus afluentes tem uma drástica mudança a partir das *políticas de imigração internacional*⁴² que são adotadas e coordenadas pelo Governo do Estado do Pará ainda no período imperial.

É importante destacar que a partir das leituras das *mensagens oficiais*⁴³ produzidas pelo Governo do Estado do Pará podemos observar que existia um crescente destaque sobre o

³⁹ HORNE, 2009, p. 37.

⁴⁰ PALM, 2009, p. 30.

⁴¹ CRUIZ, Ernesto. **Geography and Diplomacy:** The American Geographical Society and the “Geopolitical” Background of American Foreign Policy (1848-1861), 1975, pp. 179-189. In: PALM, 2009, p. 30.

⁴² As políticas de imigração adotadas pelo governo do Pará estão presentes nas mensagens oficiais do estado do Pará (Brasil) a partir de 1856, com base na Lei imperial nº 514 de 28 de outubro de 1848, que permitia à província ceder terras voltadas à imigração internacional; desse modo, os poderes compreendiam como solução para o desenvolvimento da Amazônia a implementação de imigrantes internacionais, principalmente vindos da Europa, no entanto, podemos encontrar o imigrante norte-americano sendo inserido nas políticas de atração. O imigrante em sua maioria era visto pelos poderes públicos com “homem civilizado” e com boas chances de desenvolver uma terra tida como “selvagem”.

⁴³ As mensagens dos governadores do estado do Pará são fontes importantes para a compreensão de um período pretendido para análise, seja ele por caráter historiográfico, demográfico ou mesmo econômico. Essas mensagens oficiais encontram-se disponíveis de forma gratuita para consulta em alguns sites, como www.archive.org e o

assunto “colonização da Amazônia”. Essa ocupação representaria, de certa forma, uma maior integração com o território nacional, solucionando assim a baixa densidade demográfica existente na região nesse período.

Foi encontrada como solução pelo governo a implantação de núcleos coloniais voltados ao cultivo da terra. Esse assunto mostra-se recorrente nas mensagens do Governo do Estado do Pará⁴⁴. Logo, podemos afirmar que a presença norte-americana na Amazônia pode ser compreendida de duas formas: o primeiro é marcado pela desconfiança e o medo da perda de território, que corresponde à década de 1850⁴⁵; já em um segundo momento, o medo e a desconfiança são substituídos pela esperança de uma colonização civilizada para o cultivo da terra, integrando assim a Amazônia ao restante do território nacional:

No segundo momento, que corresponde à década de 1860, os temores dariam lugar à esperança e, em especial a partir de 1865, quando a Guerra Civil Americana caminhou para o seu término, e entre os sulistas a derrota já se apresentava como um fato consumado. A partir disso, pelo que se percebe da leitura de documentos e relatórios ministeriais do Império, bem como pelas manifestações de políticos, a vinda de norte-americanos na condição de imigrantes era vista com bons olhos⁴⁶.

Sendo a Amazônia como um desses cenários para receber os imigrantes internacionais, a percepção muda totalmente sobre a presença estrangeira lá. Vale destacar que o decreto-lei nº 601 de 6 de setembro de 1850⁴⁷, conhecido como Lei de Terras⁴⁸, foi fundamental para dar suporte para o estado ceder e regulamentar espaços destinados aos imigrantes internacionais. Esse decreto, além de regulamentar as colônias nacionais, contemplava a regulamentação de colônias internacionais, a respeito da causa agrária e de posse de terras, caso os governos locais tivessem interesse de implantação. A partir disso:

A Lei de Terras que se propunha a regularizar a estrutura fundiária do país, na sua disposição, que constitui o texto de apresentação da lei, autorizava o governo a promover a colonização com o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros. Esta questão seria tratada de forma mais específica no artigo 18 da mesma legislação, quando definia que o governo estava autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro público certo número

www.apps.crl.edu, e na da Biblioteca Nacional do Brasil www.bndigital.bn.gov.br. As mensagens são datadas de 1830 a 1930, e eram elaboradas de forma geral a cada 12 meses.

⁴⁴ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro e presidente da província Sebastião do Rego Barros*, 1854, p.32.

⁴⁵ AGUIAR, 2009, p. 34

⁴⁶ Ibidem, 2009, p.37.

⁴⁷ BRASIL. **Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850.**

⁴⁸ A Lei de terras foi regulamentada em 30 de janeiro de 1854 pelo decreto imperial nº 1318.

de colonos livres para serem empregados, pelo tempo previamente definido, em estabelecimentos agrícolas, ou trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais fossem convenientes.⁴⁹

Com isso, ocorre uma nova compreensão, por parte das autoridades brasileiras, do que representaria o imigrante internacional e, conseqüentemente, o oriundo dos Estados Unidos acaba por ter essa nova interpretação. De forma geral, de acordo com os relatórios do governo paraense, esse contingente humano representaria desenvolvimento e modernização para a Amazônia, desde que a mobilidade fosse organizada de forma legal pelas autoridades do governo.

Não podemos também deixar de expor que existiam alguns intelectuais brasileiros que percebiam com entusiasmo o fato de o Brasil incentivar a vinda de imigrantes para habitarem alguns lugares mais remotos do Império Brasileiro, como no caso da Região Norte. Temos como exemplo de um desses intelectuais que advogavam sobre a ideia de imigração como algo positivo para a nação brasileira o jornalista e advogado Tavares Bastos⁵⁰ (1839-1875), que foi um intelectual liberal, que percebia a presença do imigrante no Brasil como algo enriquecedor, principalmente em lugares mais afastados do país, onde essas regiões teriam tudo a oferecer para o imigrante que optasse por estabelecer-se em terras brasileiras, dadas as suas vastas riquezas naturais e apoio dos governos provinciais:

Mare liberum, liberdade dos mares, já foi uma grande ousadia, e é hoje uma conquista da philisophia política. Livre exploração da terra por todos os seus habitantes, vae sendo agora uma das mais enérgicas manifestações do espírito moderno. A emigração deixou de ser como o êxodo dos hebreus, o exílio forçado para se tornar o mais eficaz instrumento de civilização do globo. Como a multiplicação da espécie humanam ella é um facto providencial. Promovêl-a, facilital-a, protegel-a, é servir aos desígnios da providência, que multiplica os filhos de Abrahão como as arêas do mar e as estrelas do céu, *sicut stellas cali, et velut arenam quae est in littore maris*. Os governos christãos bem compreendem este dever sagrado: o governo do Brasil tem sido dos mais solícitos em corresponder à sua obrigação⁵¹ (*Sic*).

⁴⁹ NUNES, Francisco. **A Lei de Terras e a Política de Colonização Estrangeira na Província do Pará**. In: *Revista Tempos Históricos*, 2012, p. 99

⁵⁰ Aureliano Cândido Tavares Bastos foi um político, escritor e jornalista brasileiro com obras publicadas como: *Cartas do Solitário* (1861), *Os Males do presente e as esperanças do futuro* (1861), *O vale do Amazonas* (1866), *A província – estudo sobre a descentralização no Brasil* (1870).

⁵¹ BATOS, Tavares. **Os Males do Presente e As Esperanças do Futuro**: Estudos Brasileiros, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1939, p. 57

As ideias apresentadas nas obras de Tavares Bastos refletem como era percebida a mobilidade para o Brasil e como essa prática deveria ser incentivada pelos poderes públicos. Para Tavares Bastos, a imigração representaria uma modernização diante de um sistema escravista já abalado e definhando durante o século XIX diante de diversas restrições que vinha sofrendo ao longo dos anos. Desse modo:

O processo de extinção da escravatura vai ser lento e moroso, apesar das exigências inglesas, mesmo após o "Bill Aberdeen" (1845), pelo qual o parlamento inglês aprovava o sequestro dos navios negreiros e o seu julgamento como piratas perante o Almirantado inglês. Será a lei de Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850 a tornar ilícito o tráfico. Mas a emancipação só chegará por fases: em 28 de setembro de 1871 com a lei do "ventre livre", declarando livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daí, e, finalmente, com a "Lei Áurea", a 13 de maio de 1888, declarando-se extinta a escravatura no Brasil⁵².

“A corrente migratória ia aos poucos ganhando mais adeptos, e ideias voltadas para reforma econômico-social começavam a ser mais divulgadas no meio político, inclusive entre os liberais⁵³”. Uma das maneiras de incentivo, por parte do governo brasileiro, foi sem dúvidas a disponibilização de terras nas províncias por meio da *Lei de Terras*, já citada anteriormente, com a clara intenção de implantar núcleos populacionais que tivessem como base a agricultura. Para isso, foi primordial atrair esse imigrante com incentivos que o ligassem à terra, compreendendo nesse período a imigração de indivíduos livres de forma benéfica para a província e para o país. De certo modo, mesmo com o risco de nem todos os indivíduos que se deslocassem fossem de boa índole ou voltados para o trabalho na terra, o governo acreditava que os benefícios poderiam ser muitos diante dessa imigração: “É possível que entre tantos indivíduos aparreçam alguns que sejam mais prejudiciais que uteis à colônia; mas tudo faz esperar que este mal será muito diminuído em presença das vantagens que o país colherá da imigração⁵⁴” (*Sic*).

De forma geral, a imigração internacional para o estado do Pará foi vista com bons olhos pelas autoridades, sendo incentivada, pois, por meio dessa imigração (branca), acreditava-se que ocorreria um desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura e, como consequência,

⁵² ALVES, Jorge. **Os brasileiros** - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto: FLUP, 1993, p. 146.

⁵³ URBINATI, Inoã. **Os males do presente e as esperanças do futuro**: Considerações Sobre Escritos de um Liberal Oitocentista. In: *Revista do XIV Encontro Regional Memória e Patrimônio* (ANPUH), 2010, p. 2.

⁵⁴ PARA. *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare*, 1867, pp. 42 - 43.

existiria um crescimento econômico da província diante de uma diversificação de atividades que poderiam vir a ser adotadas:

Si pois queremos que a instrucção se propague entre o povo e produza resultados uteis, é preciso que haja liberdade de ensino; se queremos a realidade d'uma immigração de europeus e americanos laboriosos e morigerados, é necessário abrir-lhes francamente a porta d'essa liberdade que ao menos para a maior parte d'elles é a maior preciosa por tocar a seus costumes e a sua consciências⁵⁵(Sic).

A participação norte-americana, nesse caso específico de mobilidades para a Amazônia brasileira, não se trata apenas de uma passagem provisória para a exploração das riquezas naturais locais, porque essa presença foi caracterizada por uma tentativa de colonização envolvendo famílias norte-americanas vindas do Sul dos Estados Unidos.

Muitas vezes, dentro de uma historiografia mais tradicional, que considera um quadro de mobilidades internacionais dentro do Brasil responsáveis por compor o país e suas particularidades étnicas e culturais contemporâneas, os norte-americanos, de certo modo, são quase que deixados de lado quando se trata de imigrações para a Amazônia. Esse contingente populacional imigratório, direcionado para a região amazônica, possui características específicas que servirão como parâmetro de análise neste capítulo.

Pode-se destacar que, no ano de 1864, já existiam algumas famílias de norte-americanos instalados nos núcleos coordenados pelo Governo do Estado do Pará, e que no ano de 1866 já era aguardada a chegada de mais famílias direcionadas para os espaços destinados à agricultura e morada, cedidos pelo estado do Pará, o qual afirmava que:

A atenção dos immigrants volta-se pouco a pouco para esta região ; e já em Santarém existem um núcleo de colonização americana, que por hora não excede de 45 pessoas; espero, porém, vê-lo brevemente convertido em uma colonia mais numerosa; pois segundo informações particulares, estavam utilmente a seguir para esta província com destino às terras de Santarém uma partida de cerca de 200 immigrants, por conta do contracto celebrado, em novembro do ano passado com o major Hastings⁵⁶ (Sic).

⁵⁵ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare*, 1867, p. 36.

⁵⁶ *Ibidem*, 1867, pp. 42 - 43.

A presença norte-americana em forma de núcleo de colonização na Amazônia localizou-se precisamente no estado do Pará e teve como destino a região dos Tapajós, onde se situa a cidade de Santarém. Esses imigrantes vindos dos Estados Unidos foram notícia no *Jornal do Pará - Órgão Oficial*⁵⁷: “O pacote Americano *shut Amerinca* chegado hontem de New York, trouxe 13 imigrantes para essa província⁵⁸ (...)” (*Sic*). Diante dessa mobilidade, devemos analisar quem eram esses indivíduos vindos da América do Norte que fixaram morada em uma das regiões mais remotas do Brasil, para que assim exista uma compreensão do contexto que os levou a deixarem a sua pátria de origem. No entanto, é importante ressaltar que não foi só no estado do Pará que existiu contingente populacional de imigração norte-americana, mas é relevante colocar em destaque que Santarém (Pará) foi uma das principais zonas no Brasil a receber essa mobilidade específica, ainda que não a única, conforme reforçado anteriormente:

A partir de fins de 1865 e início de 1866, os norte-americanos começaram a chegar ao Brasil, decididos a refazerem a sua vida no país. Uma vez aqui, acabaram por se estabelecer em Santarém (no Pará), nas províncias do Espírito Santo, Paraná, e no litoral e interior da província de São Paulo, nessas províncias formaram-se os principais agrupamentos e colônias⁵⁹.

Os indivíduos que vieram para a Amazônia, nesse caso especificamente envolvendo famílias da América do Norte, procuravam um novo lugar para fixar morada e dar continuidade ao seu modo de vida e pensamentos políticos, livres de qualquer repressão, e encontraram no Brasil as facilidades que proporcionaram esse deslocamento. Com isso, é possível demonstrar dois fatores que se apresentam como fundamentais para a compreensão desse ocorrido, embora existam outros que poderiam ser apontados, optou-se em analisar dois, pois que compreende-se, nesse caso, como os mais relevantes em relação às fontes, envolvendo as mobilidades entre os Estados Unidos e o Brasil no século XIX.

⁵⁷ **O Jornal do Pará** - Órgão Oficial, em 1821, inicia suas atividades com caráter oficial pela publicação do expediente diário do governo provincial, um ano antes da instalação tipográfica de Daniel Garção de Melo, adquirida em Lisboa, associado com Felipe Alberto Patroni, que publicou seu primeiro periódico em 22 de maio de 1822, conhecido como *O Paraense*.

⁵⁸ **Jornal do Pará** - Órgão Oficial, 11 de dezembro de 1867, p. 2.

⁵⁹ AGUIAR, 2009, p. 53.

2.1 A Amazônia como destino

Santarém é cidade várias vezes centenária que, embora tenha dormitado quase toda a sua existência, despertou com a invasão dos confederados, em 1867, cuja presença e influência foram, a seu tempo, contrastantes com a sonolência que caracteriza a vida das sociedades em regiões isoladas, mormente no clima tropical, onde o calor é constante e as estações do ano não oferecem mutações que obriguem a uma maior dinâmica⁶⁰.

O contingente populacional fixado na Amazônia era de origem do Sul dos Estados Unidos e teve como destino Santarém – Pará (Figura 3). Esse grupo em específico será o objeto de análise nesse primeiro momento, com o objetivo de demonstrar a presença norte-americana em terras amazônicas em forma de núcleos coloniais, ainda no século XIX. Sua participação contrastou com a remota região escolhida para um novo começo por essas famílias, e o Governo do Estado do Pará percebia a presença de imigrantes norte-americanos como sendo algo enriquecedor para a região, como já abordado. Acredita-se que, dessa maneira, a então província teria o desenvolvimento necessário para dinamizar a economia da região. Por esse motivo, preferia-se o imigrante que soubesse lidar com a terra.

Dessa forma, seriam direcionados, com a ajuda do governo do Pará, para terras concedidas e demarcadas pelo poder público, terras que foram reservadas exclusivamente para os colonos⁶¹, cuja localização pode ser observada na Figura 4:

⁶⁰ RIKER, David. **O último confederado na Amazônia**, 1ª edição, Amazonas, 1983, p. 79.

⁶¹ **Jornal do Pará** - Órgão Oficial, 25 de setembro de 1868, p. 1.

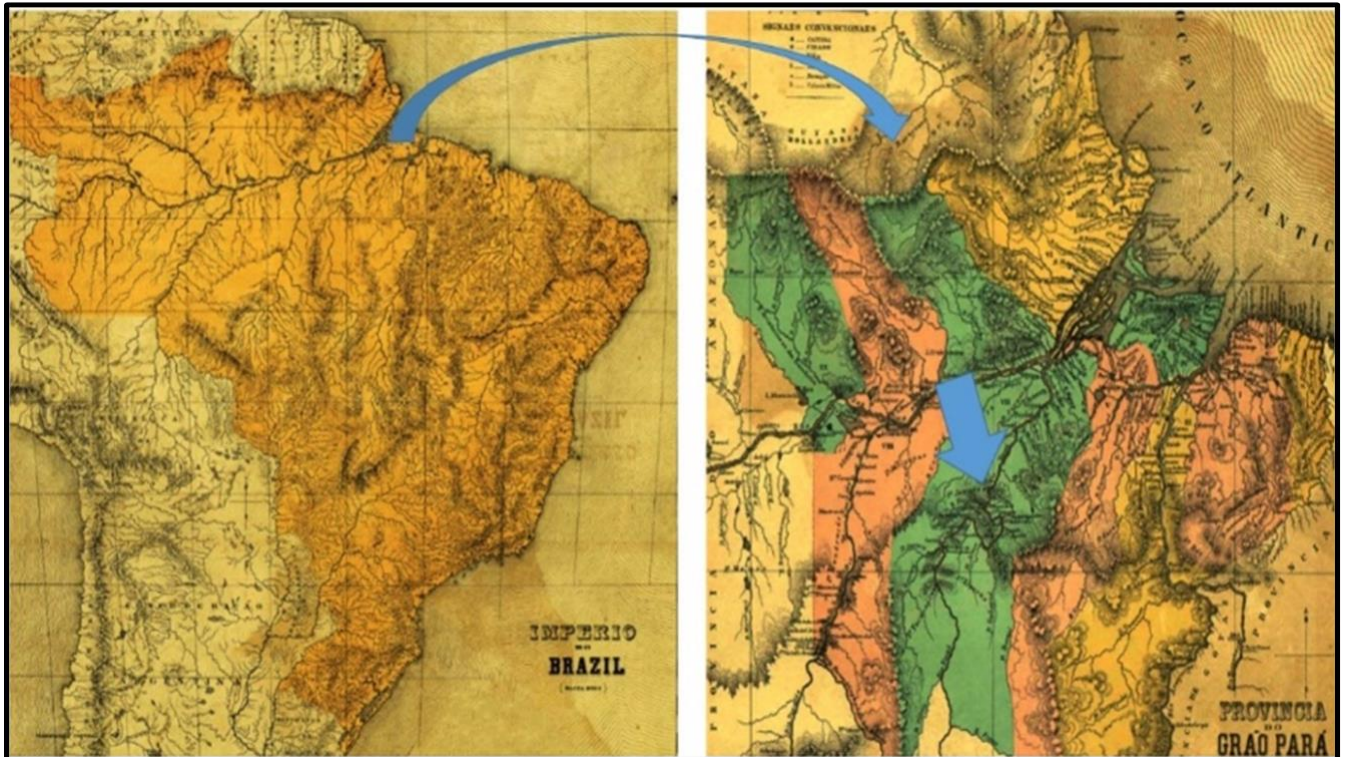


Figura 4: Mapa do Império do Brasil com destaque para o Grão-Pará e a Região de Santarém, onde existiram terras demarcadas para imigrantes norte-americanos. Fonte: *Atlas do Império*, 1868, p. 41.

A presença norte-americana, em forma de núcleos populacionais no estado do Pará (Brasil) pode ser compreendida por meio de dois fatores históricos principais. Embora existam outros motivos que podem ser levantados, optou-se por destacar os que se apresentaram com mais solidez diante das fontes disponíveis.

O primeiro fator que se pode colocar em discussão é o intenso desejo do governo brasileiro de desenvolver a Região Norte do Brasil. Encontra-se como solução ocupar a Amazônia com contingentes populacionais de indivíduos livres e brancos, e de preferência que tivessem interesse em atividades agrícolas. Acreditava-se que, dessa maneira, a economia da Amazônia poderia diversificar-se, ocorrendo, desse modo, uma “integração” ao restante do território brasileiro, visto que sua área era considerada de baixa densidade demográfica em relação à extensa faixa territorial e a falta de trabalhadores livres era uma constata:

A Amazônia, de todas elas, foi a região brasileira que atravessou a primeira metade do século XIX em completa estagnação e isolamento com a sua estrutura colonial quase autônoma e com uma economia primitiva e

decadente, a relativa prosperidade agrícola na região ressentia-se da falta de mão de obra e capitais⁶².

Encontra-se como solução para a falta de mão de obra oferecer facilidades para atrair contingentes internacionais e nacionais. Segundo Benchimol, “essa participação agiu, ora de forma espontânea, ora de modo induzido, porém, constantemente durante um período de quase 70 anos”⁶³. Acreditava-se que existiria como consequência dessas mobilidades um direcionamento da região a um “progresso”, palavra recorrente quando se trata do tema Amazônia⁶⁴, principalmente pelo viés dos poderes públicos.

A busca pelo desenvolvimento da região amazônica foi associada à presença de pessoas, e a formação de colônias populacionais voltadas para a produção agrícola era fundamental para esse propósito⁶⁵, no entanto, a falta de imigrações de forma espontânea apresentou-se como um problema, sendo muitas vezes destaque nas *mensagens dos governadores do estado do Pará*:

A falta de colonias nessa rica e fértil província não nos deve desanimar, e nem mesmo a pouca emigração espontânea; é minha opinião que se o estado sanitario continuar a ser favorável; e á vista das notícias que nos chega do andamento dos negócios públicos da Europa e do Norte da América, breve a teremos; assim estejamos nós preparados para recebê-la, pois já é conhecida o quanto foi prodiga a natureza para conosco, para os que cultivam terra nunca lhes faltarão meios de subsistência, sendo esse trabalho abundantemente retribuído⁶⁶ (*Sic*).

O governo pretendia implementar, como forma de organização, núcleos de colônias agrícolas, nesse caso, existiria uma disponibilização de terras direcionadas aos imigrantes internacionais, como forma de atração para eles, facilitando assim sua fixação em terras amazônicas, onde essa prática seria promovida e gerenciada pelo próprio estado, amparando-se diante do decreto de lei nº 512 de 28 de outubro de 1848 art. 16º, que contempla:

A cada huma das Províncias do Imperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos

⁶² BENCHIMOL, 2013, posição. 7077.

⁶³ Ibidem, 2013, posição. 7088.

⁶⁴ SILVA JÚNIOR, E.C.; DAMASCENO NETO, H.M; QUADROS, L.E.G. **O Discurso de progresso no interior da Amazônia**: Uma Análise dos Jornais Locais de Castanhal-PA (1977-1982), 1ª edição, São Paulo, 2017, p.19.

⁶⁵ LACERDA, Franciane. **Migrantes cearenses no Pará**: Faces da Sobrevivência (1889-1916), São Paulo: USP, 2006, p. 288.

⁶⁶ PARÁ. *Relatório da presidência do Grão-Pará (Exposição)*, apresentado pelo presidente da província Sebastião do Rego Barros, 1856, p.16.

colonos enquanto não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição⁶⁷(Sic).

Mesmo com o auxílio da lei nº 512 de 1948 (art. 16º), que tinha como objetivo amparar legalmente a demarcação de terras a serem disponibilizadas para os imigrantes interessados em fixar morada em terras brasileiras, no estado do Pará percebe-se algumas dificuldades, tais como lentidão na demarcação de terras para esse fim, consequência direta da falta de trabalhadores na região voltados a essa atividade específica⁶⁸. Em resumo, mesmo com o amparo legal para demarcação de terras que seriam destinadas a colonos, grandes foram as dificuldades para a acomodação desse contingente que foi recebido no estado do Pará.

Ao observamos as *mensagens oficiais do Governo do Estado do Pará*, podemos entender que existe um notável destaque para as vantagens da região (Amazônia) e suas qualidades para a imigração. Evidencia-se essa ênfase como método de atração para o imigrante, sendo um gênero de propaganda da província, de forma que:

O Brazil onde, graças á natureza do solo e ás nossas instituições, o trabalho dá sempre fortuna e o homem civilizado pode no remanso da paz desfrutar ao mesmo tempo os dons da natureza e a mais completa liberdade de que as nações dão exemplo, devia naturalmente ser o paiz preferido pelos immigrants.⁶⁹(Sic).

É inegável que existia por parte do governo paraense uma tendência pelo incentivo da imigração internacional para o estado, pois estão presentes em algumas *mensagens oficiais do governo* tópicos específicos que discutem o tema das mobilidades e seus benefícios para a província. Com isso, nota-se uma grande expectativa em relação à imigração internacional para a Amazônia, que, dessa maneira, solucionaria a falta de contingente populacional da região e a escassez de mão de obra para desenvolver a agricultura em relevante escala, contribuindo assim para reerguer a economia do estado do Pará, visto que ela encontrava-se em completa estagnação. Muitas dessas dificuldades financeiras podem ser atribuídas ao levante popular que ocorreu na região, conhecido como Cabanagem:

⁶⁷ BRASIL. **Lei nº 512 de 28 de outubro de 1848**, art. 16º.

⁶⁸ PARÁ *Relatório da presidência do Grão-Pará (Exposição)*, apresentado pelo presidente da província Sebastião do Rego Barros, 1856, p.17.

⁶⁹ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará*, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare, 1867, p. 42.

Este movimento nativista é, certamente, o de maior significado para a Amazônia. Entre 1835 a 1840, por cinco anos, resulta na morte de 1/5 dos 150 mil habitantes da província do Grão-Pará (Pará) e Rio Negro. Trata-se do único movimento social onde efetivamente a população toma o poder, ainda que por pouco tempo⁷⁰.

Voltando à análise para o caso específico dos norte-americanos, essa mobilidade representaria para a região amazônica: introdução de novas técnicas para cultivo da terra, desenvolvimento da cultura algodoeira e, conseqüentemente, aumento do número de trabalhadores livres e de preferência brancos, fatores semelhantes com a busca da inserção do imigrante europeu:

A esperança brasileira com a imigração norte-americana era: romper com monocultura cafeeira, introdução de novas técnicas, desenvolvimento da cultura algodoeira, purificação da raça. Contando com anuência do Imperador D. Pedro II, que chegou a visitar imigrantes norte-americanos na colônia de Santa Bárbara do Oeste, por ocasião da inauguração da Escola Presbiteriana de Campinas⁷¹.

Sobre mobilidades envolvendo a região amazônica, ao voltarmos a atenção para o *relatório da presidência do Estado do Pará*, pode-se notar um crescente no tema, pois, segundo o governo, a procura pelas regiões na Amazônia vinha crescendo, sendo motivo de destaque na fala dos governadores:

Efetivamente a datar do princípio do anno passado, numerosos indivíduos e famílias tem chegado ao Império, comprado terras e começado a cultivar-as. A corrente principal de immigrates tem-se dirigido de preferência para as províncias meridionais, cujo o clima se aproxima muito mais de seu paiz do que o das províncias setentrionais, todavia a província do Pará, que era ainda há poucos annos, falsamente considera nos Estados Unidos e na Europa, como uma região demasiadamente ardente. Doentia e pouco capaz de ser habitada pelos filhos da zona temperada, começa a ver cair ante a luz da verdade todos os preconceitos e prejuízos ridículos que contra ella se inventaram.⁷² (Sic).

⁷⁰ MEIRELES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia: Mitos e Verdades Sobre a Região Mais Cobiçada do Planeta**, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004, p. 118.

⁷¹ MINARD, Inês. **Os Imigrantes e Missionários Norte-Americanos e Suas Contribuições Para o Campo Educacional e do Trabalho**. In *Revista do XXII Simpósio Nacional de História* (ANPUH), 2003, p. 2.

⁷² PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare*, 1867, p. 42.

A imagem da região amazônica, segundo o governo, em relação a ser um bom destino para a imigração, como destaca o relatório citado, de 1867, vinha mudando gradualmente, devido à opção pela região, por colonos de regiões temperadas, entre eles estão os norte-americanos. O imigrante norte-americano, em particular, é tratado com certo entusiasmo, pois se esperava, além da colonização, o desenvolvimento de uma cultura de cultivo de produtos com ênfase para cana-de-açúcar e algodão⁷³.

Segundo o *relatório da província do Pará*, do ano de 1866, podemos verificar algumas facilidades e incentivos que o governo imperial brasileiro fornecia para o imigrante norte-americano que aceitasse ir para a Amazônia. Dessa forma, podemos compreender como Santarém, no Pará, tornou-se um dos principais centros a receber imigrantes norte-americanos no Brasil durante o século XIX. Pode-se atribuir o aumento na procura por propriedades na região como consequência direta das vantagens que o governo oferecia para o imigrante que optasse em se instalar nela:

O governo imperial tem patrioticamente não só cedido, a preço de meio real por braça quadrada as terras que os colonos escolhem, mas também mandou á sua custa, a título de adiantamento aos mesmos colonos, aos quase tem ainda mandado abonar quantias sufficientes para os seus primeiros estabelecimentos (...) ⁷⁴ (Sic).

Além da demarcação de propriedades, seria de responsabilidade dos poderes públicos a retirada da mata nativa, e o governo brasileiro fornecia uma quantia de recursos financeiros para que o imigrante norte-americano tivesse condições de iniciar suas atividades e estabelecer-se de forma segura em sua nova terra.

Outro elemento presente que podemos destacar foi a urgência que o governo tinha em trazer esse imigrante, pois que, em muitas oportunidades, nas *mensagens oficiais do governo do Pará*, de 1866, pode-se notar que as terras eram vastas e não se tinha contingente para cultivá-las, dessa forma, vimos uma preocupação com a urgente instalação desse imigrante na região.

Foram utilizados recursos da própria província para promover essa imigração; embora a lei que regulamenta essa prática fosse imperial, a província também acabava por investir recursos nessa atividade, deixando claro com isso que promover e gerenciar essa imigração era de grande importância para as autoridades vigentes:

⁷³ BENCHIMOL, posição 6693.

⁷⁴ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Barão de Arary*, 1866, p. 43.

Uma das questões mais importantes da actualidade e de que convem tratar com todo o interesse, e sem perda de tempo, é incontestavelmente a da colonização estrangeira. Nosso paiz imenso pela vastidão do território, dotado de riquezas naturais que bem explorados alimentariam grandemente o nosso progresso, resente-se, entretanto, de falta de população, ou de braços que aproveitem tais riquezas prodigamente espalhadas pela mão da natureza. Ultimamente o governo imperial encarando a questão da colonização com o interesse que de ve encaral-a n'este paiz, um governo amante do progresso da nação, tem feito algumas vantagens aos colonos estrangeiros, dando-lhes transporte, terras para cultivarem e protegendo-os tanto quanto possível⁷⁵ (Sic).

O tema dos imigrantes oriundos dos Estados Unidos ganha notoriedade também dentro dos relatórios do *ministério da agricultura* a partir de 1867, pois o governo acaba percebendo a implantação desse imigrante como algo benéfico para o Brasil como um todo. Ao analisarmos o *relatório do Ministério da Agricultura*, nota-se uma linguagem que nos remete ao sentimento de assertividade em relação à origem dos imigrantes e as atividades que eles iriam iniciar em terras brasileiras:

Reconhecido, como está, que a immigração mais conveniente ao Brasil é a que se compõe de indivíduos dedicados especialmente a vida agrícola, o governo, apressando-se em auxiliar o desejo manifestado por diversos habitantes da União Americana, de transferir-se para o nosso paíz, teve em mira os dos Estados do sul em que sobressahe aquella notável circumstancia. Como garantia de sua permanência em solo brasileiro, accresce o motivo político que actua em seus ânímos para expatriarem-se⁷⁶ (Sic).

Reconhecidamente, podemos verificar que o governo imperial tornou possível a vinda desse contingente, diante de amplas vantagens que foram oferecidas para esses colonos, e não podemos esquecer também que existia uma grande instabilidade política envolvendo o Sul e o Norte dos Estados Unidos, o que acaba por contribuir para que famílias do Sul vejam as terras brasileiras como solução para um recomeço.

⁷⁵ **Jornal do Pará** - Orgão Official, 29 de abril de 1873, p.1.

⁷⁶ BRASIL. **Relatórios do Ministério da Agricultura**, 1867, pp. 37-38.

2. 2 “Expedição Hastings”: o agente de imigração

A colônia de Santarém surgiu sob a liderança do Major Lansford Warren Hastings, nascido em Knox County, Ohio, em 1819. 1842, ele havia sido eleito líder de uma das primeiras viagens de comboios de carroças para o Oregon. De lá, seguiu para a Califórnia. Hastings almejava derrotar os mexicanos e se tornar presidente da República da Califórnia. Ele era casado com uma jovem do Alabama e defendeu a causa confederada durante a Guerra Civil. De acordo com Hill (1927) o grupo liderado por Hastings era formado por fazendeiros do Alabama e do Tennessee, que estavam descontentes com as condições que passaram a vigorar após a derrota na Guerra Civil⁷⁷.

Ainda dentro do aspecto da primeira causa da imigração norte-americana, que se delimitou a partir dos incentivos oferecidos pelo então governo brasileiro, é importante compreendermos de que forma se deu essa imigração deles na prática. Podemos verificar, a partir das análises das *mensagens do Governo do Estado do Pará*, que a imigração internacional de forma espontânea era pouco para a Região Norte do Brasil, o que para o governo era um problema que precisava de alguma forma ser solucionado.

Por conta das dificuldades em conseguir imigrantes para a província do Pará, temos a figura do *agente de imigração*, que teve como função recrutar famílias para alocar em terras cedidas pelo Governo do Estado do Pará, para a criação de núcleos agrícolas; no caso específico envolvendo os norte-americanos, temos o comprometimento do estado em estabelecer algumas condições para os imigrantes em forma de um contrato firmado com o Major Hastings. Desse modo:

Termo de contrato celebrado com o major Lansford Warren Hastings, para estabelecer uma colônia de compatriotas seus nesta província. Aos sete dias do mez de novembro de mil oitocentos sessenta e seis, nesta cidade de Belém, capital da provincia do Pará, no palácio da presidência, estando presente o exm. sr. presidente da provincia dr. Pedro Leão Velloso, compareceu o major Lansford Warren Hastings, cidadão dos Estados Unidos da America do Norte, para fim de contractar o estabelecimento de uma colonia de compatricotas seus, que quizerem emigrar para esta província e nella fixar sua residência effectiva e permante⁷⁸(Sic).

⁷⁷ AGUIAR, 2009, p. 57.

⁷⁸ **Jornal do Pará** - Órgão Oficial, 28 de janeiro de 1867, p. 1

No caso do estado do Pará, temos Lansford Warren Hastings (1819-1868), ou simplesmente major Hastings, cujo nome aparece vinculado quando o assunto é imigração de norte-americanos para a Amazônia, tanto nos periódicos que noticiaram as negociações, quanto nos pronunciamentos dos governadores em forma de mensagem oficial.

Vale destacar que Hastings foi um major norte-americano durante a Guerra Civil Americana e teve um importante papel no povoamento de colonos no estado da Califórnia. Esteve também engajado na implantação de famílias sulistas na Amazônia, entre os anos de 1865 até o ano de sua morte, 1868, no entanto, não existe uma concordância da data de seu falecimento, nem especificamente o que veio a ocasioná-lo, ainda no início de sua empreitada em terras brasileiras⁷⁹.

Como citado anteriormente, seu nome aparece vinculado a diversas notícias de jornais do período e nas mensagens oficiais do estado do Pará como agente de migração, e foi ele quem ficou responsável pela verificação e viabilidade das terras que abrigariam essas famílias ao sul da cidade de Santarém:

No vapor *North America* chegaram a Belém o engenheiro J.L Simpson e major Hastings, encarregados de procurar terras e esclarecimentos precisos à milhares de cidadãos americanos que alli desejam estabelecer-se. Seguiram no vapor *Mandos* ao Amazonas, no intuito de examinarem os terrenos a margem esquerda do grande rio⁸⁰ (*Sic*).

É feito, desse modo, um levantamento da terra e das possíveis riquezas localizadas na região do rio Tapajós, onde seria viável a instalação de famílias, fato que foi tratado com muito entusiasmo pelos meios de comunicação, sempre destacando a figura de Hasting como capacitado para tal empreitada:

O movimento para promover a imigração norte-americana tomava proporções no Pará, onde chegará o major Hasting que imediatamente partiu para o rio Amazonas, o major Hasting, diz um correspondente, foi o primeiro que dirigiu uma expedição notável de colonos para a Califórnia⁸¹ (*Sic*).

Devemos destacar que de nenhuma forma essa imigração foi feita de qualquer modo, pois os sulistas tinham uma boa noção do que esperar ao seguir para o Brasil:

⁷⁹ ANDREWS, Thomas. **The Controversial carrer of Lansford Warren Hastings**: Pionner California promoter and emigrant guide, California: University of Souther California, 1971, p.222.

⁸⁰ **Diário do Rio de Janeiro**, 12 de junho de 1866, p.1

⁸¹ **Diário do Rio de Janeiro**, 27 de julho de 1866, p.1.

A emigração dos sulistas para o Brasil não foi um ato impulsivo e impensado. Antes de se decidirem sobre o local para onde iriam, eles enviaram agentes para conhecer o grande Império da América do Sul. Estes tinham como missão pesquisar as condições de estabelecimento, as terras, o clima, a cultura, a liberdade política e religiosa⁸².

Com isso, Hasting, devidamente financiado pelo Estado⁸³, fica responsável pelo contato de famílias interessadas em deixar os Estados Unidos e partir para terras tropicais, além de ser designado responsável também pelo transporte entre os Estados Unidos e o Brasil.

Em uma matéria do *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, de 21 de setembro de 1867, que teve como título “Expedição Hastings”, é descrito que a viagem dos imigrantes durava em torno de 47 dias, de muita penúria e privações, tornando-se cheia de imprevisto e desventuras.

O navio *South America* tinha como ponto de partida Nova Orleans (EUA) e destino o estado do Pará (Brasil). Ocorreram diversas paradas para manutenção, o que nos leva a crer na existência de sérias dificuldades que tiveram até o desembarque final:

Expedição Hasting - Teem sido fataes todas as expedições de immigrantes americanos dirigidas por alguns emprehededores particulares. O vapor que partiu de New-Orleans com direção ao Pará, conduzindo a expedição do major Hastings, teve uma viagem desastrada e ultimamente arribou a S. Thomaz, onde despejou os immigrantes na praia. Primeiramente arribou a Pensacola, depois arribou á Havana onde o vapor teve de fabricar, depois arribou ás costas de Santo Domingo onde os passageiros tiveram de fazer lenha para continuar a viagem e ultimamente arribou a S. Thomaz, depois [...] de uma viagem penosa e arriscada em que os immigrantes soffreram toda sorte de privações. Em S. Thomaz preparara-se ultimamente o governador da ilha para alojar os imigrantes e oferecer-lhes passagem por conta do Brasil, quando chegou, felizmente o South-America e por intervenção do Sr. Dr. D de Goicoria foram recebidos abordo e conduzidos ao Pará, onde foram bem acolhidos pela presidente da província o Sr. Vice-almirante de Lamarg⁸⁴ (Sic).

A matéria do *Jornal do Diário do Rio de Janeiro* mostra-se importante para compreendermos como foi a provável rota de chegada dos imigrantes norte-americanos ao Brasil, mais precisamente ao estado do Pará, nas terras amazônicas. Ao analisar-se o artigo do dia 21 de setembro, pode-se notar a provável trajetória adotada pelo navio que trouxe esses imigrantes liderados pelo major Hastings, como podemos observar na Figura 5, que é uma ilustração elaborada como produto da leitura do artigo citado anteriormente:

⁸² AGUIAR, 2009, p. 22.

⁸³ **Jornal do Pará** - Órgão Oficial, 11 de dezembro de 1867, p. 1.

⁸⁴ **Diário do Rio de Janeiro**, 21 de setembro de 1867, pp. 2-3.

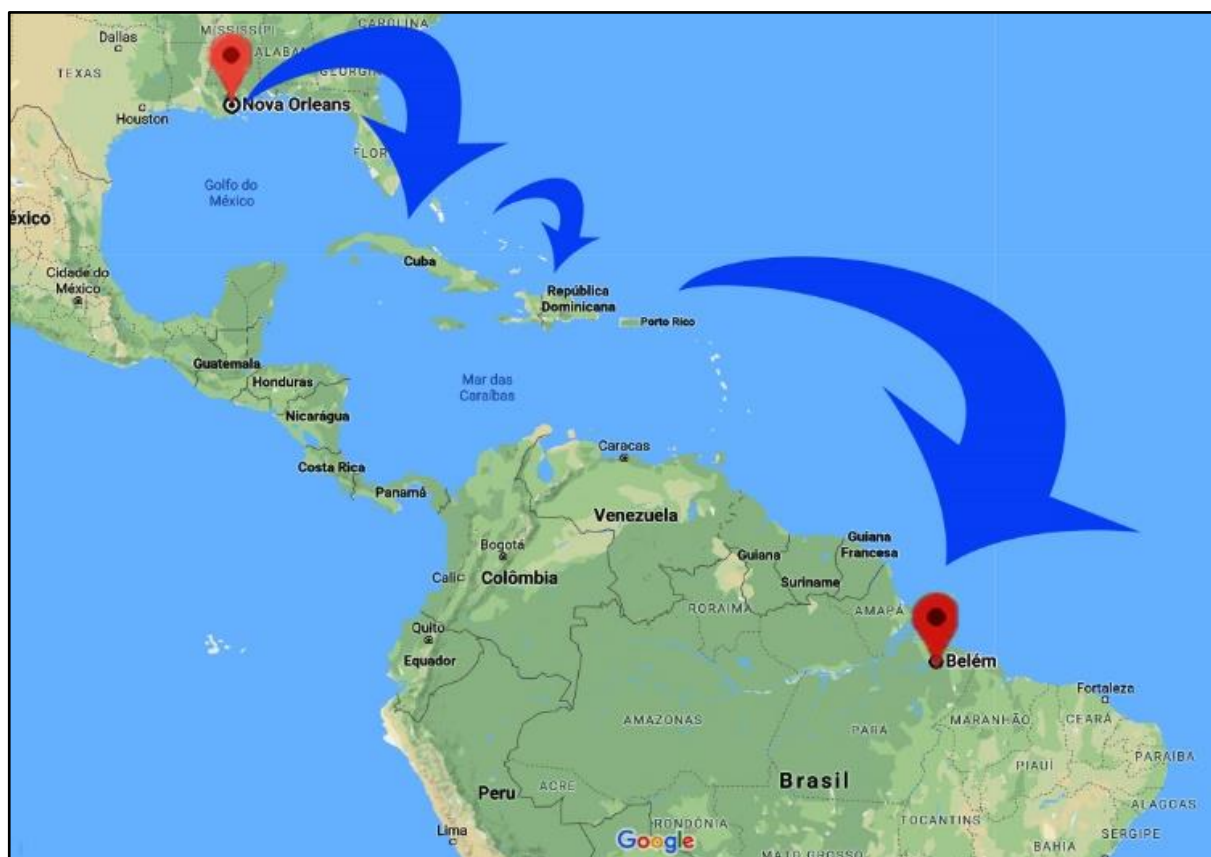


Figura 5: Provável rota do navio *South América* com partida de Nova Orleans (EUA) com paradas em Cuba, República Dominicana e Porto Rico, chegada em Belém do Pará. Fonte: Adaptado pelo Autor.

Após a chegada dessas imigrantes, ficava a cargo do governo provincial a providência de moradas temporárias e alimentação, até que eles fossem designados a suas respectivas terras. Tais providências estavam previstas de acordo com o contrato estabelecido com o major Hastings:

A presidência encarregou ao Sr. Coronel Pinto Guimarães da construção de arranchementos provisório para os emigrantes americanos, que, segundo contracto celebrado com o major hastings devem ser estabelecidos em terrenos concedidos pelo governo imperial no município de Santarém, assim como também encarregou ao mesmo Sr. Coronel pinto a abertura de uma estrada, que da cidade de Santarém conduza ao lugar dos arranchementos⁸⁵ (*Sic*)

Apesar da morte repentina do major Hastings, sua contribuição é inegável quando se trata da tentativa de implantação das colônias norte-americanas no Norte do Brasil. Desse modo, os imigrantes que foram conduzidos por Hastings para a Amazônia deram origem a duas

⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, 28 de fevereiro 1867, p.1.

colônias agrícolas no estado do Pará, próximo a cidade de Santarém. Os colonos norte-americanos tiveram importante influência nessa região, conhecida como a região do Tapajós, que possui esse nome devido ao rio que banha a localidade. As principais colônias foram Diamantina⁸⁶ e Piquiatuba.

Em 1875, as duas comunidades somavam um total de 93 habitantes, longe dos mais de 200 imigrantes que chegaram nas décadas anteriores. Porém, o número de habitantes de origem norte-americana pode ter sido muito maior, pois acredita-se que muitos preferiram os ambientes urbanos e atividades ligadas ao comércio:

RESIDÊNCIAS	NOMES	FAMILIAS		TOTAL
		Homens	Mulheres e crianças	
Piquiatuba	Americanos			
	J. B. Mendenhall....	2	2	4
	Padre R. F. Henington.....	3	3	6
	Steel (viuvo).....	2	1	3
	J. D. Emmett.....	3	3	6
	Dr. S. F. Stoope (médico).....	1	2	3
	Inglezes			
	N. A. Wiclsam.....	2	6	8
	T. S. Pitt letch.....	1	1	2
	W. W. Clinte.....	1	0	1
	J. Wiclsam.....	1	2	3
	Richard Ogbarn.....	3	2	5
Diamantina	Americanos			
	J. N. Pitts (medico)...	2	5	7
	E. S. Wallace.....	1	5	6
	J. H. Vaughan.....	5	6	11
	R. H. Riker.....	3	4	7
	D. H. Vaughan.....	1	2	3
Em pontos diferentes	Chasle (1).....	1	3	4
	Americanos			
	R. J. Rheme.....	1	5	6
	A. Cale.....	1	2	3
	G. Genindo (2).....	1	1	2
	J. D. Genindo (3).....	1	2	3
		36	57	93

1, 2 e 3 são casados com santarenses.
 Secretaria da camara municipal de Santarém. 11 de Setembro de 1875. — O secretario, C. Feliciano Pinto Guimarães.

Figura 6: Quadro demonstrativo das famílias norte-americanas e inglesas nas comunidades de Diamantina e Piquiatuba em Santarém, no Pará. Fonte: *Jornal do Rio de Janeiro*, 1875.

⁸⁶ O nome referente à comunidade norte-americana “Diamantina”, próximo a Santarém (Pará), pode ser encontrado também como “Diamantino”, a exemplo do livro *O último confederado na Amazônia*, de David Riker, de 1983.

As colônias experimentaram certa prosperidade, contudo, bem longe do que se esperava no início da empreitada pelo governo, tendo o cultivo de algodão e da cana-de-açúcar como uma das principais atividades:

Major L. W. Hastings adoeceu e faleceu antes de retornar ao Brasil com o segundo grupo de imigrantes sulistas que tentava trazer para a região, em 1868. Com o fracasso do Pará, o Coronel White e William Barr acabou transferindo-se para Santa Bárbara (São Paulo). Os que permaneceram em Santarém, como a família Riker, foram totalmente incorporados à sociedade local, descaracterizando completamente a sua origem norte-americana.⁸⁷

Seus descendentes se mesclaram com os moradores locais⁸⁸, a prematura morte do major Hastings, responsável pelos núcleos nos anos iniciais, foi também um triste presságio para as nascentes colônias⁸⁹, dessa forma, podemos afirmar, que as colônias não tiveram o resultado esperado, porém, sua contribuição foi importante para o desenvolvimento das regiões próximas a cidade de Santarém.

2.3 “A situação do Sul era desoladora”: a Amazônia e a Guerra Civil Norte-Americana

A força que determinou o deslocamento dos sulistas para a América do Sul foi a Guerra Civil, e, talvez mais do que esta, o período que lhe é consecutivo e que leva o nome, algo irônico, de Reconstrução. É preciso ler os documentos da época, os livros de memórias, as observações de vagantes, as cartas particulares para se ter uma ideia da situação precária e angustiosa em que se viram milhares de famílias sulistas, numa sociedade que perdera seu fulcro econômico com a libertação do negro, com as propriedades devastadas e saqueadas, com a carecia de braços e, sobretudo, tendo de enfrentar uma verdadeira subversão de classes, insuflada por politiquinhos sem escrúpulos⁹⁰.

⁸⁷ AGUIAR, 2009, p. 57.

⁸⁸ BENCHIMOL, 2013, posição. 6693.

⁸⁹ **Jornal Diário do Rio de Janeiro**, Sábado 30 de outubro de 1975, p. 2.

⁹⁰ RIOS, José. **A imigração de confederados norte-americanos no Brasil**. In *Revista de Imigração e Colonização – Órgão Oficial do Conselho de Imigração e Colonização*, São Paulo, 1948, p.5.

O segundo motivo que pode ser apresentado como relevante para justificar a presença de imigrantes internacionais, vindos da América do Norte, presentes na Amazônia, foi a Guerra Civil Norte-Americana, conhecida também como Guerra de Secessão. Foi um conflito armado que assolou a América do Norte, entre os anos de 1861 a 1865. Teve como protagonistas as regiões Norte e Sul dos Estados Unidos da América, e fez com que os moradores do Sul, os chamados confederados⁹¹, derrotados na guerra, fossem forçados a procurar, de alguma forma, um novo local para viver, em face das consequências desse conflito. Esse conflito armado foi reflexo das divergências políticas existentes entre Norte e Sul⁹² dos Estados Unidos, principalmente envolvendo o modelo econômico de produção vigente no período. Em 1860, sai como vencedor, de conturbadas eleições para presidente, Abraham Lincoln⁹³, do partido democrata (1809-1865), sem nenhum apoio de estados do Sul, pois era um fervoroso crítico do modelo escravista e suas ideias abolicionistas não eram bem recebidas pelas lideranças de lá. Suas críticas pró-abolicionismo causaram indignação nas lideranças sulistas, que dependiam da mão de obra escrava negra. Vale lembrar que a Região Sul do Estados Unidos tinha sua economia girando em torno de atividades agrícolas, principalmente no cultivo de algodão. Acreditava-se que uma provável abolição da escravidão causaria sérias complicações econômicas a esses estados.

Esse descontentamento com o recém-eleito governo tem como consequência uma rutura com a União. Os estados escravistas do Sul formam os Estados Confederados da América, manobra política que tinha como objetivo preservar o modo de vida sulista, sem nenhuma mudança que colocasse em risco a economia da região. Jefferson Davis, derrotado nas eleições presidenciais por Lincoln, declara-se presidente dos Estados Confederados. Essa secessão (como manobra política) forneceu a força necessário dentro do Congresso para o partido de Abraham Lincoln ganhar força e maioria:

⁹¹ MARTIN, André. “**Guerra de Secessão**”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) **História das Guerras**, 1ª edição, São Paulo, 2006, p. 218.

⁹² SANTOVENIA, Emeterio. **Lincoln**, Edição Americalee, Buenos Aires, 1948, p. 216-207.

⁹³ Foi o 16º presidente dos Estados Unidos da América durante a guerra civil.



Figura 7: Representação do mapa dos Estados Unidos. Destaque para os Estados da União e os Estados Confederados. São originários da Região Sul os imigrantes norte-americanos que se instalaram em diversas regiões do Brasil, inclusive na Amazônia. Fonte: AMEUR, Farid. *Guerra de Secessão*, p. 26.

Em um primeiro momento, o presidente Lincoln não via como saída o conflito armado, pois exigiria de ambas as partes uma grande mobilização financeira e humana, o que poderia colocar o país em sérias dificuldades. A preservação da vida humana e do estilo de vida americano eram uma preocupação, logo, deveriam a todo o custo ser protegidos, e um conflito civil não contribuiria para isso. As consequências para os envolvidos, nesse caso Norte e Sul dos Estados Unidos, seriam diversas e deveriam, assim, ser evitadas:

Las intenciones del presidente seguían siendo diáfanas: de los poderes colocados por el pueblo en sus manos no partiría agresión alguna contra el Sur, pero estos poderes serían utilizados para proteger y conservar el patrimonio colectivo cuyo guardar le incumbía.⁹⁴

O forte Sumter, localizado na Baía de Charleston, representava para os confederados uma repressão e demonstração de afrontamento por parte dos Estados da União, pois o ele estava localizado em terras sulistas. Desse modo, foi executada uma investida, por forças sulistas, para buscar a rendição, porém, encontraram resistência, ocasionando um conflito, que teve como objetivo tomar o forte:

⁹⁴ SANTOVENIA, 1948, p. 140.

El la mañana del 12 de abril 1861 el cañonazo anunciador de la guerra civil: el cañonazo que Lincoln había advertido que no saldría de las filas de los Estados Unidos. El fuerte Sumter repelió la agresión. Pero el fiero bombardeo de fué objeto durante várias horas, el incendio de su interior y la falta de provisiones apagaron sus fuegos y aceleraron su evacuación. El Sur, hablando por boca de su artillería y capturando el Fuerte Sumter, hizo saber a los gobernantes de los Estados Unidos su decisión de pelear para mantener el acuerdo de romper el pacto federal⁹⁵.

Essa atitude por parte dos confederados, em tomar o forte Sumter pela força, inicia de vez o conflito armado entre as regiões, mesmo não sendo, em um primeiro momento, a saída para as divergências políticas existentes no período. Acaba por ser a única alternativa diante das investidas armadas do Sul para com o Norte.

A guerra durou mais do que o previsto pelas lideranças nortistas. Algumas vitórias em batalhas armadas pelos confederados fizeram o conflito se prolongar por mais tempo do que eles esperavam.

Apesar de uma superioridade numérica das tropas do Norte em relação ao Sul – em 1863, a União contava com um exército de aproximadamente 900 mil homens, enquanto o Exército Confederado não passava de 500 mil –, acredita-se que as estratégias militares adotadas pelos generais do Sul foram fundamentais para que o conflito se prolongasse mais do que o esperado.

A lentidão das investidas militares ocorridas na Guerra Civil Norte-Americana pode ser associada à criação das tropas antagônicas de forma gradual, em um território federativo amplo e em plena expansão, “gerando”, desse modo, um imenso campo de operações com características naturais diversas⁹⁶. Essas características não contribuíram para um rápido desfecho das investidas armadas que ocorreram. Seguidamente, os Estados Unidos não tinham um exército fixo e numeroso, o que, ao longo do conflito, mostrou-se problemático, pois teve que ser criado e anexado ao longo do conflito:

Ao contrário das potências europeias, os Estados Unidos sempre rejeitaram a ideia de manter um forte exército nacional permanente. Assim, quando soa o primeiro tiro de canhão no forte Sumter, o exército regular da União conta como apenas 16 mil homens, espalhados num espaço com cerca de 4,5 milhões quilômetros quadrados entre os 79 postos de divisa disseminados a oeste do Mississippi⁹⁷.

⁹⁵ SANTOVENIA, 1948, p.141.

⁹⁶ AMEUR, Farid. **Guerra de Secessão 1861 - 1865**, 1ª edição, São Paulo, 2010, p. 31.

⁹⁷ Ibidem, 2010, p. 32.

As ações militares envolvendo os Estados da União e os Estados dos Confederados são marcadas pela violência extrema e pelo elevado número de mortos em campo de batalha, o que proporcionou uma considerável perda de vidas humanas de ambos os lados, lembrado que o combate armado era uma das últimas opções para suprimir a insurgência dos Estados Sulistas, mas foi inevitável que ocorressem operações militares de combate direto entre as tropas e, conseqüentemente, os primeiros anos de combate foram marcados por incertezas e por equilibradas batalhas:

Contra todas as expectativas, a guerra civil patina num impasse sangrento. Ao preço de pesados sacrifícios, as duas forças estão equilibradas nos campos de batalha, embora ambas sofram sérios reveses. De fato, nos dois primeiros anos da luta, nortistas e sulinos enfrentam-se numa sucessão de combates mais sangrentos do que decisivos. As façanhas do general Lee na frente de batalha da Virgínia ou as incursões notáveis dos exércitos federais no Oeste não põem termo à guerra. Na terra e no mar, ninguém ainda pode dizer com certeza a quem caberá a vitória⁹⁸.

Ainda assim, não podemos esquecer que existia uma superioridade numérica do Norte em relação ao Sul, como já colocado, e essa falta de contingente existente no Exército Confederado foi compensada pelas competências das estratégias militares adotadas nas operações em que os sulistas foram liderados pelo general Robert Edward Lee (1807-1870). E como exemplo disso temos a vitória de Lee, no final de janeiro de 1863 em Chancellorsville, fruto de uma ousada manobra militar, na qual ele dividiu o seu já reduzido exército, confundindo as tropas da União, lideradas por Joseph Hooker (1814-1879), conhecido também como “*Fighting Joe*”. Nessa frente de batalha, as tropas confederadas contavam com 53 mil soldados, contra 113 mil das tropas da União. A vitória de Lee em Chancellorsville tornou-se uma das batalhas mais memoráveis da guerra, em virtude da vantagem numérica que foi superada pelas tropas confederadas.

Mesmo com diversos triunfos diante das tropas da União, os confederados tinham sérios problemas, um deles, sem dúvida, era um exército reduzido em relação às extensas tropas do Norte. Essa vantagem numérica era motivo de preocupação por parte do general Robert Lee. O exército do Sul encontrava cada vez mais dificuldades em repor as suas baixas, e para Lee o desfecho seria fatal para o Sul⁹⁹.

⁹⁸ AMEUR, 2013, p. 48

⁹⁹ Ibidem, 2013, p.49.

Com isso, é pensado pelo general Robert Lee um ataque que fosse contundente para as tropas do Norte, capaz, dessa forma, de terminar a guerra, com um conflito que ocorreria em território inimigo, causando uma conclusão das batalhas:

Assim, o comandante sulino quer desferir um golpe decisivo, capaz de terminar a guerra em condições vantajosas para o Sul. Com a aprovação de Jefferson Davis, Lee descuida deliberadamente da frente ocidental, onde os sulinos são malbaratados, e planeja uma campanha de verão extremamente ofensiva em território inimigo. Agora seu objetivo é cruzar de volta o Potomac e invadir a Pensilvânia. De lá espera ameaçar Washington pelo Norte. Se não conseguir hastear a bandeira rebelde no Capitólio, Lee espera ao menos provocar um pânico no Norte suficiente para dar razão aos partidários da paz¹⁰⁰.

O embate ocorre em 1º de julho de 1863, os exércitos encontram-se perto da encruzilhada de Gettysburg, ao sul de Harrisburg, e o conflito ficou conhecido como: A Batalha de Gettysburg. Esse embate foi o que apresentou o maior número de baixas em toda a Guerra Civil Norte-Americana. Houve um total 51 mil baixas, e a das tropas da União um total de 23 mil. Por parte dos Sulistas, foram 28 mil baixas, um número significativo. Essa derrota dos confederados¹⁰¹ obriga as tropas lideradas por Lee a terem uma postura mais defensiva. Mesmo com essa derrota sangrenta, o prestígio de Robert Lee não foi abalado.

A partir de 1864, o Sul já comprometido por causa da falta de recursos, acaba verificando uma crescente vantagem dos Estados do Norte, mais associados a uma infinidade de recursos do que à competência de seus militares.

Outro fato que pode ser apontado como fundamental para um eminente triunfo do Norte em Relação ao Sul foi o crescimento demográfico pelo qual a União passou durante o conflito, proveniente de uma intensa imigração, em que 800 mil estrangeiros fixaram-se em territórios pertencentes a ela, solucionando a necessidade de mão de obra existente por conta da mobilização de contingentes para os conflitos armados. Em 9 de abril de 1865 é assinada a declaração de rendição das tropas do Sul, dando fim ao conflito. Outro acontecimento que merece destaque foi o assassinato do presidente Lincoln:

Na noite de 14 de abril, no teatro Ford, um dos mais renomados de Washington, um acontecimento horrível vem acrescentar uma dimensão ainda mais trágica ao final da luta. Presente entre o público, assistindo o nosso primo da América, uma comédia inglesa muito em voga, Lincoln cai sob os golpes

¹⁰⁰ AMEUR, 2013, pp.49-50.

¹⁰¹ SANTOVENIA, 1948, p. 256.

assassinos de John Wilkes Booth, um ator fracassado, desequilibrado e defensor da causa sulina. Na manhã seguinte, Lincoln sucumbe aos ferimentos, tornando-se o primeiro presidente assassinado na história dos Estados Unidos¹⁰².

A morte de Lincoln ocorre em um momento crucial, pois que, com o fim do conflito, ele seria o responsável por unificar novamente os Estados do Sul e do Norte. Desse modo, ao verificarmos as consequências das batalhas, podemos considerar sua morte como que causada por motivações políticas provenientes dessa guerra.

A consequência diante da guerra civil foi diferente nas regiões envolvidas no conflito. A Região Norte, onde já se tinha uma indústria desenvolvida desde 1820, “com as ferrovias, o barco a vapor e o telégrafo, como bons exemplos da expansão econômica”¹⁰³, conseguiu enriquecer ainda mais devido às demandas que foram feitas para sua indústria, principalmente as ligadas à produção têxtil, de calçados e a bélica. Além disso, os conflitos se deram em território sulista, o que ajudou a preservar as áreas urbanas e manter baixa a mortalidade de civis.

Para a Região Sul dos Estados Unidos, o conflito significou entrar em sérias dificuldades, pois a área ficou devastada e sofreu graves sanções econômicas como forma de “ressarcimento” por ter causado o conflito. “Na região Sul, a situação foi diferente; a guerra significou grande colapso econômico e desestruturação”, além de grandes perdas humanas:

Com a guerra, a região viu-se impossibilitada de vender algodão e tabaco e de fabricar armas. As milícias e os regimentos sulistas eram formados por soldados brancos de baixa condição social, que não possuíam escravos e precisavam ser alimentados¹⁰⁴.

Compreender como se encontrava a Região Sul dos Estados Unidos mostra-se importante para podermos assimilar como o Brasil e a região amazônica (no Estado do Pará) torna-se um lugar de refúgio e recomeço para diversas famílias sulistas, que acabam por se deparar com situações complicadas em sua nação de origem, o que coloca o seu modo de vida em sérios comprometimentos em razão do conflito:

(...) A situação do sul era desoladora. Jones registra a caótica situação do sul nessa época, sugerindo que o agravamento da situação se deu também devido ao assassinato do Presidente Lincoln, em 14 de abril de 1865, cinco dias

¹⁰² AMEUR, 2010, p.59.

¹⁰³ KARNAL, Leandro, **História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI**, 1ª edição, São Paulo, 2007, p. 135.

¹⁰⁴ Ibidem, 2007, p. 135.

depois de assinada a rendição das tropas confederadas na cidade de Appomattox, no lugar de Lincoln assumiu a presidência Andrew Johnson (1808-1875), Sua política de reconstrução foi um desastre para o sul¹⁰⁵.

Portanto, algumas famílias de confederados veem como opção procurar uma nova nação para conservar seu modo de vida e seus costumes. Veem no então Império Brasileiro os elementos necessários que permitiram essa realocação, buscando uma nova perspectiva que se distanciasse da nova realidade imposta a eles pelo pós-guerra civil. Sendo assim, o levante de imigração populacional para o Brasil de famílias sulistas foi consequência direta da guerra que abalou a economia da Região Sul dos Estados Unidos: “Um dos confederados, Robert Raiker, presidente de uma linha férrea no Sul, e próspero antes da *civil war*, não vendo futuro para os seus filhos nos Estados Unidos, trouxe-os para a Amazônia”¹⁰⁶.

Outro fato que pode ser atribuído para a mobilidade de famílias sulistas no pós-Guerra de secessão, para o Brasil é a existência de um imaginário sobre as terras brasileiras, criado a partir de diversas obras que circulavam nos Estados Unidos antes da guerra, ou seja, o Brasil já era conhecido pelos que optaram por imigrar.

Essa ideia é explorada pelo sociólogo brasileiro José Arthur Rios (1921 - 2017), em seu artigo “A imigração de confederados norte-americanos para o Brasil”, publicado na Revista de Imigração, em 1944, que tem como objetivo compreender a opção dessas famílias (sulistas) por terras brasileiras. O autor apresenta algumas obras que circulavam sobre viagens ao Brasil e considera a presença dessas obras um fato crucial para a criação de um imaginário no qual as terras brasileiras eram de alguma forma “perfeitas” para receber essa mobilidade. Porém, ao apresentar a obra: *Sketches of residence and travels in Brazil*, do autor Daniel P. Kidder¹⁰⁷ (1815-1891), como um das principais divulgadoras da “ideia Brasil” e que “exerceu maior influência”¹⁰⁸ entre os sulistas, esquece de mencionar que o autor dos livros esteve na Amazônia, mais precisamente na cidade de Belém, fazendo diversas observações sobre a cidade, seu povo, fenômenos naturais e infraestrutura, constatando, inclusive, algumas marcas que a revolução popular Cabanagem (1835-1840) deixou na cidade¹⁰⁹.

¹⁰⁵ GONÇALVES, Ailton. A imigração norte-americana e a implantação em Americana e Santa Barbara do Oeste, SP. In *Revista Nures*, 2015, p.4.

¹⁰⁶ KELSEY, Vera. **Seven Keys to Brazil**, 1941. In: RIKER, 1983, p.21

¹⁰⁷ Missionário metodista norte-americano. Esteve no Brasil de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842, em viagem missionária evangélica pelas principais regiões do Brasil, onde acabou por publicar dois volumes sobre essas viagens. *Sketches of residence and travels in Brazil* (Vol. 1 e Vol. 2).

¹⁰⁸ RIOS, 1948, p.4.

¹⁰⁹ KIDDER, Daniel. **Sketches of Residence and Travels in Brazil**: Historical and Geographical Notices of Empire, vol. 2, Philadelphia, 1845, pp. 264-265.r

A abordagem do assunto *Guerra Civil Norte-Americana*, nos relatórios oficiais do estado do Pará, demonstra que o conflito era de conhecimento das autoridades brasileiras. Diante das consequências desse conflito, o governo acreditava que poderia fornecer “abrigo” para as famílias que desejassem fixar morada nas diversas regiões do Brasil, inclusive no estado Pará:

A guerra civil que por quatros annos assolou os Estados Unidos da América do Norte e terminou com o triumpho do sustentadores da integridade d’aquella nação, deu causa a que muito dos habitantes do Sul se resolvessem a procurar uma nova pátria, onde podessem passar tranquillos os seus dias e achar a felicidade que outr’ora ali haviam fruido¹¹⁰(*Sic*).

A boa relação entre Estados Unidos e Brasil também é enfatizada no relatório, pois existia, no período, a Companhia Americana¹¹¹, a qual tinha operações que contemplavam o estado do Pará (Norte do Brasil), que tinha como função principal tornar viável o comércio do café e da borracha produzidos no Brasil, dessa maneira, abastecendo o mercado norte-americano com os produtos brasileiros. Essa boa relação que existia entre “duas grandes nações do Novo Mundo”¹¹² foi um dos motivos para se tentar atrair esse imigrando que buscava mobilizar-se de alguma forma para uma nova nação. É importante ainda ressaltar que essa imigração de norte-americanos representaria um certo desenvolvimento para o Brasil, segundo os poderes públicos do período.

Para promover essa mobilidade, foram disponibilizados recursos financeiros pelo governo brasileiro, que foram convertidos em facilidades para propiciar com o máximo sucesso essa imigração, envolvendo os dois países. Entre essas facilidades, podemos destacar:

- despesas de passagens pagas dos Estados Unidos até o Brasil para todos os membros das famílias que optassem por terras brasileiras;
- demarcação de terras e limpeza da vegetação nativa, para viabilizar as instalações dos imigrantes, sendo as despesas subsidiadas pelo governo brasileiro¹¹³.
- seis meses de despesas pagas para os colonos e suas famílias, relacionadas à alimentação e hospedagem, custeadas pelo Estado.

¹¹⁰ PARÁ. *Relatório da presidência, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo conselheiro de guerra e presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare*, 1867, p. 42.

¹¹¹ Foi uma companhia de barcos a vapor, subsidiada pelo governo brasileiro, como meio de facilitar o comércio entre Brasil e Estados Unidos. Partia mensalmente e com regularidade de Nova Iorque para o Rio de Janeiro, com escalas no Pará, Pernambuco e Bahia.

¹¹² PARÁ, op. cit., p. 6.

¹¹³ Ibidem, 1867, p. 43.

- terras direcionadas para o imigrante que tivesse interesse em cultivar atividades agrícolas;
- uma quantia em dinheiro por alguns meses para essas famílias, até o estabelecimento completo nas terras cedidas;
- proposta de criação de uma agencia de imigração brasileira em Nova Orleans¹¹⁴ (proposta apresentada por Tavares Bastos).

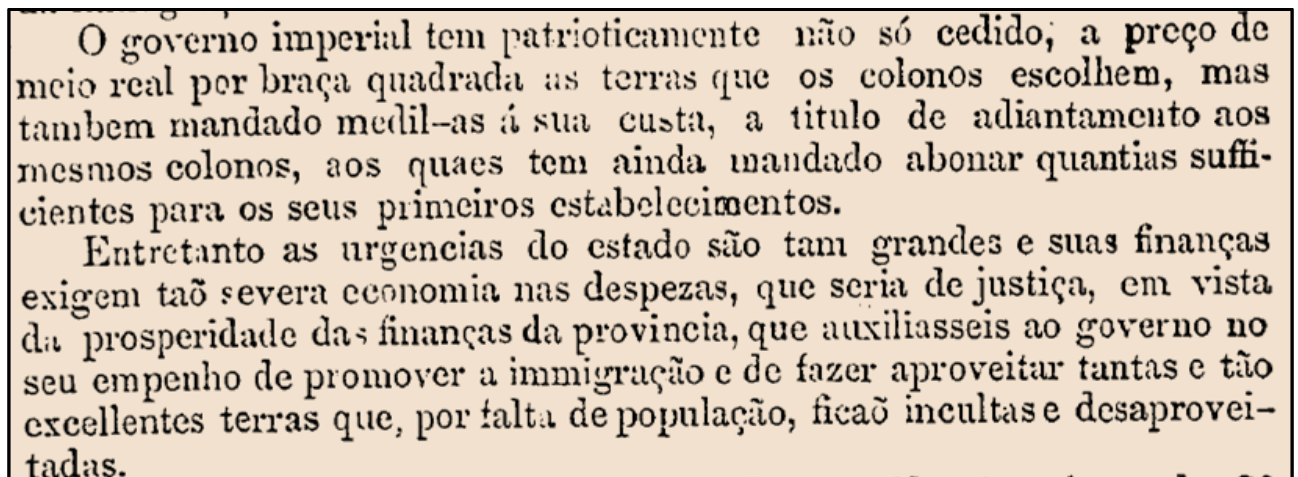


Figura 8: Relatório da presidência do Pará (Joaquim Raymundo de Lamera), trecho em que se enfatiza os investimentos do governo com a demarcação de terras para os colonos norte-americanos, 1867, p. 43.

Alguns números podem ilustrar a quantidade de imigrantes norte-americanos que foram recebidos em terras brasileiras, porém, esses números podem ser muito maiores, pois essa estimativa não contempla o imigrante que se direcionou aos centros urbanos brasileiros, adotando um estilo de vida compatível com os meios urbanos do período. Os números também não deixam claro os imigrantes que adquiriram grandes propriedades e passaram a produzir, com uma certa prosperidade, o café, nesse último caso trata-se dos que se fixaram na Região Sudeste do Brasil. Acerca dessa mobilidade, temos:

¹¹⁴ RIOS, 1948, p.10.

QUADRO 1 – Localização dos sulistas norte-americanos no Brasil, em 1868.

Local	Número de pessoas
Paraná	200
São Paulo	800
Rio de Janeiro	200
Minas Gerais	100
Espírito Santo	400
Bahia	100
Pernambuco	70
Pará	200
TOTAL	2.700

Fonte: Revista de imigração e colonização – órgão oficial do conselho de imigração e colonização, nº 4, ano IV, 1943, p. 10.

Ao contrário de muitos movimentos de mobilidades que tiveram como destino o Brasil, a imigração de norte-americanos no pós-guerra civil foi planejada, pensada. Outra característica específica desse movimento migratório envolvendo Brasil e Estados Unidos foi o fato de que as famílias que fixaram morada eram, em sua maioria, as que possuíam recursos financeiros, pertenciam a uma “elite” das comunidades sulistas¹¹⁵.

Isso pode ser confirmado principalmente pelos tipos de empreendimento que muitos desses sulistas adotaram em terras brasileiras; foram empreendimentos de grande porte, ligados a grandes porções de terras que adquiriram com recursos próprios e com certa facilidade do governo, nesse caso específico, são os colonos que ficaram alocados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde encontraram mais oportunidades provenientes de facilidades de estarem próximos ao centro administrativo do Império Brasileiro.

Já os que optaram pelo Norte do Brasil (Pará) cultivaram com uma certa prosperidade algumas atividades agrícolas o cultivo do algodão e da cana-de-açúcar, porém a pouca assistência do estado e a demora na demarcação de terra fez com que muitos fossem ou para o estado de São Paulo (Vila Americana), onde a colônia americana era mais prospera, ou voltassem para os Estados Unidos. Dessa forma:

¹¹⁵ RIOS, 1948, p. 5.

O resultado não justificou, todavia, tão alta expectativa. Esses “rebeldes insubmissos” deixaram pequena marca no Brasil, mas certamente o Brasil marcou-os e seus descendentes. Tinham errado na escolha. Dos mais de 200 que se estabeleceram no Pará, perto de Santarém, restavam 50 em 1874 quando Hobert Smith os achou, “ gente de Tennessee, Mississippi e Alabama, que sabia como a vida do sertão devia ser levada; homens magros e fortes com suas mulheres e crianças; homens que tinham chegado para ficar” mas que estavam carregados de dívidas, vivendo sordidamente, com os corpos alquebrados e os corações sem animo. Agora, 1926 não restam mais de 12 ou 15 incluindo a segunda geração, o unido norte-americano nessa colônia de Santarém que, pode dizer-se, teve êxito, foi um homem que começou com capital considerável¹¹⁶.

Este “único” norte-americano, ao qual o artigo refere-se, que experimentou prosperidade devido a seus recursos próprios, vai de encontro ao ofício apresentado no relatório do Estado do Pará, direcionado ao ministério da agricultura, em 15 de fevereiro de 1875, pois nele apresenta alguns colonos muito bem acomodados que obtiveram uma certa prosperidade com suas famílias em suas respectivas terras, próximo a Santarém:

(...) 23 de outubro últimos, tenho a hora de participar a v. exe. Que por ocasião da viagem que ultimamente fiz ao Amazonas, ao chegar, dirigi-me ao núcleo colonial americano, onde visitei os estabelecimentos rurais dos imigrantes: Hensington, Dr. Pitts, Wallace, Ricker, Wingham e Mendenhall: estabelecimentos bem montados, com plantações regulares e engenhos para fabricação de assucar, aguardente, licor de caju, vinho e cognac¹¹⁷ (Sic).

De fato, a prosperidade das colônias de norte-americanos, localizadas próximo a Santarém, ficou muito abaixo das primeiras expectativas. Diante disso, pode-se supor alguns fatores que contribuíram para o seu limitado sucesso. Podemos, assim, levar em consideração diversos ocorridos que tiveram maior relevância para a estagnação das colônias no Pará e entre eles estão:

- lentidão na escolha do local das terras que seriam demarcadas, por parte do agente de imigração, o major Hastings, ainda no início da empreitada;
- lentidão no contato com famílias sulistas interessadas em fixar morada em terras brasileiras, por parte do major Hastings, mesmo com a calamidade encontrada no Sul no pós-guerra civil;

¹¹⁶ JEFFERSON, Mark. **Uma colônia americana no Brasil**. In: *Revista de Imigração Colonização – Órgão Oficial do Conselho de Imigração e Colonização*, 1943, p. 83-84.

¹¹⁷ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, ofício ao ministério da agricultura Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides*, 1876, p. 53.

- demora por parte do Ministério da Agricultura em demarcar as terras escolhidas para abrigar os imigrantes¹¹⁸;

- prematura morte do major Hastings, ainda no início da implantação das colônias de Diamantino e Piquiatuba, porque ele exerceria liderança nas futuras colônias em terras paraenses, o que tornou difícil a continuidade;

- a seleção de alguns colonos que não tinham afinidade com cultivo da terra, preferindo as zonas urbanas, foi um agravante para que as colônias também não tivessem os braços necessários para o levante esperado na economia da região;

- a falta de títulos definitivos comprovando a posse das terras – o Ministério da Agricultura acabava por ser lento e ineficiente nesse aspecto, e diversos colonos não tiveram a garantia necessária para continuar na Amazônia;

- não foram atendidos os pedidos, feitos ao Ministério da Agricultura, para que fossem pagas as passagens de familiares de colonos que encontravam-se nos Estados Unidos e desejavam integrar as colônias na Amazônia;

- um quase isolamento do centro administrativo do império contribuiu para uma falta de assistência à altura da expectativa que as colônias gozavam no início do empreendimento.

Em conclusão, podemos constatar que os colonos norte-americanos referentes às colônias de Diamantino e Piquiatuba, próximas a Santarém, no Pará, ao decorrer da sua implantação acabaram por passar por diversas adversidades que tiveram um papel fundamental para a sua estagnação inesperada, dada a expectativa inicial do projeto pelo governo do estado.

As colônias do Pará foram muitas vezes negligenciadas pelos poderes públicos brasileiros, que tiveram um papel fundamental para a vinda desses colonos, porém, não foram eficientes para desenvolver essas colônias, que apresentavam, em sua gênese, uma esperança de desenvolver a Região Norte do Brasil a partir das atividades econômicas que poderiam ser expandidas. Porém, esse distanciamento em relação ao centro administrativo do império criou uma adversidade que não pode ser vencida pela distância que a região apresenta, sendo assim, os confederados foram absorvidos e assimilados em terras amazônicas, principalmente com o contato com o novo meio a que foram apresentados. Entretanto, sua importância para a região não pode ser deixada de lado, pois os descendentes de primeira geração de confederados iriam ser testemunhas de um dos maiores empreendimentos de capital privado já implantados em terras da Amazônia e acabariam por ter um papel fundamental em funções específicas nesse

¹¹⁸ PARÁ. *Relatório da presidência do Pará, ofício ao ministério da agricultura Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides*, 1876, p. 48.

acontecimento, que seria, mais tarde, denominado de Fordlândia, sendo na mesma região que os confederados escolheram como lar, anos antes. Seus compatriotas iram rasgar a floresta para implantar o modelo econômico que foi adversário dos confederados, anos atrás, na Guerra de Secessão.

3 – FORDLÂNDIA: A CIDADE EM MEIO À SELVA

Os americanos do Norte instituíram a maior indústria do mundo, na dos automóveis, sobretudo, na dos automóveis baratos, para passageiros e mercadorias. É explicável, pois, a sua angústia, no tocante à procura da matéria prima, que não preparou para complemento dessa indústria, mas que está em condições de organizar e obter na premência da necessidade, já como factor de ordem econômica, já como factor de riqueza comercial e, quiçá, da própria defesa nacional¹¹⁹(Sic).

A Amazônia, com sua aparente tranquilidade e isolamento, acolheu muito bem os norte-americanos (sulistas), durante o século XIX, que fugiam de terras arrasadas por uma longa e sangrenta guerra civil. Aos que optaram pelas colônias ao Norte do Brasil (Pará), encontraram na região amazônica os elementos necessários para o recomeço. Mesmo não experimentando o sucesso em grande escala, sua participação foi influente na região. Os poucos que permaneceram e seus descendentes foram testemunhas da chegada do modelo de produção industrial, em meio à Selva Amazônica, no início do século XX, com a promessa de levar o progresso para uma economia fragilizada.

Neste caso, mais uma vez a selva serviria para abrigar norte-americanos. Porém, dessa vez, não seriam absorvidos pela cultura local¹²⁰, mas acabariam por impor um ritmo industrial de produção e de modo de vida (*american way of life*), tornando a Floresta Amazônica um simples espaço de extração de seus recursos, sendo desconsideradas suas particularidades naturais e humanas que a tornam um lugar único.

A aplicação de capital privado e as facilidades oferecidas pelos poderes públicos brasileiros foram mecanismos que viabilizaram as intensas atividades de exploração que ocorreram na Amazônia no início do século XX, tendo como objetivo a concretização de um dos projetos mais audaciosos já vistos no Brasil: a Fordlândia.

O projeto consistia basicamente em um núcleo urbano anexado a uma plantação de árvores de seringueira às margens do rio Tapajós, na Amazônia, que teve como característica estrutural um arquitetura norte-americana, o que contrastou com modo de vida que se adota nos trópicos. Idealizada por Henry Ford, a cidade serviria como apoio para os trabalhadores da plantação de seringueira, em uma vasta área concedida pelo governo, a exemplo do que já

¹¹⁹ PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 12º legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1925, p. 12.

¹²⁰ BENCHIMOL, Samuel. **A Amazônia**: A Guerra na Floresta, 2ª edição eBook, Manaus, 2001, posição. 1107.

aconteciam no Oriente. Se conseguisse reproduzir atividade semelhante na Amazônia, Ford teria a vantagem de abastecer com borracha seu próprio empreendimento¹²¹.

Em 1928, as máquinas da *Ford Motor Company*¹²² iniciaram suas atividades no Norte do Brasil. Tinham como objetivo a extração do látex, seiva proveniente da árvore de seringueira, a qual, depois de manipulada, dá origem à borracha natural. O látex pode ser extraído de mais de 20 árvores de diversas zonas tropicais do planeta, nenhuma, porém, compara-se à *Hevea brasiliensis* em qualidade e produtividade, que fornece látex durante quase todo o ano¹²³.

Mais de 90% da área de extração do látex encontra-se na Amazônia brasileira, por esse motivo a escolha do local do projeto de Henry Ford foi extremamente específica e estratégica, consistindo, assim, na criação de uma extensa plantação, para a manipulação controlada das árvores de seringueira. Especificamente, o local escolhido pela companhia Ford, para a plantação, foi o vale do Tapajós, no Estado do Pará, Norte do Brasil, local nativo da árvore seringueira do tipo *Hevea brasiliensis*.

O interesse na região do Tapajós, para o cultivo da seringueira, com o sistema de *plantation*, fez parte de uma estratégia idealizada por Henry Ford, com o objetivo de sair da dependência do fornecimento de borracha originária do Sudeste asiático, que nesse período era o principal mercado fornecedor para os Estados Unidos.

Em relação à escolha do lugar onde poderiam ser implantadas as atividades de cultivo da seringueira, anos antes, uma expedição foi enviada para o vale do Tapajós, em 1923, para verificação da viabilidade de implantação de cultivo em larga escala dessa árvore:

A excursão ao Brasil, que contou com a colaboração de nacionais, recebeu o nome de *American Rubber Mission*. Incumbida pelo Congresso norte-americano de averiguar e confirmar a conveniência de desenvolver o cultivo da borracha na América Latina, a missão reunia especialistas em solos, economia e botânica¹²⁴.

O parecer técnico foi favorável ao início da heveicultura (ação de cultivar a árvore seringueira). A expedição foi liderada por Carl de LaRue, botânico especializado na *Hevea brasiliensis* e em seu cultivo em forma de plantações.

¹²¹ BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: As Cicatrizes de Um Ciclo Fugaz e o Início da Industrialização**, 1ª edição, Rio Grande do Sul, 2012, p. 97.

¹²² A *Ford Company* já era um gigantesco conglomerado com 88 fábricas das quais 60 nos Estados Unidos e as demais no estrangeiro, entre elas duas montadoras no Brasil, uma em São Paulo e outra Pernambuco.

¹²³ MEIRELLES FILHO, 2004. p. 121.

¹²⁴ CARDOZO, Luciane; HEIZER, Alda. **Os norte-americanos na missão à Amazônia**. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, 2012, p. 160.

A produção de borracha na Ásia era coordenada pelos ingleses. Suas práticas económicas para valorização do produto juntamente com a Holanda ficaram conhecidas como “cartel da borracha”.

O mercado norte-americano foi o principal consumidor de borracha natural por um longo período. Muito se devia ao papel de destaque que a indústria automobilística exerceu. A economia americana passava por um momento de crescimento antes da crise de 1929, e o desejo pelo controle estratégico da exploração da borracha foi compreendido como fundamental, pois era justificado diante da importância com que a matéria-prima exercia na indústria automobilística estadunidense.

Em virtude das práticas arbitrárias no mercado da borracha, praticadas por seu principal fornecedor, existia por parte da *Ford Company* um forte descontentamento em relação à dependência da borracha fornecida pelos ingleses, principalmente pelos preços elevados.

As manobras que a Inglaterra adotou, em seu principal centro de extração e distribuição, localizadas no Sudeste asiático, tinham como objetivo combater a desvalorização da borracha no mercado mundial, consequência da elevada produtividade. Essa estratégia para elevar os preços ficou conhecida como plano *Stevenson*.

Praticamente sem alternativas, o plano *Stevenson* (1922-1928) foi responsável por restringir a produção e distribuição da borracha para o mercado mundial. Com a “intervenção directa do governo inglês no mercado da borracha para restringir a oferta e por esse meio a obter preços mais remuneradores que salvassem da ruína iminente inúmeras companhias de plantação”¹²⁵ (*Sic*).

A alta produtividade asiática de borracha foi responsável por causar sérios danos à economia da Amazônia, que tinha na extração do látex seu principal produto de exportação:

Em 1908, a produção de borracha extrativa da Amazônia representava 94,4% do total mundial; em 1913, a produção de borracha do sudeste asiático alcançou a produção do vale amazônico; e, em 1918, a produção de borracha extrativa da Amazônia caiu para 10,9% do total mundial¹²⁶.

A crise da borracha brasileira instalou-se por volta de 1910. Pode ser comprovado por meio da análise de alguns números. Em 1900, o Brasil havia produzido perto de 27 mil toneladas de borracha, número que em 1919 subiu para 34 mil toneladas. Já na Ásia, a produção

¹²⁵ **Jornal Gazeta de Notícias**, quinta-feira 7 de junho de 1923, p. 7.

¹²⁶ HOMMA, Alfredo. **História da Agricultura na Amazônia**: Da Era Pré-Colombiana ao Terceiro Milênio, 1ª edição, Brasília, 2013, p. 70.

foi incrivelmente mais alta. De 3 mil toneladas no primeiro ano do século XX, a produção pulou para mais de 381 mil toneladas em 1919¹²⁷. Essa produção foi em grande parte absorvida pela indústria automobilística dos Estados Unidos. Vale ressaltar que a produção asiática foi notícia nos jornais que circulavam no estado do Pará, que sempre destacaram a produção crescente do produto longe de terras amazônicas¹²⁸.

O modelo de exploração da borracha na Amazônia era basicamente baseado no extrativismo do látex originário das árvores no *habitat* natural em meio à selva, o que tornava o sistema de exploração e produção lento, pois as árvores no seu estado natural encontram-se distantes uma das outras, bem diferente do que ocorre em uma plantação controlada. Esse modelo de trabalho era conhecido como sistema de *aviamento*¹²⁹. Se em uma área da floresta encontrava-se as seringueiras em grandes quantidades, normalmente existia a figura de um proprietário, que era chamado de *seringalista* ou *aviador*:



Figura 9: Seringueiros na Amazônia, 1904. Fonte: PEARSON, Henry, *The Rubber Country of the Amazon*, p. 66.

O proprietário (*seringalista* ou *aviador*) da área onde eram encontradas as seringueiras era o único autorizado para a compra da borracha do *seringueiro* (trabalhador rural que coleta a borracha), geralmente a preços muito abaixo do mercado. O *seringalista* também era

¹²⁷ BUENO, 2012, p. 96.

¹²⁸ **Jornal Estado do Pará**, terça-feira 11 de abril de 1911. p. 1.

¹²⁹ MEIRELES FILHO, 2004. p. 122.

responsável pela venda de produtos alimentícios e ferramentas de trabalho, e nas negociações que ocorriam no *barracão* (armazém do *seringalista*) era comum o *seringueiro* contrair dívidas, o que tornava o sistema um mecanismo de exploração dos trabalhadores.

Toda a extração acumulada nos seringais da borracha era distribuída pelos barcos conhecidos como *regatões*. No caso da produção do estado do Pará, o centro comercial era na cidade de Belém.

Esse sistema conseguiu uma prosperidade que durou por décadas, devido à baixa concorrência, que não ameaçava em nada a produtividade brasileira. Porém, essa “exclusividade” de fornecimento de borracha para o mercado mundial recebeu um grave golpe que, décadas mais tarde, mostrou-se de extrema relevância para a compreensão de como a Amazônia, que fornecia 94% de toda borracha do mundo, cairia para 10% de modo “repentino”.

Anos antes da concessão de terras, na qual recebeu investimentos milionários de Henry Ford, às margens do Rio Tapajós, que deram origem à Fordlândia, outro *Henry* contribuiu para região, porém, de forma contestável. Trata-se do botânico inglês Henry Alexander Wickham (1846-1928), responsável pelo contrabando de aproximadamente 70 mil sementes de seringueira da espécie *Hevea brasiliensis*. Com o intuito de fazer uma aclimação da planta fora do seu lugar nativo, “levou-as para se adaptarem no Kew Garden, em Londres, e depois foram plantadas no Oriente”¹³⁰. Winckham e sua esposa, Violet Carte, chegam a Santarém (Pará) em 1871, mas logo caíram em sérias dificuldades financeiras e acabaram por ser amparados financeiramente pelas comunidades de imigrantes norte-americanos que se estabeleceram nas regiões próximas à cidade de Santarém uma década antes:

A tentativa anterior foi realizada em 1873, sem sucesso, pelo botânico inglês James Collins. Ao proceder o carregamento das 70 mil sementes de seringueira coletadas no povoado de Boim, situado à margem esquerda do Rio Tapajós, Wickham mudou o eixo da história da Amazônia, três décadas depois. A existência de emigrantes americanos em Santarém, que tinham se estabelecido em 1867, facilitou o contato para transportar, com a maior tranquilidade, as sementes de seringueira¹³¹.

O botânico acabou amparado por Robert Henry Riker, imigrante norte-americano que prosperou em terras amazônicas na colônia de Diamantino, com exportação de borracha para

¹³⁰ HOMMA, Alfredo. **A Questão da Produção do Conhecimento Regional e a Biodiversidade**. In: LINS NETO, João; LOPES, Maria (Org.). **1912 – 2012 – Cem Anos de crise da Borracha**, 1ª edição, Belém, 2013, p. 120.

¹³¹ Idem. **História da Agricultura na Amazônia da era pré-colombiana ao terceiro milênio**, 2013, p.79.

Europa e Estados Unidos¹³², o que acabou tornando viável a sua longa estadia na região, inclusive implementado uma pequena plantação de seringueiras para observações¹³³. Usou do prestígio da família Riker na região para conseguir as sementes sem nenhum tipo de problema com as autoridades. O sucesso da aclimação das sementes da *Hevea brasiliensis* por Winckham gerou a ruína do mercado gomífero brasileiro, e talvez o caso de biopirataria mais icônico da História. Embora o termo não existisse no período, hoje seria classificado dessa maneira.

O mercado brasileiro de produção de borracha foi incapaz de fazer frente à moderna produção asiática. O seu modo de extração na floresta e sua distribuição para venda nos centros comerciais como em Belém e Manaus mostrou-se incapaz de prestar a concorrência ideal no mercado gomífero mundial, diante de uma extração em larga escala nas fazendas da Ásia:

A capacidade produtiva de borracha instalada na Ásia era fruto de um processo de cultivo, no qual as seringueiras eram aclimatadas, plantadas em série e exploradas o dia e noite. Tudo nesse processo remetia aos complexos fabris da Europa, Estados Unidos e Japão, já que a organização das técnicas e do trabalho dessas fazendas de seringueiras eram parecidas com a rotina de uma fábrica. Na Amazônia, a rede de aviamento ficou estagnada, presas nas malhas de seus intermediários e incapaz de competir com essas plantações¹³⁴.

A crise da borracha no mercado brasileiro representa para a região amazônica sérios problemas, pois que a exportação do produto era sua atividade mais lucrativa. A rápida desvalorização foi responsável por criar uma estagnação financeira na Amazônia, e as autoridades foram ineficientes na adoção de mecanismos para combater a crise. Além disso, os que comandavam o sistema de produção amazônico foram incapazes de encontrar uma solução, deixando os problemas centrais da produção de lado.

Portanto, a produção na Ásia foi apenas um dos fatores que contribuíram para o declínio da borracha na Amazônia, porque sua produção era dependente da cadeia de *aviamento*, uma vez que o modelo tinha como características – um elevado custo e dependência dos fatores naturais, somados a uma lentidão no processo de extração. Quando, em 1912, os produtores asiáticos “invadem” o mercado mundial com sua produção em larga escala, a

¹³² PEARSON, Henry. **The Roubert Country of The Amazon**, New York, 1911, p. 89-90.

¹³³ Ibidem, 1911, p. 178.

¹³⁴ KLEIN, 2014, p. 187.

produção brasileira já se encontrava com dificuldades provenientes dos preços baixos no mercado gomífero¹³⁵.

A economia e sua estagnação sofrida no estado do Pará foram temas de discussão entre as autoridades locais, pois acreditavam que um dos motivos que levavam a essa problemática era a falta de outras atividades que não fossem as ligadas ao extrativismo.

Além disso, o extrativismo representava para o estado do Pará a atividade econômica que gerava mais lucro, e entre essas atividades de extração estava a de borracha. Porém, criou uma série de problemas econômicos, pois outras práticas acabavam por ser deixadas de lado, como a pecuária e a agricultura. Esse fator foi de extrema relevância, visto que, quando a economia da borracha começou a enfrentar problemas, o estado do Pará não tinha alternativa econômica para recorrer, agravando, desse modo, a crise da borracha na região¹³⁶.

É de relevante importância perceber o momento que a produção gomífera amazônica enfrentava, pois que, desse modo, pode-se compreender como se percebeu a chegada de uma grande indústria, mundialmente famosa e com grandes recursos financeiros na região.

Isso só foi possível diante de algumas facilidades que o governo brasileiro disponibilizou para a implantação do projeto de Henry Ford, entre elas uma concessão de terras às margens do rio Tapajós, comparável a estados norte-americanos como Connecticut ou Tennessee.

Tal atitude pode ser compreendida como uma tentativa de reerguer o comércio da borracha na região, para combater as dificuldades pelas quais a produção de goma do Brasil passava. A intervenção do governo foi fundamental para que o sistema não entrasse em colapso ainda no início da concorrência com a produção asiática, contudo, não foi a primeira vez que o governo interveio na economia para tentar de algum modo salvar a região do colapso. Como colocado anteriormente, o governo brasileiro forneceu uma concessão de terras para que a indústria de Henry Ford se instalasse na Amazônia. Porém, antes disso, para tentar de algum modo “aquecer” a economia local, em 1910, com a produção asiática já em larga escala, houve uma alta de preços, e o governo brasileiro, já republicano, usou o Banco do Brasil para comprar o excedente da produção, para dessa forma regular os preços. Contudo, de nada adiantou, devido à grande oferta do produto no mercado mundial, o que acabou derrubando os preços.

¹³⁵ KLEIN, 2014, p. 193.

¹³⁶ PARÁ, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 12º legislatura*, Dionysio Ausier Bentes, 1925, p. 9-10.

A chegada da Companhia Ford, em uma região que estava em sérias dificuldades financeiras, significou uma nova esperança dentro de uma economia arrasada.

Mesmo com os esforços de Thomas Edison (1847-1831) para a criação de uma borracha sintética, o látex era um dos recursos naturais que Henry Ford não tinha o controle. Desse modo, uma plantação de seringueiras seria a solução mais eficiente para tornar a Companhia Ford autossuficiente nesse campo.

Para que esse fato fosse concretizado, o governo brasileiro buscou de várias formas atrair os investimentos de Ford para a Amazônia, porque a presença de uma grande indústria representaria o tão desejado desenvolvimento para região.

Solução para a crise da borracha?

Entre as mensagens do governo do Pará, podemos observar que existe uma forma de “propaganda” em relação à potencialidade, quase que inegável, dos recursos naturais relacionados à exploração da borracha. Contudo, existe um destaque contido no discurso que deixa explícito que, embora existam os recursos, os meios de produção e exploração existentes na Amazônia encontram-se de certa forma obsoletos:

Em relação a borracha, não à dúvida que podemos supprir, com as seringueiras da Amazônia, as necessidades industriais do mundo. Mas esbarramos, imediatamente, com dois elementos, que, reunidos, têm obrado esta região a fornecer minguido contingente de produtos – no máximo 40.000 toneladas e, no mínimo, 20.000. A falta de contingente e dificuldade de transporte. Calcula-se que a Amazônia possua perto de algumas centenas de milhões de seringueiras, todas ellas do typo – *fine hard Pará*. Entretanto, é desolador contemplar o nosso quadro de exportação, diante da imensa floresta desaproveitada, porque não disponhamos de braços para isso, pois, tão prodiga em haveres, a natureza amazónica defende avaramente essa riqueza, conservando em centros menos acessíveis a *havea* da melhor espécie¹³⁷ (*Sic*).

A constatação, por parte do governo, de que existiam dificuldades para a exploração da borracha é uma afirmação que a crise era grave na região amazônica, visto que, no final do século XVIII, ela era líder de mercado, tendo seu melhor ano de produção, segundo o Governo do Estado do Pará, em 1889. Porém, devido à produção asiática, muitos problemas se instalaram na economia da região.

¹³⁷ PARÁ, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 12ª legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1925, p. 11.

Outro ponto que pode ser compreendido a partir da citação do governador Dionysio Ausier Bentes (1881-1849), colocada anteriormente, sobre a questão econômica da borracha, é o fato de que nem o Estado nem as iniciativas privadas estavam aptas a conseguir explorar com eficiência uma região vasta de floresta que disponibiliza em quantidade e qualidade borracha para atender o mercado mundial.

Provavelmente, o caráter de formulação desse segmento do texto de Dyonisio Bentes pode ser interpretado como um “convite” para que de algum modo a exploração da borracha da região seja efetuada. Muito devido a sua potencialidade existe, como bem destacado, no que diz respeito à árvore de seringueira, que pode ser encontrada de modo natural na região.

Os destaques referentes à solução para a exploração da borracha, na mensagem oficial do estado do Pará, de 1925, estão presentes na divisão: *situação econômica*. Além de destacar a potencialidade da região, a mensagem dispõe de possíveis soluções para que a potencialidade de exploração do látex seja de fato aproveitada ao máximo. O autor do documento, o governador Dionysio Bentes, faz também uma clara referência ao mercado norte-americano, que consumia a borracha produzida na Ásia, e com isso, segundo o documento (mensagem governamental), tornaria a logística muito complexa e de altos custos para eles. Já se optassem por explorar a borracha da região amazônica, acabariam sendo beneficiados devido à localização geográfica dela em relação aos Estados Unidos:

Em nossa opinião, que elles deveriam deslocar a totalidade da borracha de que precisam, do pacifico para o Atlântico, justamente do lado onde demoram suas cidades industriais. Ganhado dessa maneira, no tempo, no frete e na qualidade. Assim, uma partida de borracha pode ser conduzida de onde a arvore magnifica tem o seu habitat, na foz do Amazonas, a New-York ou a Nova Orleans, em cinco ou seis dias¹³⁸(Sic).

Essa escolha pela Amazônia seria a solução para reaquecer a economia da região. Mesmo com sérias dificuldades, o governo brasileiro sabia da potencialidade da Amazônia para o fornecimento de matéria-prima de modo seguro voltado ao abastecimento dos mercados externos. Além disso, já era de conhecimento das autoridades brasileiras que seria possível replicar a prática de produção adotada pelos ingleses, que consistia basicamente em plantações de árvores de seringueira de modo controlado para agilizar a extração do látex.

Em 1923 foi feita uma prospecção da viabilidade de plantar a *Hevea brasiliensis* de modo controlado e em larga escala na Amazônia, tendo como objetivo o abastecimento do

¹³⁸ PARÁ. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 12ª legislatura Dionysio Ausier Bentes, 1925, p. 13.

mercado interno norte-americano, e esse acontecimento foi chamado de “missão norte-americana”:

O Pará teve a satisfação de receber e hospedar por alguns dias, a missão científico-comercial norte-americana, incumbida pelo governo do seu Paiz, e a convite do nosso, de proceder a um inquérito na amazônia, no ponto de vista das suas possibilidades quanto a exploração, em larga escala, de matérias primas com que suprir as necessidades crescentes da adiantada indústria da grande Nação¹³⁹ (Sic).

A missão teve uma constatação positiva sobre a região, dando início aos debates sobre a criação de uma plantação de seringueira na região de origem da árvore. Também foi motivo de destaque por parte da imprensa brasileira, que acabava por noticiar os problemas relacionados à borracha que estavam ligados à região amazônica e, acabavam dessa forma, moldando a opinião popular, dando a entender que o governo estava buscando uma solução para a crise:

Não há exagero em crer que os nossos amigos do Norte preferirão os seringais brasileiros e trarão para as nossas terras setentrionais as suas fartas disponibilidades financeiras. Porque só o Brasil, nesta parte do mundo, poderá fazer que ellas se libertem do monopólio oriental, do qual são tributários em elevadíssima pareentagem, pois que adquirem ordinariamente mais de 90% do que as plantações britânicas produzem. A produção brasileira de borracha poderá quintuplicar-se e mesmo ultrapassar este cálculo, concorrendo logo para desafogar a situação das indústrias de borracha nos Estados Unidos¹⁴⁰ (Sic).

Mas o que diferenciaria do modo de trabalho dos ingleses nas fazendas asiáticas? Basicamente, seria o tipo de látex extraído, pois o modo de produção e exploração seria o mesmo. O látex extraído na amazônia possuía extrema qualidade se comparado com os que são produzidos em outras regiões do mundo. Além disso, as árvores da região poderiam ser exploradas quase que durante todo o ano e com a vantagem de que elas não teriam que passar por aclimação, pois já eram nativas da localidade. Essa situação foi observada como vantagem para o mercado consumidor, visto que a matéria-prima, em um curto período de tempo, estaria disponível para o crescente mercado norte-americano.

Essas constatações, fruto da “missão norte-americana”, foram observadas com muito entusiasmo pelo governo brasileiro, porque a criação de uma plantação de modo controlado na

¹³⁹ PARÁ. *Mensagem apresentada ao congresso legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de 11ª legislatura* Antônio E. de Sousa Castro, 1923, p. 65.

¹⁴⁰ **Jornal o Paiz**, quinta-feira 18 de outubro de 1923, p. 3.

Amazônia significaria reerguer o comércio da borracha na região, oferecendo, assim, uma possibilidade de voltar aos tempos em que ela era líder em fornecimento de látex para o mundo. Ainda dentro dessa percepção sobre os norte-americanos na Amazônia, deve-se destacar que não foram todos que viram com bons olhos a presença e o interesse na Amazônia de estrangeiros, mesmo com o claro objetivo de verificar a possibilidade de investimentos na região.

Ao analisarmos algumas matérias de jornais que circulavam no período, podemos encontrar alguns questionamentos sobre a presença norte-americana, ou seja, não era unânime ver os norte-americanos como solução para o problema da borracha. Existe uma matéria em uma coluna do jornal *A União*, cujo título é “A Amazônia e os *yankees*” e que discute como seria prejudicial para os costumes brasileiros essa presença na Região Norte do Brasil, principalmente por conta da prática do protestantismo norte-americano, que poderia chegar a terras brasileiras:

(...) Desejamos que os poucos católicos americanos que aqui residem nos auxiliassem na luta contra a invasão dos seus protestantes no Brasil, que gastam dezenas de milhares para destruírem a unidade católica do povo brasileiro¹⁴¹.

Como já apresentado, a economia da região amazônica encontrava-se em sérios problemas, o que impossibilitou que algum empreendimento local de plantação controlada fosse efetivado, copiando o modelo de operação das fazendas de seringueira na Ásia. Por esse motivo, o Governo do Estado do Pará encontra como solução atrair investimentos do maior mercado industrial do mundo, os Estados Unidos. Muito desse sucesso da indústria norte-americana devia-se ao setor automobilístico, que se encontrava em plena expansão, liderada principalmente pela empresa *Ford Company*.

O resultado dos levantamentos feitos pelo Dr. William Lytler Schurz, responsável técnico da expedição norte-americana feita na Amazônia em 1923, em conjunto com os governos dos dois países, foi animador para a possível criação de uma plantação de seringueira no Norte do Brasil. A relevância do estudo foi tamanha que contém, de forma documentada na mensagem do estado do Pará de 1923, que existia a possibilidade de implantação de uma grande indústria na região, com o objetivo de explorar a borracha por meio de uma plantação de modo planejado:

¹⁴¹ **Jornal A União**, quinta-feira 27 de setembro de 1923, p. 2.

Assim me expresso pelo resultado altamente auspicioso a nosso favor, a que chegou, em seu minucioso inquérito através da Amazônia, a comissão norte-americana, chefiada pelo ilustre Dr. Schurz, que prometeu. Achar-se entre nós, em breve, para a realização de vultoso empreendimento industrial, que será, sem dúvidas, a medida radical a conjurar males que, há tanto, nos affligem¹⁴² (Sic).

Mesmo não contendo maiores detalhes sobre a implantação de uma grande indústria, “vultoso empreendimento industrial”, como foi descrito na mensagem, a “missão norte-americana” foi responsável por constatar que seria possível investir em uma plantação de seringueira na Amazônia.

Ainda acerca do documento do estado do Pará de 1923, não conseguimos verificar nenhuma referência a indicar que a *Ford Company* seria a indústria responsável por desenvolver, em terras amazônicas, o empreendimento para a exploração do látex.

Porém, ao analisarmos os relatórios do governo do Pará de 1925, existe uma indicação clara que Henry Ford tinha interesse em terras brasileiras, com o objetivo de desenvolver atividades ligadas à exploração do látex.

Esse fato se prova relevante, porque, segundo o documento de 1925, as autoridades do estado do Pará estavam à espera de uma visita de Henry Ford ao Brasil. Essa visita teria caráter de negócios para inspecionar ou mesmo acompanhar as negociações sobre a concessão de terras, que seriam disponibilizadas por parte do governo para a *Ford Company*, “Em capítulo á parte, dar-vos-emos conta dos entendimentos que temos tido com o sr. inspetor dos Consulados Brasileiros, nos Estados Unidos, para quo grande bilionário, Sr. Henry Ford. visite a Amazônia¹⁴³” (Sic).

A simples notícia de uma visita à Amazônia do empresário Henry Ford, proprietário de uma das indústrias mais bem-sucedidas do mundo no início de século XX, acaba por criar uma série de especulações sobre o empreendimento que iria instalar em terras amazônicas. Esse fato, para o governo brasileiro, de que Ford viria à Amazônia, era compreendido como algo benéfico para o país, pois ele seria responsável por reerguer o comércio e a produção da borracha.

A figura de Ford no início do século XX era de total prestígio¹⁴⁴. Sua primeira autobiografia, *My life and work*, tinha sido recentemente traduzida para o português e sua leitura

¹⁴² PARÁ. *Mensagem apresentada ao congresso legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de 11ª legislatura* Antônio E. de Sousa Castro, 1923, p. 30.

¹⁴³ PARÁ, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 12ª legislatura* Dionysio Ausier Bentes, 1925, p. 13

¹⁴⁴ Henry Ford, mesmo envolvido em casos de antissemitismo, como por exemplo, a publicação do livro *O Judeu internacional*, 1920, que divulgou no mundo ideias antissemitas, isto pouco abalou sua imagem como grande homem de negócios perante o mundo.

era bem difundida entre os empresários e políticos de São Paulo. Nos anos de 1920, criou-se praticamente um culto à figura de Henry Ford¹⁴⁵, muito devido ao grande sucesso que o empresário obteve com a venda de seus veículos populares ao redor do mundo. Somado a isso, existiu uma ampla expansão do sistema rodoviário na região paulistana, logo havendo uma população do nome “Ford” no Brasil.

Mesmo que os meios de comunicação do período, comparados com os de hoje, fossem limitados, podemos afirmar que a figura de Henry Ford era conhecida mundialmente, e sua presença, ainda que de forma especulada na Amazônia, acabava por fazer com que o mundo voltasse a atenção mais uma vez para o Norte do Brasil.

3. 1 A concessão de Henry Ford no Pará

Já é do domínio público que o bilionário Henry Ford manifestou assentimento em relação ao nosso convite de visitar esta capital (Belém), em tempo que ainda não foi determinado¹⁴⁶.

Para compreendermos como foi possível a implantação de um investimento milionário da empresa Ford *Company* em meio à Floresta Amazônica, devemos verificar quais as facilidades que foram disponibilizadas para viabilizar tal projeto.

A documentação referente à gestão do governador Dionysio Ausier Bentes, à frente do Governo do Estado do Pará de 1925 na época, disponibiliza informações importantes que tornam possível compreender como ocorreu a concessão de terras em território brasileiro e, principalmente, permite verificar as relações entre o poder público brasileiro e a Ford *Company*.

A escolha por terras brasileiras, para o empreendimento que tinha como objetivo a exploração do látex, não foi um simples acaso, pois existiu um estudo da área que verificou sua viabilidade de exploração, como anteriormente apontado. Além disso, o desejo dos poderes públicos brasileiros e precisamente os esforços do Governo do Estado do Pará foram os responsáveis por “atrair” os investimentos que deram origem a Fordlândia.

Existiu também interação do consulado brasileiro, presente nos Estados Unidos, com a Ford *Comapy*, com o objetivo de cuidar dos trâmites legais adotados, para que o empreendimento se concretizasse de fato. Entre os nomes que se destacaram nessa função,

¹⁴⁵ GRANDIN, 2010, p. 90.

¹⁴⁶ PARÁ, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 12ª legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1925, p. 13

temos o inspetor consular Sr. José C. Alves de Lima e os ministros do exterior e da agricultura, Feliz Pacheco e Miguel Calmon, respectivamente.

O contato do inspetor consular José C. Alves de Lima com o governador do estado do Pará, Dionysio Ausier Bentes, através de uma carta oficial¹⁴⁷, aborda algumas vantagens que necessitavam ser oferecidas, além da concessão de terras públicas, para que o negócio com a Ford se concretizasse no Brasil.

A carta acaba por mostrar algumas condições que o estado do Pará deveria oferecer para *Ford Company*, para que o empreendimento tivesse maior possibilidade de ser implantado em terras paraenses, porque existia a possibilidade, segundo o documento, de que a plantação de árvores de seringueira fosse feita nos Estados Unidos, no estado da Florida, o que seria uma grande desvantagem, de acordo com o autor da carta, não só para a região amazônica, mas para todo o Brasil. Seria uma segunda nacionalização, em terras estrangeiras, da borracha brasileira. Para que isso não ocorresse, dependia inteiramente das vantagens oferecidas pelo governo do estado, para que o empreendimento de Henry Ford acontecesse em terras brasileiras.

A Amazônia não foi a primeira tentativa de plantar a árvore de seringueira pela *Ford Company*, visto que Henry Ford tentou empreender uma plantação em seu país de origem, os Estados Unidos:

Já em 1924, Ford havia pensado em cultivar seringueiras nas “terras sujas” dos Everglades da Florida. Mas boatos de seu interesse pela Flórida levaram especuladores de Detroit a organizar a *Florida and Cape Cod Realty Company* para comprar e subdividir grandes extensões de terra na cidade de Labelle. “sem dúvidas”, escreve um investigador da Comissão de Valores Mobiliários de Michigan. “Muitos funcionários da Ford serão ludibriados se comprarem lotes com base no suposto experimento do sr. Ford com a borracha”. Mas o projeto não foi muito além de umas poucas plantações para verificar se poderiam ser extraídas quantidades industriais da seiva¹⁴⁸(*Sic*).

Mesmo com o experimento de Ford, no estado da Flórida (EUA), sendo um verdadeiro fracasso, ele disponibilizou os elementos necessários para a criação de certa pressão sobre as autoridades brasileiras, forçando-as, dessa forma, a aceitar as condições impostas pela companhia norte-americana, pois acreditava-se que, em caso de não oferecer as vantagens solicitadas, o investimento poderia “escapar por entre os dedos dos brasileiros”, o que forçaria

¹⁴⁷ NEW-YORK. *Carta ao governador do Estado do Pará (Brasil) Dionysio Ausier Bentes*, José. C. Alves de Lima - *Inspetor Consular do Brasil nos Estados Unidos*, 25 de fevereiro de 1925. In PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura*, Ed. 2º Reunião da sua 12º legislatura Dionysio Ausier Bentes, 1925, p. 24 – 25.

¹⁴⁸ GRANDIN, 2010, p. 37.

um investimento nos Estados Unidos ou mesmo em outro local, provavelmente com características tropicais para favorecer o cultivo.

Uma eventual desistência por parte do investidor norte-americano, nesse momento, significaria para o estado do Pará imenso prejuízo, porque existia uma grande estagnação financeira na região, causado principalmente pela crise da borracha que se instalou anos antes, devido à produção asiática, o que derrubou os preços do produto brasileiro.

Entre as vantagens exigidas pela empresa *Ford Company*, que precederam a sua implantação em terras brasileiras, pode-se encontrar alguns benefícios que chegam a parecer abusivos. Porém, devemos compreender que existia um ligeiro alvoroço, por parte da classe política, em receber na Amazônia uma das empresas que gozava de grande prestígio em nível mundial. Entre os incentivos iniciais disponibilizado, por parte do governo brasileiro para a exploração em larga escala da árvore de seringueira a partir de investimentos estrangeiros, pode-se destacar os seguintes:

- concessão de grandes áreas de terras públicas, para a plantação extensiva da árvore de seringueira, entre outras atividades ligadas à indústria;
- diminuição de imposto sobre exportação de 12 % para 3%;
- proibição de criação de novos impostos sobre produtos de cultivo em todos os municípios do estado do Pará;
- facilidade na entrada de mão de obra estrangeira, caso necessário.

Os incentivos disponibilizados para que Henry Ford e sua organização se estabelecessem em terras amazônicas podem ser interpretados como benefícios unilaterais, mas é preciso levar-se em consideração que a ida de uma indústria do porte da *Ford Company* para a Amazônia significava, para o período, o desenvolvimento e a modernização de que a economia precisava aos olhos dos poderes públicos vigentes:

Henry Ford, pela sua posição especial, única no mundo inteiro, pode; mas não deve dispensar o nosso país. Por isso mesmo, para atraí-lo, eu lembraria a v. exc. lhe oferecer, gratuitamente, a maior somma possível de terras públicas, com a condição expressa d'elle cultivar a nossa hévea nas mesmas. No final de contas, o Pará e o Brasil inteiro lucrariam muitíssimo mais que o próprio Henry Ford¹⁴⁹ (Sic).

¹⁴⁹ NEW-YORK. *Carta ao governador do Estado do Pará (Brasil) Dionysio Ausier Bentes*, José. C. Alves de Lima - *Inspetor Consular do Brasil nos Estados Unidos*, 25 de fevereiro de 1925. In PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura*, Ed. 2º Reunião da sua 12º legislatura Dionysio Ausier Bentes, 1925, p. 26.

Além das reduções de impostos fornecidas para as atividades ligadas à produção de produtos cultivados, existia no período uma lei que garantia a todos os investidores nacionais e internacionais concessão de terras no estado do Pará, mediante o capital que seria aplicado no estado. Essa lei foi citada na correspondência entre o governador do Pará, Dionysio Ausier Bentes, e o inspetor consular do Brasil nos Estados Unidos, José. C. Alves de Lima, datada de 26 de maio de 1925, e expedida de forma oficial:

Neste assumpto, o simples conhecimento das leis em vigor, que junto envio a v. s. habilita- o a garantir todos os favores porventura visados. A citada lei n. 1.950, art. 2^a, a) concede dez mil hectares de terras devolutas para cada 100 contos de capital a empregar, o qual foi reduzido para 50 contos pela lei n. 2.174, de 14 de outubro de 1923. Não tem limite e pode ser, conforme o capital, gradualmente ampliada a concessão. A lei n. 2.266, de 14 de novembro de 1.923, concede a Arthur Maria Schindelar e pelo. art. 16 e a quaisquer outras pessoas ou empresa, 700.000 hectares ou 1.000.000 (Art. 6^a) com isenção e todas as facilidades para uma atuação económica intensa¹⁵⁰.

Ainda dentro da análise da correspondência do governador do estado do Pará direcionada ao inspetor consular brasileiro nos Estados Unidos, podemos verificar que existiu a intenção de esclarecimento sobre as leis que poderiam beneficiar um possível investimento em terras brasileiras de capital norte-americano. Dessa maneira, podemos afirmar que o caráter das correspondências, por parte do governo brasileiro, era informar que já existiam as vantagens necessárias previstas e amparadas por Lei, tornando o estado do Pará apto a receber investimentos para a exploração da borracha de um modo mais moderno:

“Desta forma, o sr. Henry Ford tem no Pará todas as facilidades para a aplicação e desenvolvimento de seu capital e, posso afirmar-lhe, todas as garantias duma terra policiada com governo certo e justiça organizada e respeitada¹⁵¹(Sic).

Muitas vezes a concessão para a *Ford Company*, na Amazônia, abre precedentes para críticas, até mesmo sobre uma possível ameaça à soberania nacional brasileira. Contudo, as leis que permitiram as concessões de terras destinadas para investimentos estrangeiros já existiam,

¹⁵⁰ BELÉM. *Carta ao Inspetor consular do Brasil nos Estados Unidos Sr. José. C. Alves de Lima Dionysio Ausier Bentes*, 26 de maio de 1925. In PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 12º legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1925, pp. 28 - 29.

¹⁵¹ Ibidem, 1925, p. 29.

ou seja, Henry Ford foi beneficiado por leis já existentes no estado do Pará para o incentivo a indústria.

“Heróis e vilões na Amazônia.”¹⁵²

As leis que disponibilizavam vantagens para possíveis atividades econômicas desenvolvidas em terras amazônicas, sozinhas não foram responsáveis pela escolha do Pará para receber os investimentos de milhões de dólares, com o objetivo de criação de plantações de árvores de seringueiras. Essas atividades seriam coordenadas e desenvolvidas pela empresa norte-americana *Ford Company* na Amazônia.

Deve-se destacar que o tipo de árvore de seringueira encontrada no Pará, próximo à cidade Santarém (Pará), precisamente na região conhecida como Baixo Amazonas, é de ótima qualidade, tanto que as árvores dessa região serviram como base genética para o processo de aclimação executado por Henry Wickham na Inglaterra, o qual deu origem às plantações asiáticas nas colônias britânicas, francesas e holandesas¹⁵³.

Mesmo com a economia da região passando por grave estagnação, muito pela crise da borracha, como já explanado, a notícia da concessão de terras para o empreendimento que pretendia “plantar borracha” na Amazônia não foi recebido como algo positivo por todos. No entanto, a partir de 1927, começam a circular nos jornais notícias sobre as terras adquiridas por Henry Ford, mas envoltas em muita dúvida:

¹⁵² A expressão “heróis e vilões” é utilizada na tese de doutoramento intitulada: *Heróis e vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia mato-grossense*, 2008, Rosane Duarte Rosa Seluchinsk.

¹⁵³ GRANDIN, 2010, p. 45.

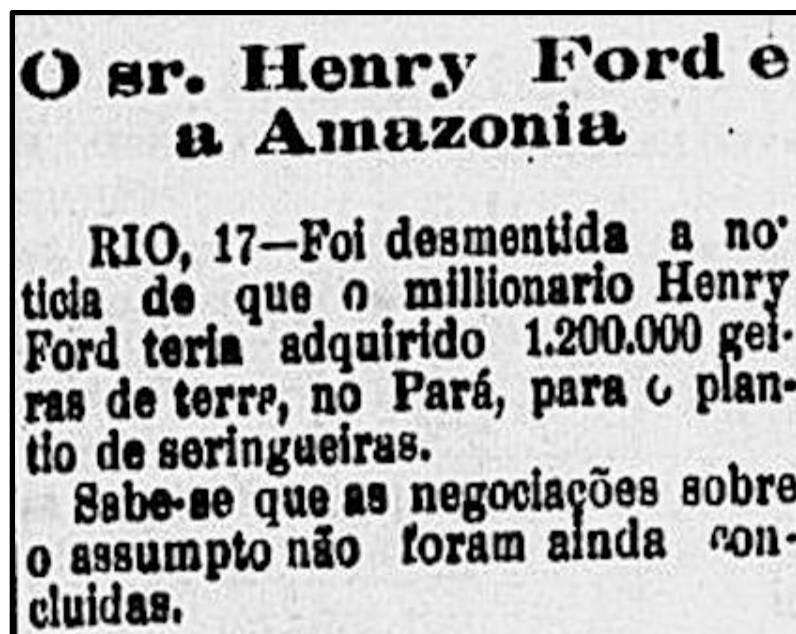


Figura 10: Notícia sobre a possível concessão de terras a Henry Ford na Amazônia. Fonte: Jornal Pacotilha, 19 de setembro de 1927, p. 1

Apesar de existir diversos benefícios previsto em Lei, que acabavam por beneficiar os investimentos que Ford pretendia implantar para a produção de borracha na Amazônia, vale ressaltar que não eram benefícios específicos para o Henry Ford, pois, já eram previstos em Lei, para empresas nacionais e estrangeiras que empregassem capital na Amazônia.

As concessões das terras acabaram por ser bastante complicadas, muito devido à falta de comunicação entre o Estado e a *Ford Company*. Os envolvidos na negociação, por parte da Ford, acabaram desconhecendo as leis que a beneficiariam, havendo um esforço financeiro que pode ser considerado desnecessário por parte da empresa Ford para adquirir terras no Pará, o que gerou suspeitas de corrupção envolvendo até políticos e famílias tradicionais da região.

Quando se trata das controvérsias que envolveram as obtenções de terras no estado, uma das figuras que se destaca, sem dúvidas, é Jorge Dumont Villares. Ele pertencia a uma tradicional família de São Paulo, mas conhecia bem o Pará, e, mesmo com a crise da borracha, conseguiu prosperar com negociações envolvendo tentativas de reerguer o comércio da borracha na região. Villares era bem conhecido nos ciclos da elite brasileira, principalmente por ser sobrinho do famoso pioneiro da aviação, Alberto Santos Dumont (1873-1932).

Villares acabou por associar-se ao Dr. William Lytler Schurz, responsável técnico da expedição de 1923, que também conhecia bem a região, porque, anos antes, constatou a viabilidade de uma plantação em terras amazônicas a pedido dos governos do Brasil e Estados Unidos.

Schurz era conhecedor de que existia a lei que concedia terras, “principalmente depois das declarações do governador Dyonísio Bentes”¹⁵⁴ sobre todos os empreendimentos que fossem cultivar borracha ou atividades ligadas à indústria no estado do Pará, lei nº 2.226 de 14 de novembro de 1923. Porém, por se tratar de um diplomata norte-americano, não podia solicitar terras em seu nome. A associação com Villares buscou conseguir algum lucro com o desconhecimento das leis estaduais pela *Ford Company*.

Schurz e Villares tinham informações privilegiadas sobre o interesse da Ford em terras amazônicas para o desenvolvimento de atividades ligadas ao cultivo da árvore de seringueira e, dessa forma, buscaram lucrar o máximo possível com isso. Villares acabou conhecendo Antônio Castro, prefeito de Belém, e Dyonísio Bentes, governador do Pará, por meio de um inglês que morava na capital do estado, Maurice Greite. Os dois governantes, com a promessa de receber uma parcela em dinheiro, garantiram seu total apoio para que o projeto da *Ford Company* “aportasse” na Amazônia.

Dyonísio Bentes, governador do estado do Pará, em setembro de 1926, concedeu as terras para Villares, Schurz e Greite, “uma opção sobre pouco mais de 10 milhões de hectares no baixo vale do Tapajós”¹⁵⁵. As terras em questão localizavam-se onde Schurz, na expedição de 1923, constatou como: “viável para o cultivo de árvores de seringueira para a extração do látex”¹⁵⁶. Os três “proprietários” tinham três anos para desenvolver a propriedade ou vendê-la. Ao passar-se esse tempo, caso não tivessem feito nada, a propriedade voltaria para posse do estado do Pará.

Segundo Greg Grandin, no seu livro *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford*, Villares, em posse das terras, encontrou com Henry Ford no final do verão de 1926, em Dearborn (Michigan). Nesse encontro, apresentou as propostas para Ford, caso optasse pelas terras na Amazônia, oferecendo-lhe a oportunidade de explorar ouro, petróleo, madeira e diamantes, além da borracha que seria plantada.

Toda essa especulação exaltando a potencialidade da região, apresentada por Jorge Dumont Villares, fez com que Henry Ford criasse grande expectativa na região, contudo, seguidamente ao encontro com Villares, Ford encaminhou para o Brasil o botânico Carl D. La Rue, do campus de Ann Arbor da Universidade do Michigan, com o objetivo de encontrar uma área favorável para desenvolver as plantações.

¹⁵⁴ GRANDIN, 2010, p. 93.

¹⁵⁵ Ibidem, 2010, p.94.

¹⁵⁶ CARDOSO; HEIZER, 2012. p. 160.

LaRue fez parte da equipe da “missão norte-americana na Amazônia”, em 1923, como especialista em *Hevea brasiliensis* e sua cultura no Oriente¹⁵⁷. Veio ao Brasil, em uma segunda oportunidade, com ordens expressas de verificar um local propício a uma plantação em larga escala da árvore de seringueira, para que, dessa forma, fosse possível à Ford company iniciar suas atividades na região amazônica.

Porém, sabe-se que LaRue supostamente favoreceu, nos resultados conclusivos enviados para os Estados Unidos, terras que foram concedidas pelo governo do Pará para Villares e Schurz, localizadas ao vale do Tapajós. Embora exista evidente favorecimento, que buscou beneficiar as terras que Villares possuía em concessão, não existem provas que indiquem que LaRue recebeu algum tipo de vantagem financeira para fazer as observações positivas sobre elas. Porém, Carl D. LaRue, mesmo sendo um especialista em *Hevea brasiliensis* e seu cultivo de modo controlado, não foi de nenhuma forma envolvido nas plantações de Fordlândia e Belterra desenvolvidas tempos depois.

O relatório de LaRue de 19 de abril de 1927 constatou que as terras às margens do rio Tapajós eram apropriadas para iniciar as atividades de plantação de modo imediato. Esse relatório seria, para Henry Ford, o mais relevante que se tinha sobre estudos da região do Tapajós. Desse modo, pode-se dizer que o estudo contribui para a escolha do local que ocupou o projeto de Fordlândia, mas as conclusões são contestáveis, visto que:

Este fato, bem como o das áreas não serem as melhores disponíveis - uma vez que eram montanhosas, a chuva era muito abundante, o solo não era rico e a navegabilidade era restrita a algumas épocas do ano já expressariam um “mau começo”. Este aspecto montanhoso, referido, na verdade refere-se às diferenças entre terra firme e várzea, sendo que a primeira se constituía de terrenos menos inclinados, o que já não ocorre na segunda¹⁵⁸(Sic).

Os dados sobre a produtividade da terra são claramente contestáveis. O que acaba proporcionando desconfiança sobre a natureza de elaboração do relatório sobre a região. LaRue faz a comparação de uma possível plantação na região com o cultivo que ocorria em Sumatra, afirmando que a floresta encontrada às margens do rio Tapajós proporcionaria maior produtividade de borracha, logo, possibilitaria um produto de superior qualidade. Seguidamente observou: “*Growth: the growth of the trees should be about the same in both places, but the Tapajos will undoubtedly prove superior to buy the very best areas in Sumatra*”¹⁵⁹ (O

¹⁵⁷ CARDOSO; HEIZER, 2012, p. 166.

¹⁵⁸ LOURENÇO, Elaine. **Americanos e caboclos:** Encontro e Desencontros em Fordlândia e Belterra, São Paulo: USP, 1998, p. 27.

¹⁵⁹ BRASIL. *Report of The Exploration of The Tapajos Valley by: Carl D. LaRue*, 1927, p.6.

crescimento das árvores deve ser o mesmo em ambos os lugares, mas a região do Tapajó, sem dúvida, é superior comparado às melhores áreas de Sumatra).

A questão da navegabilidade da região foi deixada de lado, pois apresentava variações de acordo com as estações do ano, e o rio Tapajós, em certas épocas, tem sua navegabilidade restrita devido ao baixo nível de água, ou seja, a navegabilidade é estreitamente relacionada às estações chuvosas, que elevam o nível do rio. Esse fato foi totalmente negligenciado na elaboração do documento, talvez de modo estratégico.

Também foi motivo de destaque a questão da possível produtividade que a região poderia exercer, principalmente devido ao solo que, nessa região, segundo LaRue, era rico em minerais, o que favorecia uma possível plantação de árvores de seringueira. Porém, sabe-se hoje que o solo da Amazônia, sem sua floresta nativa, apresenta-se muito pobre para atividades ligadas à agricultura. Dentro do tópico – “Yield” (rendimento/produtividade), nota-se que o autor busca esclarecer que a região pode fornecer borracha de melhor qualidade, devido às propriedades do solo: “ [...] *the Tapajós area will all be planted in the best way on the best soil available*”¹⁶⁰ ([...] a região do Tapajós será toda plantada da melhor maneira possível e no melhor solo disponível). Em síntese, todas as observações sobre a região seriam basicamente convertidas em vantagens no cultivo da *Hevea brasiliensis*:

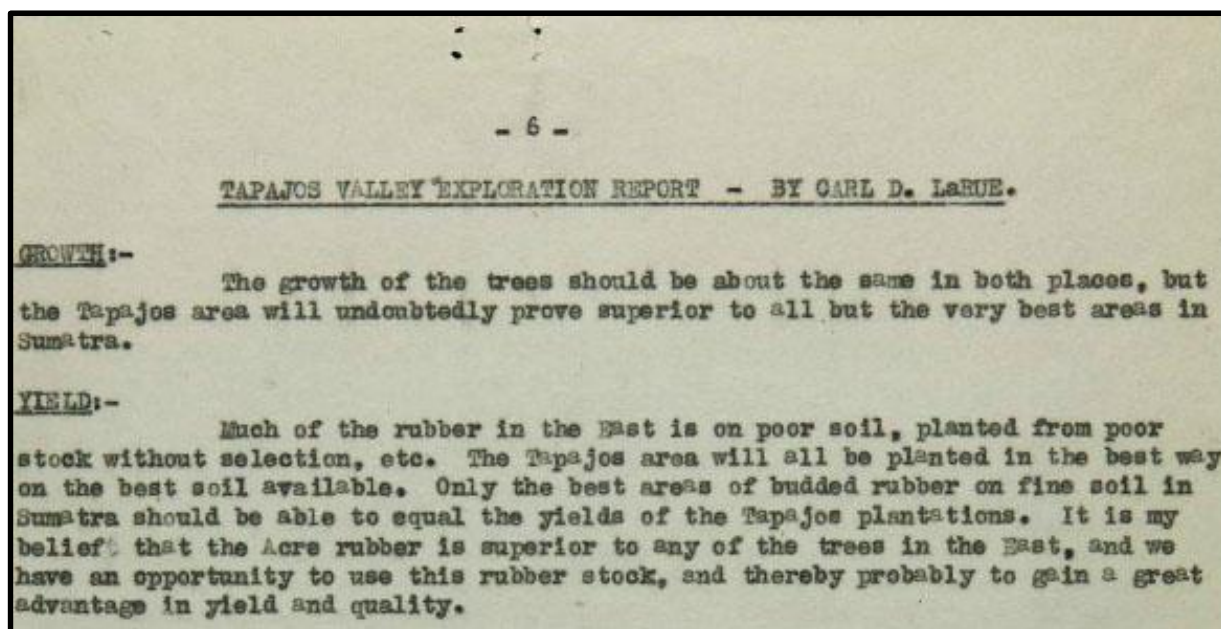


Figura 11: Trecho do relatório elaborado por Carl D. LaRue sobre a região do Tapajós, 1927, p. 6. Fonte: thehenryford.org

¹⁶⁰ BRASIL. *Report of The Exploration of The Tapajos Valley by: Carl D. LaRue*, 1927, p.6.

Outro elemento utilizado com destaque no relatório foi a pobreza que assolava os trabalhadores envolvidos com as atividades ligadas à extração do látex na floresta, pois ele sabia que a condição humana, de alguma forma, prenderia a atenção de Ford, não por causa nobre ou humanitária, mas pela preocupação de quem desenvolveria os trabalhos em suas plantações na Amazônia:

LaRue ligou de forma explícita a miséria que testemunhou ao sistema de “servidão” pela dívida, que ele sabia que seria de especial interesse para Ford. Ford, nascido no ano que entrou em vigor a Proclamação de Emancipação, gostava de comparar seu sistema salário industrial com o sistema de escravidão (havia sempre uma fronteira porosa entre a maneira pela qual ele via o sul dos Estados Unidos e a Amazônia). LaRue fez o mesmo, ecoando um gênero de proposta de reforma comum na época, que comparava os empobrecidos estados rurais do sul da América (Estados Unidos) com o norte industrializado e prospero¹⁶¹.

A preocupação com a mão de obra por parte da *Ford Company* se justificava, porque, historicamente, a região apresentava uma baixa densidade demográfica comparada com o vasto território. Porém, é proposto como solução, por LaRue, a migração interna, principalmente da Região Nordeste do Brasil, que anos antes tinha enfrentado uma grande seca, o que causou dificuldades por lá, portanto, não faltariam trabalhadores na plantação da *Ford Company*.

Por meio dos levantamentos contidos no relatório proveniente da expedição à região Tapajós, Henry Ford tomou conhecimento de como encontravam-se os aspectos econômico, humano e natural. Muito embora os dados técnicos tenham sofrido algum tipo de “entusiasmo” por parte do autor, podemos destacar que LaRue concluiu que a área possuía grande capacidade para o cultivo de borracha ao lado direito da margem do rio Tapajós.

Henry Ford, em posse das informações levantadas por LaRue e convencido de que as conclusões do especialista estariam corretas, envia ao Brasil, em julho de 1927, precisamente à cidade de Belém (Pará), capital do estado, dois representantes da *Ford Company* – O. Z Ide (advogado) e Willis Long Reeves Blakeley (engenheiro), com o objetivo de concluírem as negociações com o representante do estado do Pará, Dyonisio Bentes, e tratar dos trâmites legais para a concessão de terras disponibilizadas em nome da companhia Ford.

Blakeley e Ide foram assessorados na chegada a Belém por Villares, que acabou intermediando e acompanhando todas as etapas das negociações, além de também exercer a função de intérprete com o Governador Dyonisio Bentes, que destacou mais tarde:

¹⁶¹ GRANDIN, 2010, p. 99.

Na parte técnica, servimo-nos das informações que, gentilmente, sem nenhuma, contribuição do Estado nos forneceu o sr. George Dumont Villares engenheiro agrônomo, que empreendeu duas viagens aos Estados Unidos, onde demonstrou ao Sr. Henry Ford todas as vantagens do empreendimento¹⁶².

Villares, Brakely e Ide se reuniram com o governador Dyonisio Bentes, mas não havia muito o que negociar porque, por parte do governo do Pará, existia uma inclinação para aceitar as propostas que fossem impostas por Blakely e Ide em nome da Ford. A concessão precisaria passar por uma aprovação do legislativo estadual, porém era apenas uma formalidade, pois de nenhuma forma existiriam restrições ao empreendimento por parte do Estado, facilidade garantida mediante supostos valores em dinheiro acertados anteriormente por Villares.

Na reunião foi designada uma área de 14.562 quilômetros quadrados para a exploração por parte da Ford *Company*. Dentro dessa vasta faixa territorial, ficou acertado que 400 hectares de seringueiras deveriam ser plantados em um intervalo máximo de um ano, demonstrando, dessa maneira, que existia realmente interesse em desenvolver uma plantação na região, “uma demonstração de boa-fé de que a Ford pretendia realmente cultivar seringueiras e não apenas minerar a terra em busca de ouro ou fazer perfurações em busca de petróleo”.¹⁶³

As vantagens exigidas na reunião ainda acabavam incluindo que todos os impostos provenientes tanto de exportação quanto da produção de produtos fossem extintos, desse modo, constando uma isenção fiscal total para favorecer o início das atividades.

O termo de concessão foi encaminhado ao poder legislativo estadual em nome de W. L. Reeves Blakeley e assinado pelo governador Dyonisio Bentes em 03 de outubro de 1927, pelo número de Lei Estadual nº 2.592¹⁶⁴, mediante um termo de opção no contrato, que solicitava a criação de uma ou mais empresas para fazer a administração das terras em um intervalo de tempo de dois anos. Sendo assim:

Em 05 de dezembro de 1927 foi feita a petição de transferência da referida concessão do industrial para a Companhia Ford Industrial do Brasil. A transferência foi efetivada em 07 de dezembro de 1927, através do decreto 4374 do Palácio do Governo do Estado do Pará. O título definitivo das terras da concessão da Companhia Ford Industrial do Brasil foi expedido em 18 de agosto de 1928, sob o número 37.160 do protocolo nº 4 da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará¹⁶⁵.

¹⁶² PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 13ª legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1928, pp. 123-124.

¹⁶³ GRANDIN, 2010, p. 116

¹⁶⁴ PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2º Reunião da sua 13ª legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1928, p. 124.

¹⁶⁵ LOURENÇO, 1998, p. 32.

Em resumo, o estado do Pará disponibilizou à empresa de Henry Ford mais de um milhão de hectares de terras na região do rio Tapajós. Essas terras demarcadas encontravam-se, no caso, mais da metade delas, dentro da concessão que Villares tinha recebido do próprio governo do Pará. Por conta disso, Villares recebeu a quantia em dinheiro de 125 mil dólares como pagamento pelas terras que originalmente Ford poderia ter conseguindo sem nenhum custo. Porém, por valer-se de informações privilegiadas, juntamente com Schurz, Dyonisio Bentes e o próprio Blakeley¹⁶⁶, acabou lucrando em um esquema que envolveu corrupção e desinformação de alguns envolvidos na negociação.

O título definitivo das terras de Henry Ford, no Pará, foi emitido em nome da Ford Industrial do Brasil e expedido em 18 de agosto de 1928, conforme previsto no *Artigo 2º*, firmado em contrato entre W. L. Reeves Blakeley e o Governo do Estado do Pará¹⁶⁷.



Figura 12: Jorge Dumon Villares, atrás e à esquerda, e trabalhadores na limpeza da floresta na área de Fordlândia, 1928, Fonte: thehenryford.org

¹⁶⁶ SENA, Cristovam. **Fordlândia**: Breve Relato da Presença Americana na Amazônia. In: *Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantã*, 2008, p. 92.

¹⁶⁷ PARÁ. *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 13ª legislatura Dionysio Ausier Bentes*, 1928, pp. 125-126.

A instalação da Ford Industrial do Brasil começa como um grande investimento de capital estrangeiro. Os incentivos do governo brasileiro foram fundamentais para que esse empreendimento fosse de fato iniciado na Amazônia. Seguidamente, “os termos de concessão das terras são bastante amplos no que se refere às possibilidades de exploração daquela área”¹⁶⁸. Esses termos, inclusive, permitiam a criação de um núcleo urbano que contrastava com o ambiente amazônico, o que causou grande visibilidade nacional para o projeto.

Analisando as permissões que foram concedidas à companhia Ford Industrial do Brasil, pode-se perceber que existia uma ampla liberdade, permitindo diversas atividades na área concedida, sem qualquer participação ou intervenção do governo brasileiro: “Ao concessionário, ou às empresas que viessem a formar, foi dado o direito, inclusive, de não submeter seus planos a qualquer autoridade brasileira”¹⁶⁹

A Junta Comercial do Pará aprovou, por meio de escritura pública, os termos que regulavam as atividades que seriam exercidas na área que posteriormente viria a se chamar Fordlândia. Com isso, pode-se ter um panorama a partir da verificação do estatuto que foi regulado e colocado em vigor. Assim, no artigo 10º - A Companhia (Ford Industrial do Brasil) terá por objeto¹⁷⁰:

- adquirir terras do domínio de particulares ou do domínio do Estado;
- proceder à plantação de seringueiras e exercer a indústria extrativa relativa a esse produto;
- montar e explorar fábricas de beneficiamento e artefactos de borracha;
- realizar todas as operações de crédito conexas com o objeto da sociedade e dar em hipoteca ou outra garantia os bens a estas pertencentes;
- criar comissariados ou entrepostos para o fim de vender, comprar e transacionar em geral com o público, em negócios de fazendas, comestíveis, farmácia, utensílios, borracha, peles e couros, sementes oleaginosas, madeira e produtos e artigos de toda natureza;
- cultivar e explorar quaisquer produtos agrícolas ou industriais;
- proceder a pesquisas e explorações de minas de quaisquer espécies;
- exercer o comércio de exportação e importação, compra e venda de comissões e consignações.
- adquirir embarcações e quaisquer bens móveis ou imóveis;

¹⁶⁸ LOURENÇO, 1998, p. 30.

¹⁶⁹ COSTA, Francisco. **Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia**: A Experiência de Ford no Tapajós (1922 - 1945), Belém: Fundação Getúlio Vargas, 1981, p. 75.

¹⁷⁰ PARÁ. *Estatutos da sociedade anônima Companhia Ford Industrial do Brasil*, 1927, arquivada na Junta Comercial do Pará com o nº 271. In LOURENÇO, 1998, p. 30.

- realizar operações bancárias de depósitos e descontos e outras que convierem aos interesses da sociedade, em conexão com o seu objeto e afins;
- construir e explorar estradas de ferro, linhas de navegação e transportes de toda espécie pelo ar, por terra ou por água;
- criar e explorar estabelecimentos bancários em geral;
- fundar escolas e hospitais e construir edifícios para esse fim, como também para fins religiosos e de beneficência;
- construir docas e armazéns e interessar-se, em geral, em negócios relativos a melhorias de portos, construções de cais e depósitos de mercadorias;
- explorar a concessão que lhe foi feita pelo Governo do Estado do Pará.

Por meio do estatuto de regulamentação referente às atividades a que a empresa Ford Industrial do Brasil foi submetida, pode-se verificar que a empresa de Henry Ford teria total liberdade de atuação em território brasileiro.

Além de executar a exploração das áreas destinadas ao cultivo da borracha, possuía a liberdade de estruturar o lugar que receberia o projeto da melhor maneira possível, com o objetivo de facilitar suas atividades logísticas. Até mesmo poderia construir estradas de ferro, linhas de navegação e transportes de toda espécie, pelo ar, por terra ou por água. Ou seja, toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades, tanto produtivas quanto logísticas. Além do que, o estatuto oferecia ampla liberdade para a criação de um núcleo urbano direcionado ao apoio aos trabalhadores que lá estariam fixados.

O governo brasileiro não poderia interferir em nenhuma das atividades que fossem desenvolvidas nas terras concedidas. Por esse motivo, as construções dos núcleos urbanos, tanto de Fordlândia como o de Belterra, obedeceram aos padrões norte-americanos de arquitetura e infraestrutura, sendo essa uma das características mais contrastantes com o ambiente da floresta amazônica, além, é claro, do modelo de trabalho adotado, caso que será abordado mais adiante.

Devido à concessão fornecer ampla liberdade, a empresa Ford pensou em explorar outros recursos disponíveis na região. Embora, a exploração tenha se limitado à madeira extraída da região, existiram fortes especulações sobre a possibilidade de um possível estudo sobre a extração de petróleo.

Podemos colocar que os termos legais que giravam em torno da concessão de Henry Ford, na Amazônia, disponibilizavam amplas vantagens para as atividades a serem desenvolvidas referentes à exploração da borracha. Porém, são passivas de críticas, pois os poderes públicos brasileiros do período concederam tantas vantagens que acabaram quase

criando um estado norte-americano dentro do território brasileiro, em uma região que era pouco conhecida pelo próprio Brasil.

Esse desconhecimento, somado a uma economia fragilizada e a políticos corruptos, juntamente com alguns oportunistas, fez com que o governo da época não fosse capaz de criar mecanismos ou fazer frente às investidas de uma grande organização com características imperialistas, que tinha a seu favor um prestígio mundial, devido ao grande crescimento do segmento em que atuava. Certamente, foi usando como principal argumento o fato de que o empreendimento seria responsável por transportar o desenvolvimento norte-americano para as profundezas da Selva Amazônica. Em resumo, foi-se criando um ambiente de total liberdade econômica na região, mas a ampla liberdade garantida pelo governo brasileiro poderia ter ameaçado a soberania nacional nela.

A respeito dos limites territoriais estabelecidos para a exploração da borracha na região do Baixo Amazonas, podemos destacar que as terras da concessão à Ford encontravam-se localizadas à margem direita do rio Tapajós. No caso do mapa destacado abaixo (Figura 12), destacam-se Fordlândia e Belterra, ambos os lugares em foram desenvolvidas plantações de seringueira, conforme apontava o relatório de LaRue:

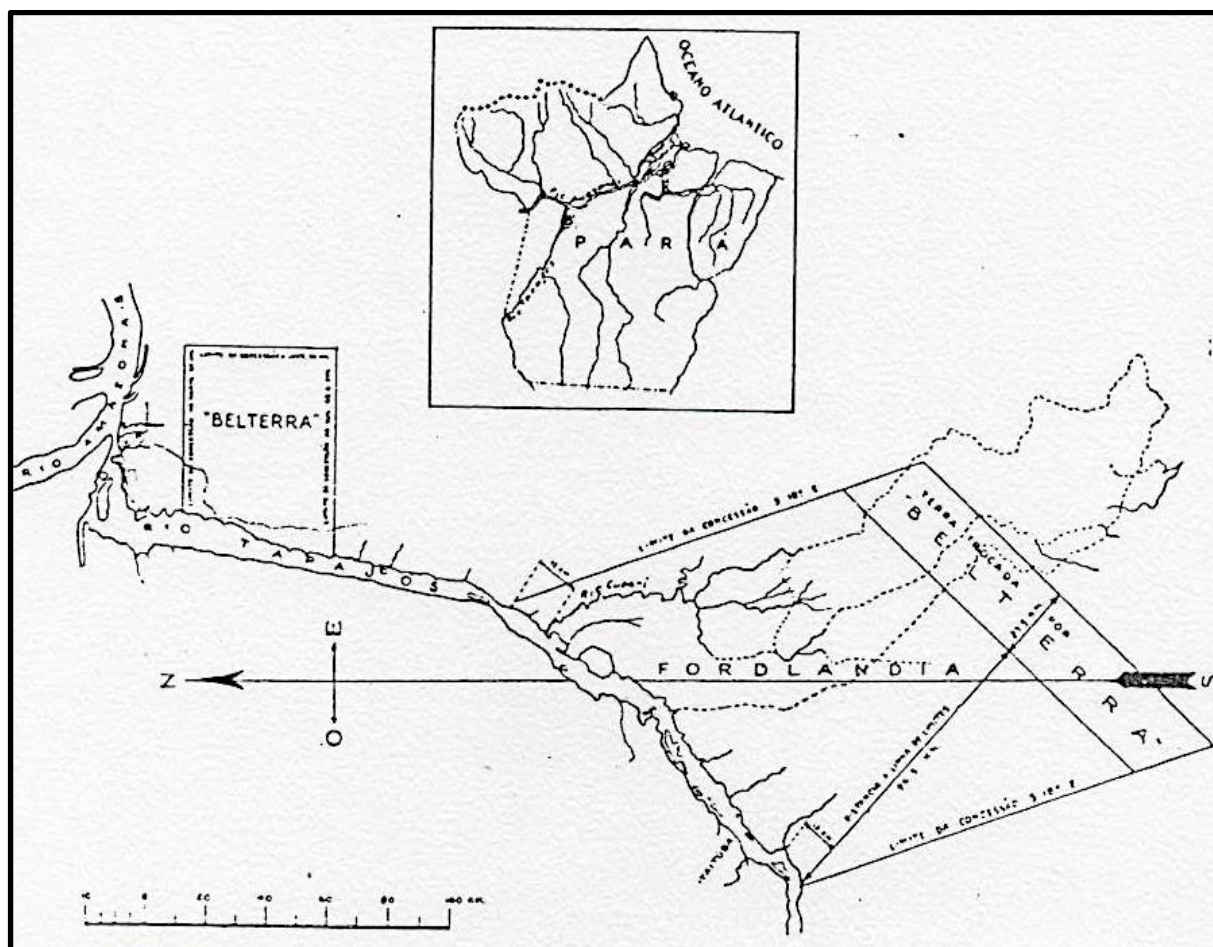


Figura 13: As áreas correspondentes a Belterra e Fordlândia, à margem direita do rio Tapajós, 1939. Fonte: CRULS, Gastão, p. 4.

Em 26 de outubro de 1927, Edsel Ford, filho de Henry Ford, então Presidente da *Ford Motor Company*, anunciou publicamente, nos Estados Unidos, que sua empresa teria completado as negociações com o estado do Pará, onde teria adquirido grandes quantidades de terras públicas para desenvolver as plantações de seringueira, às margens do rio Tapajós, para a exploração do látex de forma industrial. Em 17 de dezembro, Henry Ford anunciava em Detroit o seu empreendimento, que chamou de gigantesco projeto¹⁷¹.

Basicamente, o projeto de Ford foi dividido em duas grandes áreas, sendo uma denominada de Belterra, mais ao norte e mais próximo do rio Amazonas, e Fordlândia. As duas áreas ficaram localizadas à margem direita do rio Tapajós.

As áreas concedidas pelo governo brasileiro ficaram designadas a receber as plantações de seringueira, somado à infraestrutura necessária para iniciar as atividades provenientes do cultivo da *Hevea brasiliensis*; para isso, vale lembrar que a área era uma densa floresta nativa

¹⁷¹ COSTA, 1981, p. 79.

e, mesmo com alguns moradores presentes na localidade, a grande maioria da propriedade concedida pelo governo fazia parte da Floresta Amazônica.

Para tornar a área apta a receber tanto as plantações como as infraestruturas, foram executadas amplas devastações da floresta nativa, por meio de grandes queimadas e desmatamentos. Os danos ambientais causados no período não foram levados em consideração, pois acreditava-se que devastar a floresta seria uma forma de progresso para Amazônia.

3.2 A Companhia Ford Industrial do Brasil: ascensão de Fordlândia

Ford estabelecer-se-á no Brasil – associado a um grupo de brasileiros, o grande industrial de Detroit fundará na Amazônia uma fábrica de artefactos de borracha¹⁷².

Todos os trâmites legais foram garantidos para assegurar total liberdade para as atividades que seriam colocadas em prática por meio do capital estrangeiro. A partir de 1927, já eram de domínio público as intenções de Henry Ford de estabelecer, no Norte do Brasil, uma grande plantação para a exploração do látex.

As repercussões dos veículos de comunicação foram de grande escala, visto que se pode encontrar em alguns jornais e revistas, que circulavam no período, diversas discussões referentes à questão de a Amazônia servir de abrigo para um dos maiores empreendimentos já implantados em território brasileiro.

Após todos os detalhes acertados que permitiram a criação da empresa Ford Industrial do Brasil, muito se especulou sobre uma possível visita de Henry Ford ao país¹⁷³. Essa visita teria um caráter de negócios e representaria um enorme prestígio para as autoridades brasileiras, ao receber um dos homens mais importantes e influentes de sua época. Tal viagem representaria para o Brasil uma demonstração de respeito por parte do empresário. Ainda que muito se tenha especulado sobre o assunto, isso nunca veio a ocorrer.

O desafio para o início das atividades nas terras cedidas pelo Governo do Estado do Pará para que a Ford Industrial do Brasil iniciasse suas operações era a Selva Amazônica. A área era coberta por vasta floresta nativa, por isso uma “limpeza da área” foi fundamental.

¹⁷² **Diário de Notícias**, 17 de novembro de 1927, p.1.

¹⁷³ **Gazeta de notícias**, 10 de janeiro de 1928, p.10.

A limpeza, nesse caso, consistia na eliminação da vegetação original. Os responsáveis pelas primeiras atividades ligadas ao local onde seria erguido o núcleo urbano de Fordlândia foram W. L. Reeves Blakeley e Jorge Dumont Villares.

Em 1928, Blakeley e Villares haviam escolhido o local do primeiro assentamento. Partiram de Santarém, subindo o rio Tapajós em direção à comunidade de Boa Vista, a qual localizava-se a mil quilômetros de Belém e 160 km de Santarém, “num ponto em que o rio permanecia profundo até a margem, o que pouparia despesas com drenagem e permitiria a descarga de equipamento pesado”¹⁷⁴.

O local escolhido tinha sido visitado anos antes por Blakeley, e contava com extensa vegetação, onde foram encontradas, além de seringueiras, diversas árvores com grande potencialidade de aproveitamento de madeira de qualidade para exploração das futuras instalações.

Antes de iniciar as atividades, as equipes de Blakeley e Villares precisaram resolver mais uma questão. A margem do rio Tapajós estava ocupada por algumas famílias de seringueiros que exploravam a área de forma artesanal. Muitos eram descendentes dos primeiros imigrantes que ocuparam a região por causa da valorização da borracha. Alguns possuíam títulos das terras, porém, a maioria acabava por pagar aluguel, o que dava direito de explorar a região que pertencia a algumas famílias de ascendência portuguesa e indígena, miscigenação comum que caracteriza a Região Norte do Brasil. Boa vista, onde se localizaria Fordlândia e suas instalações, pertencia tradicionalmente à família Franco:

[...] porém, era difícil “esquecer” a família Franco, uma vez que ela era dona de Boa Vista. Elas eram descendentes de Alberto José da Silva Franco um imigrante português que, um século antes, tinha sido um dos mais prósperos comerciantes de borracha da região¹⁷⁵.

Ao fazerem o levantamento da região, isso não foi visto como um problema pelos responsáveis da empresa Ford, uma vez que facilmente conseguiria adquirir-se as terras por preços justos para ambos os lados envolvidos, e dentro do contrato firmado com o Estado a aquisição de terras particulares era permitida.

Basicamente, ao adquirir-se as propriedades das famílias tradicionais da região, o problema agora seria a limpeza das áreas. A limpeza foi coordenada pelas equipes de Blakeley

¹⁷⁴ GRANDIN, 2010, p. 120.

¹⁷⁵ GRANDIN, 2010, p. 121.

e Villares. Os trabalhadores eram encarregados de fazer a derrubada da floresta nativa para que, dessa forma, o terreno apresentasse as condições adequadas ao início das construções na área.

As condições que foram apresentadas a esses primeiros trabalhadores eram questionáveis, porque, ao verificarmos as fotografias referentes ao período, podemos perceber que quase não utilizavam quaisquer equipamentos de segurança em área remota de mata fechada, conforme podemos observar em fotografia de 1932. Mesmo que os inícios das atividades de limpeza tenham acontecido em 1928, a área de atuação da Companhia Ford Industrial do Brasil estava em constante expansão, abrindo sempre novas clareiras na floresta, seja para construção de estradas, seja para casas para os trabalhadores ou áreas de plantio da seringueira:



Figura 14: trabalhadores responsáveis pela limpeza da floresta na área de Fordlândia, 1932, Fonte: thehenryford.org

Os trabalhadores responsáveis pela limpeza do local do assentamento estavam organizados em pequenas equipes e muitos não tinham condições ideais em se tratando de segurança no trabalho. Porém, essas primeiras atividades foram fundamentais para o início das instalações dos futuros trabalhadores das plantações e da parte administrativa. Na Figura 13 podemos observar um número de 18 a 20 funcionários que faziam parte da equipe de limpeza. Pode-se observar o uso dos crachás de metal, de uso obrigatório, que foi um elemento de

protestos por parte dos trabalhadores, porém, vale observar que todos estão utilizando na parte referente à cintura, que continha um número de identificação do trabalhador (Anexo 9).

A atividade de limpeza consistia em derrubada das árvores nativas, seguida de extensas queimadas na floresta. Essas atividades foram intensas de 1928 a 1934, de acordo com as fotografias que hoje encontram-se no Instituto Henry Ford (*the collections of the Henry Ford*), pelas quais podemos verificar o tamanho do impacto ambiental que a região sofreu para que um núcleo urbano fosse implantado em meio à Selva Amazônica.



Figura 15: Área de floresta nativa sofrendo queimada, Fordlândia, 1929,
Fonte: thehenryford.org

Logo após tornar a área propícia para o início das instalações por meio das atividades exercidas pelas equipes coordenadas por Blakeley e Villares, as primeiras movimentações iniciam-se, ainda em 1928, pelo rio Tapajós, por meio de navios vindos dos Estados Unidos com os materiais e mercadorias a serem utilizadas na nova área pertencente à empresa Ford Industrial do Brasil. Chegavam ao porto de Santarém (Pará), que se localizava a 160 quilômetros da área em que viria a ser instalada a cidade de Fordlândia e suas plantações de seringueira. Depois da chegada, as mercadorias seguiam em navios menores em direção às áreas destinadas ao empreendimento de Henry Ford. Conforme reportagem do Jornal A cidade:

Para a empresa Ford, deverão aportar amanhã cedo a esta cidade os primeiros navios da empresa Ford. São elles o paquete *Lake Omack* e o pontão *Lake Farger*. Esses navios veem carregados de matérias e mercadorias destinados a Boa Vista, futura *City-Ford*. A descarga será feita, neste porto, em alvarengas (embarcações) fretadas à *boot line*, dada a possibilidade de os navios chegarem até a sede dos trabalhos da empresa, por falta de água nos baixios de boim. O *fustin* aqui chegado anteontem, conduziu uma alvarenga, e amanhã chegarão mais duas, pela *Cuthbert*¹⁷⁶(Sic).

Toda a estrutura do complexo urbano e industrial, que foi montada para dar apoio às plantações da *Ford Company* em terras brasileiras, foi enviada dos Estados Unidos por meio de navios que adentraram o rio Amazonas e tiveram acesso à região do Tapajós em 1928.

Os navios da *Ford Comapy* faziam a entrega das mercadorias e dos materiais que seriam utilizados na construção das estruturas da Companhia Ford Industrial do Brasil, no porto da cidade de Santarém (Pará), para que dessa forma fossem logisticamente distribuídos em barcos menores para a região do início dos trabalhos.

Essa movimentação nos portos da cidade de Santarém significava, em termos económicos, uma esperança financeira para a região, pois sua economia encontrava-se por décadas em total estagnação. Além disso, a notícia do *Jornal A cidade* coincide com as lembranças de David Riker, porque, quando o seu pai, Robert, juntamente com outros norte-americanos sulistas, estabeleceu-se próximo a Santarém, em 1867, ele ainda era uma criança. Em suas memórias, David observou a chegada da empresa Ford no vale do Tapajós:

Em 1928, Henry Ford, trouxe para o rio Tapajós as máquinas e o progresso. Para Santarém, foi como uma transfusão de sangue. Ford abriu uma clareira na mata e, depois, outra mais rio abaixo, ambas de agigantado tamanho, implantando Fordlândia e Belterra, nomes com os quais foram batizados os dois locais, a infraestrutura de apoio para o cultivo de seringueira em grande escala.¹⁷⁷

Suas memórias, que estão registradas no livro *O último confederado na Amazônia*, publicado por seu filho em 1983, provenientes de seus manuscritos pessoais, estão de acordo com as várias notícias que circulavam nos jornais locais.

Para David Riker, a fundação da Companhia Ford Industrial do Brasil representava, para a região amazônica, o tão sonhado progresso. Mesmo de uma maneira invasiva na região, Riker observou, em suas memórias, como algo benéfico, principalmente o fato de que a

¹⁷⁶ *A Cidade*, 15 de setembro de 1928, p. 2.

¹⁷⁷ RIKER, 1983, p. 79.

borracha seria trabalhada de modo local. Criando um ambiente favorável à economia, pois “tudo se negociava e tudo se vendia.”¹⁷⁸

Antes da chegada dos navios Omack e Farger, que vinham dos Estados Unidos com os materiais a serem direcionados às áreas iniciais de trabalho, Blakeley e Villares ficaram responsáveis pelo acampamento de trabalho responsável pela limpeza da área que deu origem a Fordlândia, na antiga propriedade de Boa Vista. Com as constantes garantias por parte de Villares que a área era ideal para o cultivo da *Hevea*. Estimava-se que em pouco tempo seria fundada uma cidade, somada a uma área industrial, com uma população estimada de 25 mil trabalhadores e 100 mil moradores.

Diversas notícias e manchetes foram veiculadas sobre esse período e muitas obtiveram repercussão nacional. As matérias de jornal no geral acabavam por elogiar o empreendimento e a fundação da Companhia Ford Industrial do Brasil. Manchetes como “Uma empresa grandiosa: o multimilionário Ford e sua intervenção na borracha no Pará.”¹⁷⁹. Isto é, existe uma linguagem de entusiasmo contido nas notícias sobre as atividades iniciadas em 1927 pela empresa Ford. Além disso, outras matérias jornalísticas acabavam por destacar a criação de uma moderna estrutura que seria montada em meio à selva, e que iria contar com uma estrada de ferro e um moderno hospital, que atenderia por volta de mil pacientes, com uma moderna estrutura, comparada à dos grandes centros do país.¹⁸⁰

Eram destacadas nos jornais as dificuldades que o empreendimento enfrentou devido às condições naturais que a região apresenta. Compreendia-se, nesse período, que a Natureza era de alguma forma o antagonista do progresso para a região amazônica. Dessa forma, apreende-se, segundo o jornal *A Gazeta*, que a região “é uma composição cyclopica de arvores e águas, em luta constante e permanente, destruindo-se, refazendo-se, prejudicando mais do que ajudando”¹⁸¹ (*Sic*). Foi ainda destaque nos jornais, que circulavam no período, que as atividades ligadas aos trabalhos que seriam desenvolvidos pelas primeiras equipes teriam diversas dificuldades, porquanto a região apresentava características que dificultavam o desenvolvimento de quaisquer atividades humanas:

O futuro da Amazônia com o ingresso de Ford no Pará: Fôra das capitais Belém e Manaus realmente milagres de civilização perdidos em uma terra virgem, a planície amazônica é uma composição cyclopica de arvores e águas, em luta constante e permanente, destruindo-se, refazendo-se, prejudicando

¹⁷⁸ RIKER, 1983, pp. 79-80.

¹⁷⁹ **Jornal O imparcial**, 16 de julho de 1927, p. 1.

¹⁸⁰ **A Gazeta**, 16 de julho de 1927, p. 3.

¹⁸¹ **A Gazeta**, 25 de outubro de 1927, p. 3.

mais do que ajudando, o esforço tímido do homem. Nessa terra exuberante, as cidades são pequenos burgos populosos, despidos da qualquer civilização. Tudo é primitivo e o homem ali se depara um forte, para poder dominar a selva a viver¹⁸² (Sic).

A falta de conhecimento da Região Norte do Brasil, em alguns jornais, principalmente os que circulavam em São Paulo, é grande. Tal constatação faz evidente ao analisarmos as manchetes, que deixam claro que a Amazônia é desconhecida para muitos dos que estavam na área mais industrial do Brasil. Os jornais acabam reproduzindo alguns discursos que confirmam esse desconhecimento. Por exemplo, na matéria do jornal *A Gazeta*, de 1927, intitulada *O futuro da Amazônia com o ingresso de Ford no Pará*, é colocado de uma maneira que fora das capitais, Manaus e Belém, não existiriam outros vestígios urbanos na região; seguidamente, são deixadas de lado duas cidades, localizadas no Pará, que também exerceram importante função desde o período colonial na região, Bragança e Santarém, cidades centenárias, e que pouco aparecem nos jornais quando se trata do assunto envolvendo urbanização e, conseqüentemente, a fundação de Fordlândia. Isso reforça a ideia de que os jornais paulistanos pouco conheciam da região escolhida por Ford para seu empreendimento.

Nesse primeiro momento, no final de 1927 e início de 1928, onde as obras iniciam-se com a limpeza da área, para que o local se torne apto a receber os primeiros núcleos referentes a Fordlândia e sua plantação, pode-se notar, por meios dos jornais, uma certa expectativa positiva com as atividades desenvolvidas na Amazônia, coordenadas pela Companhia Ford Industrial do Brasil.

Muito dessa expectativa deve-se ao fato de que o estado do Pará estava enfrentando problemas devido à alta produtividade de borracha asiática, o que acabava tornando a produção amazônica inviável para concorrer com os preços oferecidos no mercado internacional. Já com os investimentos da empresa Ford, que pretendia reerguer o comércio da borracha na região, colocando em prática o modelo de cultivo já experimentado pelos ingleses no Oriente, o Pará poderia voltar aos tempos em que sua principal renda vinha da exportação de tal produto, ou seja, a presença dos investimento de Ford no mercado da borracha representaria o progresso, “A vara magica do progresso vai tocar o valle do Amazonas ”¹⁸³(Sic), oferecendo, supostamente, um efeito positivo na economia:

Ao contacto dessa “varinha mágica” o Pará em poucos anos voltará a florescer, mas em condições de não regredir á penúria que está vivendo.

¹⁸² *A Gazeta*, 25 de outubro de 1927, p. 3.

¹⁸³ *A Gazeta*, 26 de dezembro de 1927, p. 1.

Depois de dias de abundância e opulência. A sua forma cidade de Belém, com uma população superior a duzentos mil habitantes em poucos annos terá esta cifra duplicada, pelo esforço dos filhos da terra que não terão mais necessidade de emigrar, e pela contribuição do nordestino e do estrangeiro, que para alli voltarão novamente a viver¹⁸⁴(Sic).

Essa expectativa com os investimentos de Ford na região é destacada em diversos momentos nos periódicos de circulação diária. Porém, não podemos deixar de verificar que o projeto e as atividades que estavam sendo iniciadas no que viria a se chamar Fordlândia foram também motivo de críticas por parte dos meios de comunicação.

Por essa razão, podemos afirmar que existiram severas críticas às atividades ligadas ao capital norte-americano empregado na Amazônia. Mesmo que em um primeiro momento fossem quase que inquestionáveis os benefícios provenientes dos milhares de dólares investidos, com o passar do tempo muitos foram criando um discurso de desconfiança em relação às verdadeiras intenções da empresa norte-americana em explorar a borracha em um dos locais menos conhecidos do pelos brasileiros, pois toda a expansão territorial que a Amazônia sofre no final do século XIX é proveniente da exploração da borracha pelos seringueiros brasileiros. Esse desconhecimento da região leva a gerar um sentimento de desconfiança com os norte-americanos e suas atividades, mesmo que amparadas e previamente negociadas com os poderes públicos do estado do Pará.

Em 1928 temos o início dos trabalhos na região da concessão, e girava em torno a expectativa da visita de Henry Ford ao Pará, viagem essa que não passou de especulação, principalmente por parte dos jornais. A partir disso, os tons referentes ao empreendimento de Ford na Amazônia mudam. Antes existia um entusiasmo, nos jornais, com as palavras “*progresso*”, “*desenvolvimento*”, “*economia*” e “*benefícios*”. Como se pode ver, essa linguagem é substituída por matérias como: “*Comentários acerca da interferência de Ford na Amazônia*”¹⁸⁵.

Outra questão que circulou nos jornais era o fato de que provavelmente Henry Ford estaria interessado em explorar minério e petróleo da região. Esses rumores foram altamente difundidos, muito pelo caráter do contrato firmado entre a companhia Ford Industrial do Brasil e o governo paraense, o qual permitia a livre exploração das terras, inclusive de minérios e metais preciosos¹⁸⁶, caso assim fossem viáveis na área, e sem qualquer tipo de interferência do Estado nas atividades econômicas da Ford no Brasil.

¹⁸⁴ **A Gazeta**, 25 de outubro de 1927, p. 3.

¹⁸⁵ **A Gazeta**, 28 de fevereiro de 1928, p.3.

¹⁸⁶ LOURENÇO, 1998, p. 30.

Vale também destacar que as principais críticas vinculadas às atividades referentes à instalação da Ford na Amazônia partiram da imprensa paulistana, pois, em um primeiro momento, como já visto, seu discurso difundido por meio dos jornais alinhava-se a um “otimismo” pela notícia dos altos investimentos na região. Mas a partir de 1928, o discurso muda e passam a existir críticas sobre o ocorrido, que apresentavam questionamentos acerca da presença de capital estrangeiro na Amazônia. Essas notícias começam a circular:



Figura 16: Matéria fazendo um questionamento sobre as intenções de Ford na Amazônia; Jornal A Gazeta, 1 de março de 1929, p.1.

As críticas vinculadas à aquisição de terras pela empresa de Henry Ford no estado do Pará, Norte do Brasil, muito se deram por dois fatores: o primeiro deles foi a desconfiança que a criação de uma plantação de seringueiras em meio à Selva Amazônica seria basicamente um pretexto para esconder as verdadeiras intenções da empresa Ford, que seria a exploração de petróleo e minério; o segundo elemento que foram as constantes denúncias de corrupção que envolveram a concessão de terras, e os termos do contrato que favoreciam amplamente a Companhia Ford, fornecendo total liberdade para a sua atuação em território brasileiro sem a intervenção do Estado.

Mesmo gozando de um grande prestígio, principalmente entre as elites brasileiras, e mais ainda em relação às elites paulistas, a figura de Henry Ford não deixou de ser alvo de críticas, porque causava um certo desconforto entre essas elites, que viam o “homem mais rico

do mundo”¹⁸⁷ presente em forma de altos investimentos, por meio de sua empresa, na zona menos conhecida do Brasil. Tal fato causou muitas desconfianças, e acreditava-se que a Ford estava ameaçando a soberania nacional com os milhares de dólares investidos na Amazônia.

As críticas que envolveram a fundação da Companhia Ford Industrial do Brasil circulavam, como já explanado, principalmente nos jornais paulistanos, porém, existiram também algumas respostas a essas críticas, e se concentraram nos jornais do estado do Pará, que acabavam por de alguma maneira rebater os questionamentos das atividades:

São Paulo, o grande Estado modelo da Federação, por assim dizer, do engrandecimento pátrio; lembrou-se de nós! Lembrou-se por intermedio de sua mocidade estudantina; lembrou-se é facto, mas lembrou-se de um modo singular: para combater o nosso progredimento. Que desejam, pois, os nossos irmãos sulistas com essa campanha injustificável contra a concessão Ford. Porventura só a elles cabe o direito de progredir, enriquecer, viver a tripa forra, enquanto a nós não nos sobra, sequer, a vontade de sair da cepa torta?¹⁸⁸ (Sic).

As respostas às críticas paulistanas estão em uma coluna jornalística assinada pelo nome de Flavius. Não existe informação detalhada sobre quem escreveu a coluna, apenas esse nome vinculado ao final do texto. Porém, a matéria proporciona alguns olhares para o período, de como foi interpretada a chegada de uma capital estrangeiro na Amazônia. O mais curioso é o fato de as críticas partirem de um dos centros mais industrializados do Brasil, que seria a Região Sudeste.

A Amazônia vinha atravessando sérias dificuldades financeiras devido à alta produtividade das fazendas asiáticas, e pouco ou quase nada foi feito para contornar as terríveis consequências financeiras pelas quais a Região Norte passou. Muito desse “descaso” com a região pode ser associado ao isolamento “natural” dos grandes centros do Brasil, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro.

Ainda dentro dessa análise sobre as críticas sofridas em relação às atividades que estavam sendo desenvolvidas nas terras de concessão no estado do Pará, os jornais paulistanos, em linhas gerais, reproduziam que o Pará estava entregando o território para os estrangeiros. Em contrapartida, os jornais que circulavam na capital paraense, Belém, e em Santarém (Pará), a exemplo do *Jornal A cidade*, chama os investimentos da empresa Ford no Pará de “um milagre divino”, e seguidamente destacava que era “um vultuoso achado do capital estrangeiro que

¹⁸⁷ **Diário da Noite**, 11 de maio de 1927, p. 8.

¹⁸⁸ **A Cidade**, 25 de agosto de 1928, p. 2.

deseja operar em nosso desprotegido território.”¹⁸⁹. O autor do texto, ao colocar “desprotegido território”, tem a intenção de destacar que o estado do Pará se encontrava longe das políticas públicas dos poderes brasileiros, que geralmente privilegiavam os centros mais industrializados.

Em síntese, as colocações negativas diante do projeto de Ford no Pará foram difundidas nos meios de comunicação disponíveis na época, criticando as atividades que ocorreram em virtude da implantação das instalações da Companhia Ford Industrial do Brasil. Os que viram o projeto como algo benéfico para a economia da região e desconsideraram os trâmites que envolveram as negociações não conseguiram compreender como era possível existir críticas a um projeto que representaria o “progresso” para a região amazônica. Já os que encontraram “abusos” diante de uma concessão que envolveu milhares de hectares para estrangeiros operarem da maneira que quisessem em terras brasileiras, isso era uma ameaça à soberania nacional na Região Norte do país. Com isso, podemos afirmar que não existe um ponto de vista correto ou errado, mas existem, nesse caso, pontos de vistas divergentes, os quais podem abrir possibilidades para análises diversas sobre o assunto envolvendo o capital estrangeiro na Amazônia no início do século XX.

“O Dólar talvez vença, onde sucumbiu a bravura do nosso seringueiro.”¹⁹⁰

Os navios que aportaram no porto de Santarém (Pará), que estavam vinculados à empresa Ford, tinham como “missão” descarregar as mercadorias e os materiais originários dos Estados Unidos que seriam utilizados nas áreas que foram preparadas para o início das instalações da cidade de Fordlândia.

A preparação do espaço envolveu uma intensa atividade industrial, que consistiu no desmatamento e queimada da vegetação nativa em larga escala. Em seguida, contou com algumas aquisições de propriedades de famílias que habitavam a região em pequenas propriedades. E mais, envolveu a deslocação de algumas comunidades tradicionais indígenas, originárias da região, que, décadas antes, acabaram envolvendo-se com a extração de borracha de modo artesanal a exemplo de como já faziam os seringueiros tradicionalmente. Todo esse processo envolvendo a área de concessão foi exclusivamente para tornar o mais viável possível

¹⁸⁹ **A Cidade**, 25 de agosto de 1928, p. 2.

¹⁹⁰ **A Gazeta**, 31 de Dezembro de 1927, p.1.

a região para receber as plantações de seringueiras, somado a um núcleo urbano moderno para os padrões da região amazônica.

O empreendimento agroindustrial que veio a se chamar Fordlândia teve seu início ainda em 1927, com a prática que consistiu na limpeza da área em que seriam construídos os prédios industriais e as casas para os trabalhadores da Companhia Ford Industrial do Brasil.

Essa primeira etapa foi primordial para tornar o ambiente viável para as atividades que seriam adotadas em meio à Selva Amazônica. Em 1928, começam a desembarcar¹⁹¹ os materiais necessários para a construção das primeiras instalações que seriam erguidas na área de Fordlândia. Foi o início das mudanças que ocorreram de forma imposta na região, com a chegada de um modelo de produção e trabalho bem diferentes do que a região já tinha experimentado até o momento. Durante esse processo, as movimentações no porto da cidade de Santarém foram constantes, porquanto, quando existia uma dificuldade de navegação, devido às baixas sazonais no nível de água do rio Tapajós, o navio que transportava os materiais da cidade de Detroit (Estados Unidos) para os rios do Pará (Brasil), por ser de grande porte, era aportado em Santarém e a logística dos materiais era feita por navios menores.

Toda essa movimentação logística, que tinha como objetivo fornecer o abastecimento necessário para o início das atividades no que viria a ser Fordlândia, acabou de várias formas incentivando a economia da região logo em um primeiro momento, porque tudo que envolveu as atividades da Ford na Amazônia contou com grandes investimentos.

Uma das cenas mais corriqueiras durante o processo de construção do núcleo urbano e industrial de Fordlândia foi a presença do navio “Lake Ormoc”¹⁹², da Companhia Ford, que transportou a maior parte do material que veio dos Estados Unidos até as margens de Boa Vista, no rio Tapajós. Vale destacar que quase todos os materiais precisaram ser exportados dos Estados Unidos, principalmente a parte que consistia a indústria e outros que não eram produzidos na região.

As primeiras instalações de Fordlândia priorizaram, basicamente, dar abrigo para os primeiros trabalhadores do local, constituindo-se, assim, um pequeno acampamento onde os trabalhadores poderiam se alimentar e se abrigar.

¹⁹¹ **A Cidade**, 15 de setembro de 1928, p. 2.

¹⁹² **A Cidade**, 4 de agosto de 1928, p. 1.



Figura 17: Desembarque de materiais no porto de Fordlândia pelo navio *Lake Ormac*, no início das atividades agroindustriais, 1929. Fonte: thehenryford.org

Nesse momento inicial, as edificações foram fundamentais para fornecer o abrigo necessário para os primeiros trabalhadores alocados na região. Foram eles os responsáveis pela limpeza da área, como já colocado, que consistia basicamente na remoção da floresta nativa. Outra atividade que foi exercida, nesse primeiro momento, foi a extração de madeira, principalmente para direcionar as construções que seriam destinadas à vila dos trabalhadores em Fordlândia. Além disso, foi priorizada a abertura de estradas, em meio à selva, para facilitar a ligação da área que seria destinada à indústria e às plantações.

Além das primeiras edificações para apoio dos trabalhadores, foi construído um barracão¹⁹³ para servir de viveiro para as seringueiras, previamente selecionadas, que seriam plantadas nas áreas específicas. Essa seleção das árvores, ainda em forma de mudas, servia para identificar as que poderiam crescer e produzir o látex em um menor período de tempo, justificando os investimentos feitos na área para o cultivo da *Hevea brasiliensis*.

Outra atividade fundamental nesse primeiro momento foi preparar as áreas de cultivo da seringueira. Essa preparação do local de cultivo foi tratada como prioridade, pois existiam muitas especulações de que talvez a empresa de Henry Ford estivesse à procura de outro tipo

¹⁹³ **O Cruzeiro**, 28 de novembro de 1931, p. 4.

de exploração que não fosse o látex proveniente das seringueiras. Além disso, com o princípio das atividades na área de concessão, diversas notícias sobre uma possível ameaça norte-americana começaram a se intensificar, principalmente na imprensa paulista:

A Amazônia e o perigo “yankee” – O perigo “yankee” existe... não há dúvidas. Existe o perigo “yankee”. Que o diga a Nicarágua. que o diga o México, cujos lençõs petrolíferos são um íman permanente de atracção para *Wall Street*. Mas, o bem que somos, um povo, uma nação, um Estado, ou bem que somos um território á disposição da cobiça das potencias de rapina¹⁹⁴(*Sic*).

Mesmo com diversas notícias sobre uma possível ameaça dos norte-americanos na Amazônia, o clima na região era de entusiasmo em virtude dos altos investimentos que foram injetados na economia regional. Nenhum jornal ou notícia foi capaz de abalar o prestígio de que a Companhia Ford Industrial do Brasil gozava em terras amazônicas no princípio das suas atividades às margens do rio Tapajós. Muito desse fato deve-se à figura a que a empresa estava atrelada, no caso, a de seu proprietário Henry Ford.

Entre os anos de 1928 e 1929, a região foi marcada por intensos trabalhos que tiveram como objetivo estruturar as áreas que estavam destinadas ao empreendimento agroindustrial de Fordlândia. Entre as atividades que foram priorizadas nesses primeiros anos temos¹⁹⁵:

- remoção da floresta nativa por meio de queimadas;
- instalação dos acampamentos provisórios de trabalhadores;
- demarcação das áreas destinadas à instalação do parque industrial;
- abertura de estradas para interligar as áreas de atuação;
- criação de um viveiro para seleção das mudas de seringueiras;
- escolha e preparação dos locais destinados a receber as plantações de seringueiras.

A construção e instalação de estruturas dignas de grandes centros urbanos do Brasil em meio à Selva Amazônica significou para o período um grande avanço, visto que se compreendia que a falta desse tipo de estruturas significava um atraso para a Amazônia, consequentemente para o país.

¹⁹⁴ **Diário da Noite**, 1º de março de 1928, p. 2.

¹⁹⁵ **O Cruzeiro**, 28 de novembro de 1931, p. 4.

Era necessário deixar a floresta e o atraso económico de lado, para que dessa forma o empreendimento de milhões de dólares fosse concebido em um ambiente que antes era tido como “selvagem”, e foi preciso muito esforço humano e financeiro para erguer os núcleos urbanos às margens do rio Tapajós.



Figura 18: As primeiras estruturas em Fordlândia, ao fundo, o rio Tapajós, Brasil. Fonte: O cruzeiro, 12 de Dezembro de 1931.

Essa compreensão de que a natureza seria uma forma de atraso para região era muito difundida por meio dos jornais que circulavam no período. Ou seja, não existiu uma preocupação com os impactos ambientais que essas construções poderiam causar.

Diante desse fato, em que a natureza era percebida com um entrave para o desenvolvimento da região, conseguimos verificar o porquê de o projeto da Fordlândia ter sido tão bem recebido pela comunidade local e por muitos do Brasil, pois as críticas sobre o projeto partiam sempre de alguns jornais que circulavam em São Paulo. Já os demais jornais acabavam percebendo o empreendimento como algo benéfico para a região amazônica, principalmente no aspecto do progresso, como podemos observar no trecho do periódico *O Cruzeiro* de 1931:

No local onde, há cinco annos, se aventuravam apenas os intrépidos seringueiros, que afrontavam a malária, a solidão asphyxiante da floresta e mordedura venenosa dos ofídios, vemos, ao clarão da luz elétrica, vestidas como nas mais elegantes reuniões sociais de Nova York e Rio de Janeiro, as esposas dos funcionários da Ford¹⁹⁶ (*Sic*).

As estruturas do complexo de Fordlândia, em 1931, já estavam consolidando-se em forma de instalações, o material usando vinha diretamente dos Estados Unidos, destinados principalmente ao parque industrial, já que para as casas na vila dos trabalhadores a própria madeira da floresta serviu para suprir a demanda. O complexo de Fordlândia já contava com modernas instalações, o que foi motivo de destaque em diversos jornais do Brasil.

A sua estrutura administrativa principal estava basicamente distribuída da seguinte maneira: o escritório principal localizava-se na cidade de Belém do Pará, capital do estado, onde o gerente foi Archibald Johnston, um conceituado executivo da *Ford Motor Company*, mantendo a função até o fim das operações em 1945, exercia praticamente todas as funções burocráticas¹⁹⁷; já o responsável pelas plantações, na maior parte do tempo, foi John Rogge, que exerceu a função até 1942, quando voltou aos Estados Unidos e foi substituído por D.H. Stallard, responsável até o fim das operações da Companhia Ford Industrial do Brasil.

Em 1931, a estrutura da Companhia Ford Industrial do Brasil, em Fordlândia, já se encontrava bastante adiantada se comparada aos anos anteriores, visto que na referida área só existia vegetação nativa. Nesse período, a empresa já contava com 3 mil trabalhadores e mais mil moradores, totalizando um total de 4 mil habitantes entre trabalhadores e membros de suas famílias.

Para os trabalhadores e suas famílias, foi criado um complexo de moradias destinado a comportar essas pessoas. As casas estavam distribuídas quase às margens do rio Tapajós, em uma área que ficava a oeste do complexo industrial de Fordlândia. Essas habitações residenciais estavam divididas em complexos, sendo estes denominados de A e B, compondo dessa forma a vila operária¹⁹⁸ de Fordlândia. Portanto, abrigavam os trabalhadores que exerciam atividades ligadas tanto à indústria como ao cultivo da seringueira. Em particular, existia uma clara distinção entre o trabalhador nacional brasileiro e o trabalhador norte-americano, pois os locais em que foram abrigados eram distintos. Logo, os trabalhadores brasileiros, tanto os solteiros quanto os que tinham famílias, eram destinados às vilas operárias; já os norte-americanos foram

¹⁹⁶ **O Cruzeiro**, 28 de novembro de 1931, p. 4.

¹⁹⁷ COSTA, 1981, p.81.

¹⁹⁸ VICENTINI, Yara, **Cidade e História da Amazônia**, São Paulo: USP, 1994, p. 268.

alocados a leste do complexo industrial de Fordlândia¹⁹⁹, na localidade chamada vila americana, onde existia um maior conforto nas acomodações das moradias fornecidas. Quanto à estrutura das casas, todas obedeciam a uma arquitetura baseada nas casas e prédios encontrados nos Estados Unidos. Como a Companhia Ford Industrial do Brasil tinha total liberdade nas terras de concessão, essa característica arquitetônica foi um forte contraste em relação às construções encontradas tradicionalmente na Amazônia.



Figura 19: A vila operária de Fordlândia, ao fundo, o rio o Tapajós, Brasil.
Fonte: A Gazeta, 25 de setembro de 1931, p. 7.

Essas estruturas arquitetônicas acabaram por ser uma das características mais marcantes de Fordlândia e posteriormente de Belterra, porque eram um grande contraste com o que se tinha na região; assim, podemos afirmar que em 1931, Fordlândia já contatava com uma estrutura bem robusta e moderna para os padrões da região. Isso só foi possível com altos investimentos de capital estrangeiro, o que tinha como objetivo criar um complexo agroindustrial anexado a uma cidade. A floresta deu lugar a uma moderna estrutura em meio a uma região trópica, onde:

¹⁹⁹ VICENTINI, 1994, pp. 268-269.

Fordlândia tem actualmente 4.0000 habitantes, uma escola, um hospital modelo, um mercado, avenida, um campo de football, um caes de atracação e desembarque. Em volta da cidade recém-nascida, para lhe garantir o desenvolvimento e a prosperidade, há já 350.000 pés de *héveas* plantadas e viveiros com 650.000 mudas²⁰⁰ (Sic).

Em 1931, Fordlândia, além de contar com modernas instalações para proporcionar suporte a seus trabalhadores, possuía não somente com moradias, mas também escolas para os filhos deles e um moderno hospital, tendo como prioridade as áreas de plantação da *Hevea* de forma imediata. É provável que essa prioridade tenha acalmado as críticas, como já demonstrado, que a companhia vinha sofrendo no tocante às publicações de jornais que circulavam no estado do São Paulo. Embora existissem outras intenções em uma possível exploração na área de concessão, nesse primeiro momento não seria colocado em prática, ou seja, o foco seria o cultivo da seringueira em larga escala.

Além da área de Fordlândia não ser ideal para o cultivo da árvore de seringueiras do tipo *Hevea brasilienses*, em modo de plantação, muito devido ao solo, que era pobre e sem nutrientes por conta das constantes chuvas que acabavam “lavando-o”, o que se agravava sem a floresta nativa para fazer a proteção natural, houve outro fator agravante, que era o fato de a região apresentar um solo extremamente irregular, como podemos observar na Figura 18, em que podem ser notadas fortes irregularidades no solo, tornando-o bem complicado para desenvolver atividades agrícolas ligadas à cultura da *Hevea*.

Acerca dessas dificuldades, podemos observar que ainda assim foi-se criando uma extensa área de exploração da seringueira. Muito se deve ao fato de que os investimentos para adaptar a região foram grandiosos por parte da companhia Ford, envolvendo milhões de dólares.

Em síntese, a respeito das áreas que foram selecionadas para cultivo podemos afirmar que a adaptação do terreno foi fundamental por meio de técnicas agrícolas para contornar o claro problema da irregularidade do solo, tornando assim a propriedade de Fordlândia apta a receber as plantações para a extração de látex.

Fordlândia estava dividida em duas grandes áreas de moradias, em 1931, sendo a vila dos trabalhadores e a vila americana. A área industrial localizava-se entre as duas vilas de moradia da cidade²⁰¹, tornando assim a viabilidade da área industrial primordial com as plantações.

²⁰⁰ **O Cruzeiro**, 12 de dezembro de 1931, p. 7.

²⁰¹ VICENTINI, 1994, p. 268.

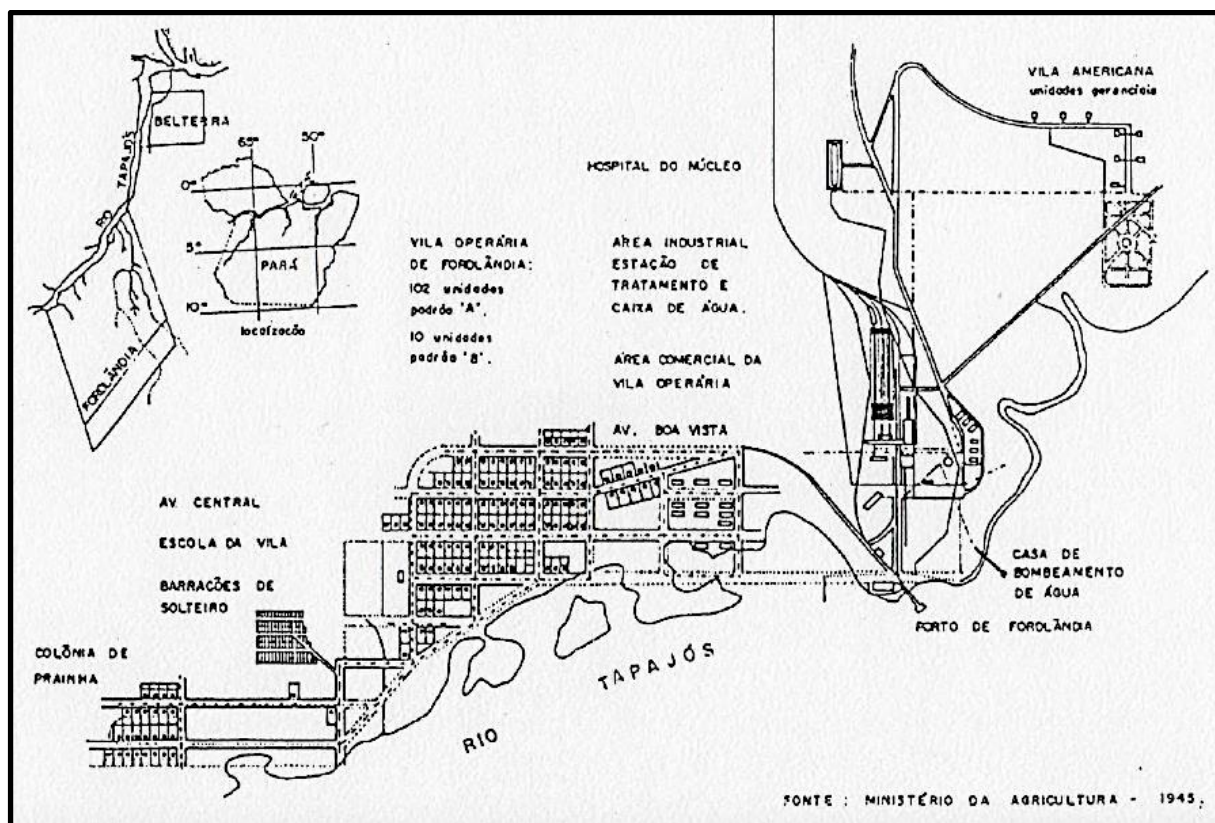


Figura 20: Planta de Fordlândia, Fonte: Yara Vicentini, 1994, p. 268.

Em geral, sobre as estruturas da cidade, segundo Daniel Nunes Leal, em sua pesquisa de graduação denominada *Henry Ford entre a casa-grande e o chão da fábrica*, foram erguidas 2 mil casas, destinadas aos dirigentes americanos e funcionários nacionais, um hospital, o almoxarifado, dois portos e a serraria, com estações de rádio, telefonia e uma usina para gerar energia para todas os prédios e casas, atendiam todas as exigências sanitárias, setenta quilômetros de estradas foram abertos e seis escolas edificadas, somados a refeitórios, pequenos mercados e outros prédios que atendiam em pequenos serviços os moradores e trabalhadores da cidade de Fordlândia²⁰².

Em resumo, a estrutura estabelecida em Fordlândia tinha todas as características de uma cidade industrial moderna e pronta para iniciar as operações referentes à exploração dos seringais, contava com uma estimativa de exploração inicial de aproximadamente trezentos mil toneladas, o que correspondia a 50% de toda a produção mundial. Essa projeção foi apresentada por Henry Ford em 1927, segundo Francisco Costa, em sua obra *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência de Ford no Tapajós*, porém, os números na prática

²⁰² LEAL, Daniel. **Henry Ford**: Entre a Casa-grande e o Chão da Fábrica, São Paulo: USP, 2015, pp. 88 - 89.

ficaram muito distantes disso. Nem os milhares de dólares conseguiram contornar as situações que foram impostas pela Natureza em Fordlândia.

3.3 Entra em crise a Fordlândia

*Ford chegou a se entusiasmar quando, depois de dois anos, por volta de 1933, as cerca de 1 milhão de mudas plantadas começaram a crescer, mostrando-se aparentemente robustas e saudáveis. Mas ainda em 1932 o que para muitos era apenas uma questão de tempo aconteceu: o fungo *Microcyclusulei* começou a tomar conta das árvores plantadas em Fordlândia. Era o mal-das-folhas, que devastava as seringueiras e prejudicava a produção.*²⁰³

*À medida que a realização do motivo original do projeto – a produção de borracha – se tornava cada vez mais difícil a Fordlândia era cada vez mais um pedaço de museu, a visão de Ford para o americanismo congelada em âmbar*²⁰⁴.

A partir de 1932, a estrutura de Fordlândia já estava toda arquitetada; assim, é lícito afirmar que uma das principais características do empreendimento de Henry Ford no Brasil foi o imediatismo para o início das operações relacionadas às plantações de seringueiras. Para que isso ocorresse, a cidade contava com modernas instalações, como casas confortáveis para os trabalhadores nacionais e para os norte-americanos, um moderno hospital, um espaço de convivência para eventos, tratamento de esgoto, água encanada e energia elétrica, que era distribuída a partir de um centro de geradores de energia. A cidade estava toda organizada em núcleos urbanos, existia também uma rádio para informações diárias, ou seja, Fordlândia era uma moderna cidade em meio à Selva Amazônica.

Os primeiros anos da Companhia Ford Industrial do Brasil (C.F.I.B) foram responsáveis por grandes investimentos que somaram milhões de dólares injetados na região. Esse investimento hoje pode ser analisado como prejuízo, pois que pouco se produziu de fato em relação ao que se esperava²⁰⁵ da exploração do látex.

²⁰³ BUENO, 2012, p.98.

²⁰⁴ GRANDIN, 2010, p. 266.

²⁰⁵ LEAL, 2015, pp. 91 - 92.

Ao se analisar os motivos que levaram Fordlândia, uma cidade que contava com uma moderna estrutura para apoiar as plantações de seringueira e que possuía capital quase que ilimitado, a entrar crise, devemos levar em conta que o fator humano foi um dos responsáveis para que o na cidade-empresa.

A respeito dos trabalhadores, podemos destacar que o recrutamento geralmente ocorria em Belém do Pará e em pequenos povoados em volta de Santarém (Pará), sempre pelos agentes de emprego da companhia Ford.

Os trabalhadores selecionados e que aceitavam a proposta de emprego em Fordlândia eram submetidos a um exame médico prévio ao seu contrato de trabalho, e, caso fossem considerados aptos a exercer as atividades nas plantações, eram enviados pelos barcos de vapor até a área de Fordlândia²⁰⁶. Ao chegar na área de plantação, em Fordlândia, era feita uma revista de controle, que tinha como objetivo restringir no local armas de fogo, bebidas acólicas e quaisquer outras coisas que fossem incompatíveis com as atividades que seriam desenvolvidas pelos trabalhadores na plantação.

Depois de já alocados em Fordlândia, o controle se voltava para a higiene e saúde dos deles²⁰⁷, a empresa exigia coleta de sangue para controle de doenças e a vacinação contra varíola, febre amarela, febre tifoide e difteria. Somado a isso, quando os trabalhadores terminavam a jornada de trabalho e seguiam para o relógio de ponto, eram abordados por funcionários da equipe médica de Fordlândia, que tinham como objetivo oferecer comprimidos diários. Eram comuns algumas resistências, porque as altas dosagens acabavam causando náuseas, dores pelo corpo e erupções cutâneas, mas eles também eram obrigados a tomar medicamentos contra parasitas.

Esse rigoroso controle em relação aos trabalhadores gerou o problema de não se conseguir pessoas para exercer as atividades nas plantações e nas fábricas da cidade, o que foi responsável por gerar a falta de trabalhadores. Mesmo oferecendo salários que consistiam em 25 % a 35 % a mais do que se oferecia na região²⁰⁸, a falta de mão de obra foi uma constata que acompanhou o empreendimento de Henry Ford até os últimos anos.

Grandes foram as dificuldades de recrutar pessoas que estivessem dispostas a cumprir os rigorosos horários de trabalho exigidos em Fordlândia, além disso, era difícil mensurar o que seria um bom salário para o caboclo amazônico, pois o estilo de vida adotado nos trópicos era incompatível com os modelos capitalistas corriqueiros em Fordlândia. Em outras palavras, não

²⁰⁶ COSTA, 1981, p. 85.

²⁰⁷ GRANDIN, 2010, p. 230.

²⁰⁸ Ibidem, 2010, p. 163.

fazia sentido, para o morador local, trabalhar 8 horas por dia, somado a horas extras, em troca de um salário fixo.

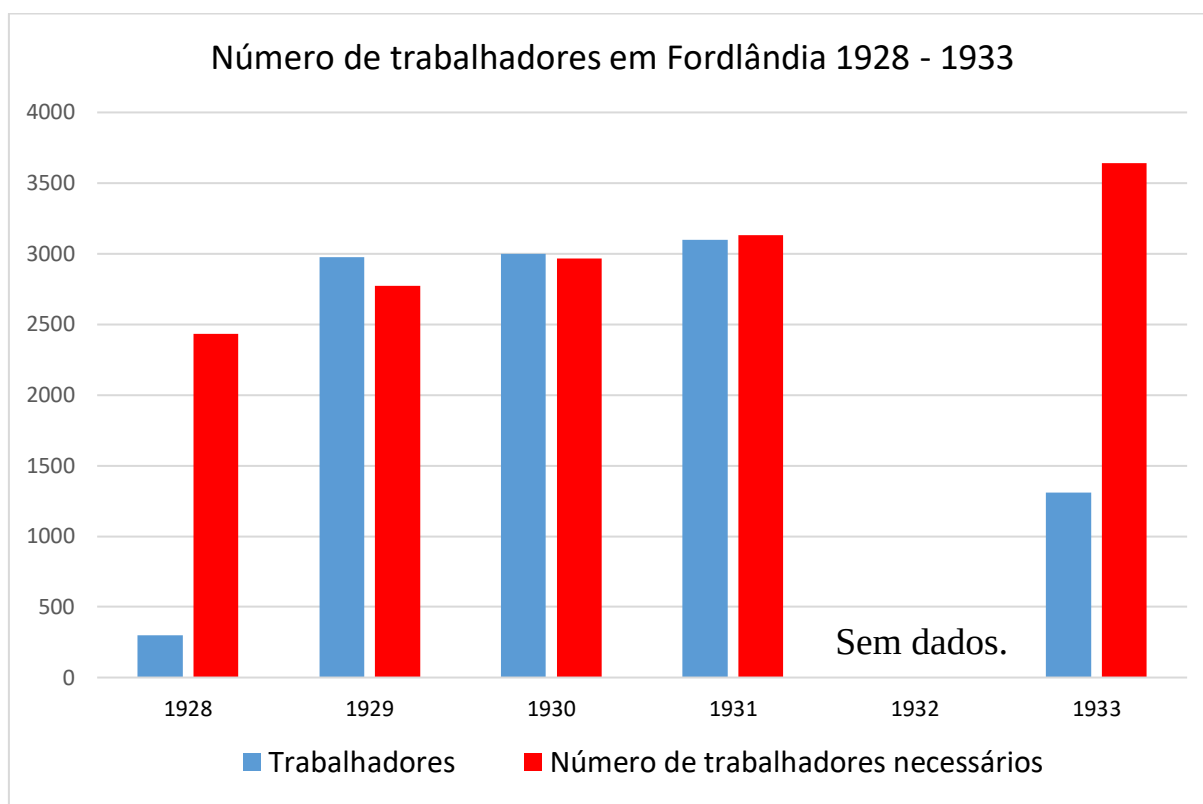
A falta de mão de obra nas plantações foi um problema constante, que tentou ser contornado de muitas formas. Uma das estratégias foi oferecer moradia e salários dignos, e alguns benefícios que não eram disponibilizados em nenhum outro lugar da Amazônia. Contudo, mesmo dessa maneira, a falta de contingente foi agravando-se com o passar dos anos, o que pode ser apontado como um dos fatores determinantes para o fracasso do empreendimento de Henry Ford na Amazônia.

Este tema sobre os trabalhadores acompanha a trajetória da própria empresa. Havia dificuldade em fixar os trabalhadores²⁰⁹, e isso foi um dos fatores que tornou lenta a implantação dos seringais. Mesmo existindo imediatismo para colocar a produção em pleno funcionamento, a falta de pessoas para exercer as atividades ligadas à plantação contribuiu para a lentidão das atividades de plantio.

Em 1933, a Fordlândia já enfrentava grandes problemas na questão de mão de obra. A empresa Companhia Ford Industrial do Brasil (C.F.I.B.) necessitava urgentemente contornar esse problema, mas não conseguiu. Muito se deve aos fatores culturais que são predominantes nos trópicos: o caboclo amazônico não via vantagem em trabalhar em tempo integral, visto que ele poderia plantar para obter sua subsistência e não ter que cumprir horas de trabalho diárias. Os indivíduos não se sentiam atraídos pelas condições de trabalho e vantagens oferecidas pela empresa.

²⁰⁹ LOURENÇO, 1998, p. 137.

GRÁFICO. 1. – Número de trabalhadores em Fordlândia 1928 -1933



Fonte: COSTA, Francisco. *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência de Ford no Tapajós*, 1981. p. 94.

Nos anos de 1930 e 1931, os números referentes aos trabalhadores apresentaram-se bons, porém, os problemas instalaram-se em 1933. Como pudemos observar no Gráfico 1, não se tem dados referentes ao ano de 1932. O número ideal de trabalhadores, em 1933, seria de 3.643, segundo Francisco Costa, em sua pesquisa *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência de Ford no Tapajós*, no entanto, contava com apenas 1.307, número abaixo do ideal para o desenvolvimento das atividades.

Mesmo com amplas vantagens, como participação nos lucros da empresa, existiram dificuldades em manter o trabalhador em Fordlândia²¹⁰, tornando a rotatividade muito grande, ou seja, chegavam muitos dispostos a trabalhar, porém, acabavam deixando o posto de trabalho por não verem vantagem no trabalho nos seringais de Fordlândia, que exigia uma carga horária diária de cada trabalhador.

²¹⁰ **A Gazeta**, 1 de outubro de 1931, p. 4.

Muitas foram as queixas dos trabalhadores e várias se devem ao rigoroso controle adotado pela empresa, um ritmo que nunca se tinha experimentado na Amazônia. O indivíduo amazônico não seguia esse modelo de produção nem de trabalho capitalista, seus meios eram estritamente de subsistência, o que contrastou com os modelos capitalistas implantados por Henry Ford no Tapajós.

A queda do número de empregados em Fordlândia pode ser interpretada pela não adaptação dos trabalhadores nacionais aos modelos de produção capitalistas²¹¹ empregados pela empresa Ford na Amazônia, pois os trabalhadores locais não estavam acostumados com o ritmo de produção capitalista, que acabava priorizando o tempo de trabalho e produção, realidade bem distante das atividades de subsistências que eram praticadas na Amazônia, ou seja, para o trabalhador local muitas das regras impostas pela companhia Ford eram vistas como uma forma de repressão, e entre essas regras estavam:

- 8 horas de trabalhos diárias;
- controle das horas trabalhadas por meio de ponto de entrada e saída;
- rigoroso controle de identificação dos empregados (anexo 9);
- eram proibidas quaisquer tipos de bebidas acólicas;
- não era permitido aos trabalhadores frequentar bares e restaurantes;
- medicamentos ministrados de forma obrigatória;
- alimentação baseada nos costumes culturais norte-americanos.

Nesse último caso, a alimentação foi um fator que motivou discórdia entre os trabalhadores e a direção da Companhia Ford Industrial do Brasil, causando uma grande revolta. Segundo David Riker, em suas memórias publicadas em 1983, *O último confederado na Amazônia*, em 1934, a alimentação era responsabilidade da empresa, e foi cortada para que um valor adicional ao salário fosse somado como forma de compensação. Porém, essa manobra causou vasta revolta entre os trabalhadores, que acabaram por amotinar-se com extrema violência e tinham como alvo principalmente os norte-americanos²¹². Seu pai, que trabalhava como intérprete em Fordlândia, nesse período, e também era responsável pela fazenda que recebia o gado vindo do Marajó, acabou por salvar-se da violência fugindo por dois dias em meio à selva.

²¹¹ LOURENÇO, 1998, p. 137.

²¹² RIKER, 1983, p.81.

Os alvos dos manifestantes eram principalmente os norte-americanos, que fugiram, muitos para a selva e outros acabaram refugiando-se na vila americana. Porém, a fúria dos trabalhadores voltou-se para as estruturas da companhia, como o relógio de ponto, o refeitório, o escritório, a serraria, a garagem, a rádio, a cafeteria, todas danificadas pela raiva dos envolvidos no levante. A oficina e os arquivos foram incendiados, e o depósito, saqueado. Caminhões, carros e tratores foram jogados no rio Tapajós²¹³.

A falta de articulação por parte dos trabalhadores locais com os supervisores norte-americanos acabou gerando esse levante, que nenhum de benefício trouxe a eles. O ato de danificar as estruturas que “reprimiam” os trabalhadores demonstra a total falta de preparo e discernimento desses indivíduos em negociar condições melhores com os seus superiores. O episódio ficou conhecido como “quebra-panela”, só foi contido três dias depois e duramente reprimido pelo interventor do estado do Pará, o tenente-coronel Magalhães Barata, por meio da polícia militar de Santarém, culminando com a demissão de todos os envolvidos.

Fordlândia, mesmo com todos os investimentos que somaram milhões de dólares, acabou não devolvendo a produtividade de seringueiras que se esperava. Já em 1934, os problemas estavam evidentes.

As plantações de seringueiras acabaram sendo outra grande dificuldade, pois pouco produziram. O ritmo lento na implantação das áreas de cultivo sem dúvida foi um agravante fundamental para que o projeto de Fordlândia não tivesse o sucesso esperado.

A falta de força de trabalho para cultivar as plantações foi um fator agravante, que acabou tendo grande peso quando colocado em análise. Outro ponto que deve ser colocado em destaque é a distância da cidade de Santarém, principal centro urbano da região, onde estava concentrada a maior densidade demográfica, o que poderia solucionar o problema da falta de trabalhadores nas plantações de Fordlândia. Além disso, existiam na área muitos indígenas realocados pelo governo que estavam em sérias dificuldades e gostariam de ser integrados como trabalhadores de Fordlândia, tendo vista as vantagens que seriam oferecidas, como assistência médica, moradia e alimentação, porém, foi estritamente proibida a contratação de indígenas pela direção da empresa²¹⁴, alegando que seriam preguiçosos e pouco amigáveis, uma forma de preconceito racial que acabou refletindo no baixo contingente de trabalhadores. É provável que, se de alguma maneira a Companhia Ford Industrial do Brasil (C.F.I.B) tivesse absorvido e integrados os indígenas da região, pois eles demonstravam grande interesse em trabalhar nas

²¹³ NAZENTE, Nestor. **Arquitetura Utopista na Floresta Amazônica**. In: *Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construindo - XIV ENTAC*, 2012, p. 663.

²¹⁴ GRANDIN, 2010, p. 165.

plantações de Fordlândia, os problemas referentes à falta de forças de trabalho teriam sido minimizados ou mesmo resolvidos.



Figura 21: Plantação de seringueiras em Fordlândia, 1931. Fonte: thehenryford.org

Outro elemento que contribuiu para que existissem dificuldades no cultivo da seringueira em Fordlândia foi a irregularidade do terreno destinado²¹⁵ ao cultivo, como pode-se observar na Figura 21.

Essa irregularidade não contribuía para o crescimento saudável e cultivo das árvores de seringueira, ocasionando lentidão no crescimento das mudas em Fordlândia, mesmo com a técnica de enxerto. Essa técnica é a união dos tecidos vegetais de duas plantas, passando a formar uma planta com duas partes. É uma forma de reprodução assexuada e usa-se geralmente para melhorar as condições da planta e agilizar seu crescimento.

Gastão Cruls, em seu artigo *Impressões de uma visita à companhia Ford industrial do Brasil*, publicado em 1939, destaca que um dos motivos de Fordlândia não ter tido sucesso diante dos investimentos foi a falta de seleção das árvores plantadas, o que teria contribuído

²¹⁵ PEREIRA, José. **Cidade na floresta:** Belterra, a Experiência da Plantation de Seringa de Henry Ford na Amazônia Brasileira 1934-1945. In: *En Avances del Cesor*, 2013, pp. 134 -135.º

para o baixo retorno das plantações²¹⁶, porém, essa informação não condiz com a matéria sobre Fordlândia da *Revista Cruzeiro*, de 1931, que afirma que estariam construindo um viveiro para seleção de boas mudas de árvores que seriam utilizadas nas plantações²¹⁷. Logo, não podemos afirmar que a causa da baixa produtividade de Fordlândia tenha ocorrido por uma questão de uma seleção executada sem critérios nas plantas matrizes, a causa mais plausível dessa baixa produtividade foi a questão do solo e das pragas que atacaram as plantas.

Os investimentos somente na área de Fordlândia foram de aproximadamente 20 milhões²¹⁸ de dólares, mas mesmo todo esse capital não foi capaz de contornar os problemas que foram cruciais para o fracasso do projeto.

A dificuldade no cultivo da *Hevea brasiliensis* em seu *habitat* natural não era algo esperado, pois acreditava-se que não seria necessário nenhum tipo de aclimação ou mesmo adaptação das plantas já que estavam local nativo. Porém, a remoção da floresta nativa acabou contribuindo para o desgaste do solo onde foram plantadas as árvores de seringueira.

Outro elemento que pode ser somando aos motivos que contribuíram para o fracasso das plantações em Fordlândia foi que a companhia não contava com nenhum especialista em cultivo de seringueira, ou seja, não existiam profissionais especializados²¹⁹ que conhecessem os processos capazes de minimizar os prejuízos e contornar o fracasso nas plantações.

As plantações de Fordlândia além de terem seu crescimento comprometido por conta do solo não ser o ideal para o cultivo, devido a suas irregularidades naturais, ainda sofreu com ataques de fungos que acabaram espalhando-se por toda a plantação.

Essa condição patológica, conhecida como o “mal das folhas”, é a doença mais grave para o cultivo de seringueira nas Américas. As árvores com os fungos apresentam como característica principal partes esbranquiçadas nas folhas, em pequenos pontos, o que acabava matando-as ainda muito jovens. Esse fungo é comum na região e, por conta da proximidade das árvores uma das outras, acabava alastrando-se de modo muito rápido nas plantações, não dando tempo de ser combatido com eficácia. “O mal das folhas, doença causada pelo fungo *Microcyclusulei*, até então era desconhecido pelas equipes técnicas de americanos de Fordlândia, por isso não estavam preparados para combatê-lo”²²⁰.

²¹⁶ CRULS, Gastão. **Impressões de Uma Visita à Companhia Ford industrial do Brasil**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 1939, p. 6.

²¹⁷ **O Cruzeiro**, 28 de novembro de 1931, p. 4.

²¹⁸ BUENO, 2012, p. 98.

²¹⁹ GRANDIN, 2010, p. 157.

²²⁰ SENA, 2009, p. 93.



Figura 22: “mal das folhas”, Fordlândia, 1936, Fonte: thehenryford.org

Fordlândia torna-se inviável em 1934, suas plantações estavam seriamente comprometidas com o “mal das folhas”, que causava a morte das árvores, tornando assim a viabilidade das plantações de seringueiras impossível, e ainda se tinha como agravante a falta de contingente para trabalhar nas plantações e nas operações ligadas ao parque industrial da Companhia Ford Industrial do Brasil.

O fungo *Microcyclusulei* era desconhecido pelas equipes de pesquisadores de Henry Ford. Acreditavam que os locais das plantações, por serem muito baixos em relação ao nível do mar, acabavam por contribuir para a disseminação da doença.

A área de Fordlândia deixou de receber investimentos destinados ao cultivo das árvores de seringueira e passou a ser a base de pesquisa da Companhia Ford Industrial do Brasil, ou seja, a cidade ia deixar de ser o principal ponto de investimentos. Como solução, é pensado pela administração da CFIB criar uma nova área de cultivo, onde os erros que foram compreendidos em Fordlândia pudessem de alguma forma ser contornados e finalmente os investimentos pudessem se converter em exploração do látex.

A solução chamada Belterra

Como solução para os problemas enfrentados em Fordlândia, que acabaram por culminar em seu fracasso em termos de produtividade, foi pensado como estratégia mudar o local de cultivo para uma região que apresentasse características diferentes das áreas de anteriores, a exemplo de localidades com terreno mais plano e elevado em relação ao nível do mar. Dessa maneira, acreditava-se que as plantações poderiam ficar livres das pragas.

Belterra localizava-se mais próximo ao rio Amazonas, consequentemente, perto da principal cidade da região, Santarém (Pará). Sua localização em relação ao rio Tapajós permitia navegabilidade durante todas as estações do ano com navios de grande porte, bem diferente do que ocorria em Fordlândia nos períodos de estiagem²²¹.

A respeito das técnicas de cultivo, podemos destacar que foram adotados em Belterra critérios mais rigorosos para a escolha das mudas das árvores que seriam utilizadas no plantio; tal como em Fordlândia, seria utilizada a técnica de enxerto, com o intuito de criar plantas mais resistentes a pragas e com o crescimento mais rápido²²². Esse tipo de preocupação tinha como objetivo contornar os problemas que foram corriqueiros em Fordlândia e que acabaram sendo primordiais para o fim do projeto.

Em Fordlândia não existia um especialista no cultivo da *Hevea brasiliensis* em forma de plantação, tornando qualquer tipo de ação contra os problemas relacionados ao cultivo muito complicados de serem contornados e solucionados. Segundo o historiador Greg Grandin, em sua obra *Fordlândia – ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, publicada em 2010, a prática de não contar com especialistas em seus empreendimentos era motivo até mesmo de orgulho por parte de Henry Ford, mas tal atitude em terras amazônicas cobrou um alto preço.

Para contornar essa dificuldade, Henry Ford, por meio do gerente de Fordlândia Johnston, viu-se obrigado a contratar o especialista James Weir, que fez parte da missão de 1923 e trabalhava nas plantações da Goodyear em Sumatra, e as primeiras constatações do cientista sobre as plantações foram totalmente desanimadoras²²³.

²²¹ CRULS, 1939, p. 6.

²²² PEREIRA, 2013, p.135.

²²³ LEAL, 2015, p. 99.

Em seu relatório inicial, Weir acabou verificando sérias omissões em situações elementares sobre a questão da administração agrícola²²⁴, inclusive uma grave desorganização nas plantações.

Nesse caso, em Fordlândia, não foi adotada a prática de destruição da *Hevea* selvagem, em um raio de um quilômetro e meio dos lugares de cultivo, atitude que buscava minimizar os riscos de doenças nas árvores do plantio. Logo, suas principais recomendações estavam ligadas à prevenção das pragas que poderiam atacar as plantações e que seriam fatais para o cultivo da *Hevea*. Para que existisse sucesso nas plantações de Henry Ford, as práticas agrícolas deveriam obedecer a um padrão adotado na Ásia.

James Weir, o especialista contratado por Henry Ford, identificou que as práticas que foram adotadas em Fordlândia foram de total despreparo por parte das equipes responsáveis pelo plantio, o que tornara as plantações totalmente inviáveis para a continuidade das atividades ligadas à seringueira em Fordlândia.

As terras de Fordlândia não eram ideais para o desenvolvimento de atividades ligadas à *Hevea*. Como já colocado, o terreno de Fordlândia apresentava uma irregularidade e facilmente acabava inundando devido à proximidade com o rio Tapajós, e isso acabava prejudicando a pulverização de pesticidas que poderiam de alguma forma combater as doenças; o calor também acabou contribuindo para a proliferação de doenças entre os trabalhadores²²⁵.

Basicamente, duas soluções foram propostas e colocadas em pauta por James Weir acerca do problema em Fordlândia. A primeira solução foi importar da Ásia alguns clones de árvores de seringueira, que tinham como característica principal a alta produtividade. Esses clones seriam as matrizes para que a produção de Henry Ford tivesse um tempo menor de espera, embora se acredite que essas matrizes que foram importadas não possuíam resistência ao “mal das folhas”, a principal doença que dizimou as plantações de Ford.

Em 1934, chegaram a Fordlândia cerca de 2.046 clones de árvores de seringueira de alta produtividade, diretamente de Sumatra. James Weir, com o seu precioso material em mãos, acaba propondo sua segunda solução, que consistia em realocar as plantações para uma nova localidade, nesse caso, transferi-las para Belterra, local que ficava a 60 km de Santarém.

As plantas selecionadas de James Weir, originárias de Sumatra, deveriam ser plantadas longe de Fordlândia, tornando a localidade apenas uma base de pesquisa da empresa Ford Industrial do Brasil²²⁶.

²²⁴ DEAN, Warren. **A luta pela borracha na Amazônia**. Ed. Revista Nobel, Rio de Janeiro, 1989, p. 118.

²²⁵ LEAL, 2015, p. 99.

²²⁶ Ibidem, 2015, p. 100.

Os trabalhadores de Fordlândia foram quase todos transferidos para a nova área de atuação. Nessa nova área, acreditava-se que o solo seria mais propício para o desenvolvimento das atividades ligadas à *Hevea*; terras mais planas e secas contribuiriam para o desenvolvimento das jovens árvores: “Belterra, a despeito de se localizar em um platô, não dava garantia alguma de melhorias para a Companhia Ford; a nova área constituía mais uma aposta, ou um ‘salto’ no escuro”²²⁷.

Por localizar-se em um terreno mais alto do que as terras de Fordlândia, acreditava-se que isso seria benéfico para desenvolver as novas áreas de plantação. A exemplo de Fordlândia, Belterra recebeu investimentos voltados à estruturação para acolher os trabalhadores e algumas partes administrativas, porém, em quantidades bem menores se comparados aos da cidade de Fordlândia.

A partir de 1934, com a implantação de Belterra, o desinteresse de Henry Ford já era evidente²²⁸, devido aos altos investimentos que foram colocados em Fordlândia que não deram retorno.

Em 1935 Belterra já contava com a área pronta para receber as seringueiras, a estrutura na nova cidade era mais simples se comparado ao primeiro projeto implantado em Fordlândia, pois os investimentos foram muito menores. Não se sabia se o empreendimento iria correr bem ou não, sendo encarado pela diretoria da *Ford Company*, localizada nos Estados Unidos, como uma verdadeira aposta.

A estrutura de Belterra pouco mudou da primeira cidade, a Fordlândia, por conta da disponibilidade menor de recursos financeiros, e a exemplo do que aconteceu para se erguer Fordlândia, uma grande área de floresta foi derrubada para tornar viável o segundo empreendimento da Companhia Ford Industrial do Brasil.

Sobre a estrutura da cidade, podemos destacar que foram abertas e pavimentadas ruas para dar acesso às áreas de plantio. Foi implementada em Belterra uma escola para os filhos dos trabalhadores, juntamente com o hospital, que recebeu o nome de Henry Ford. A cidade também contou com usina elétrica, além de uma moderna unidade de tratamento e distribuição de água; somado à estrutura da cidade, existia o campo de aviação para dar apoio ao projeto.

As casas destinadas aos trabalhadores continuavam a obedecer aos padrões norte-americanos, construídas com madeira e distribuídas em duas áreas distintas, onde eram separados os trabalhadores brasileiros dos estadunidenses. Essa divisão pode ser considerada

²²⁷ DEAN, 1989, p. 118.

²²⁸ Ibidem, 1989, p. 119.

responsável pela hierarquia que foi criada entre trabalhadores norte-americanos e trabalhadores nacionais.

Mesmo sendo considerado um investimento de baixo custo para os padrões referentes aos valores investidos em Fordlândia, a cidade de Belterra contava com uma estrutura que visava ao conforto dos trabalhadores de Henry Ford, nesse caso, os norte-americanos especificamente, pois existia uma clara distinção entre estes e os trabalhadores brasileiros.

A respeito do conforto, podemos afirmar que foi uma tentativa de implantar na Amazônia o estilo de vida norte-americano, *american way*. Para que isso fosse realmente materializado, foi feita uma estruturação na cidade de Belterra, que consistiu basicamente na criação de espaços também voltados para a diversão, como o campo de *golf* ²²⁹.

Belterra passou ainda a possuir um centro administrativo, que tinha a função de tornar a cidade mais autônoma nas decisões estratégicas. Outro elemento que merece destaque é o fato de que a localização estava em um trecho do rio Tapajós que permitia a navegabilidade o ano inteiro, diferentemente de Fordlândia.

James Weir, ao propor a mudança das operações de plantio de Fordlândia para Belterra, acreditava que teria a oportunidade de iniciar as plantações com novas matrizes e principalmente em local mais apropriado para o desenvolvimento das atividades do cultivo da *Hevea*, minimizando, dessa forma, os riscos de doenças nas árvores e evitando o “mal das folhas”, principal praga que se alastrou em Fordlândia²³⁰.

Os baixos investimentos desse segundo empreendimento foram a causa para que o projeto se tornasse viável. O maior gasto foi com a unidade de tratamento de água e distribuição, pois Belterra necessitou ser toda estruturada a exemplo de Fordlândia, visando assim a oferecer o suporte necessário para os trabalhadores fixados no local.

Outra característica que diferencia o projeto de Belterra do projeto de Fordlândia é a relação das dimensões da área em que foi instalada a cidade-empresa que corresponde à segunda tentativa de cultivar seringueiras no estado do Pará. Quando se observa os mapas presentes no artigo de Gastão Cruls, que teve como título *Impressões de uma visita à companhia Ford Industrial do Brasil*, publicado em 1939, podemos verificar que a área que correspondeu a Belterra era bem menor do que a primeira área que foi instalada a Fordlândia:

²²⁹ PEREIRA, 2013, p.135.

²³⁰ DEAN, 1989, p. 119

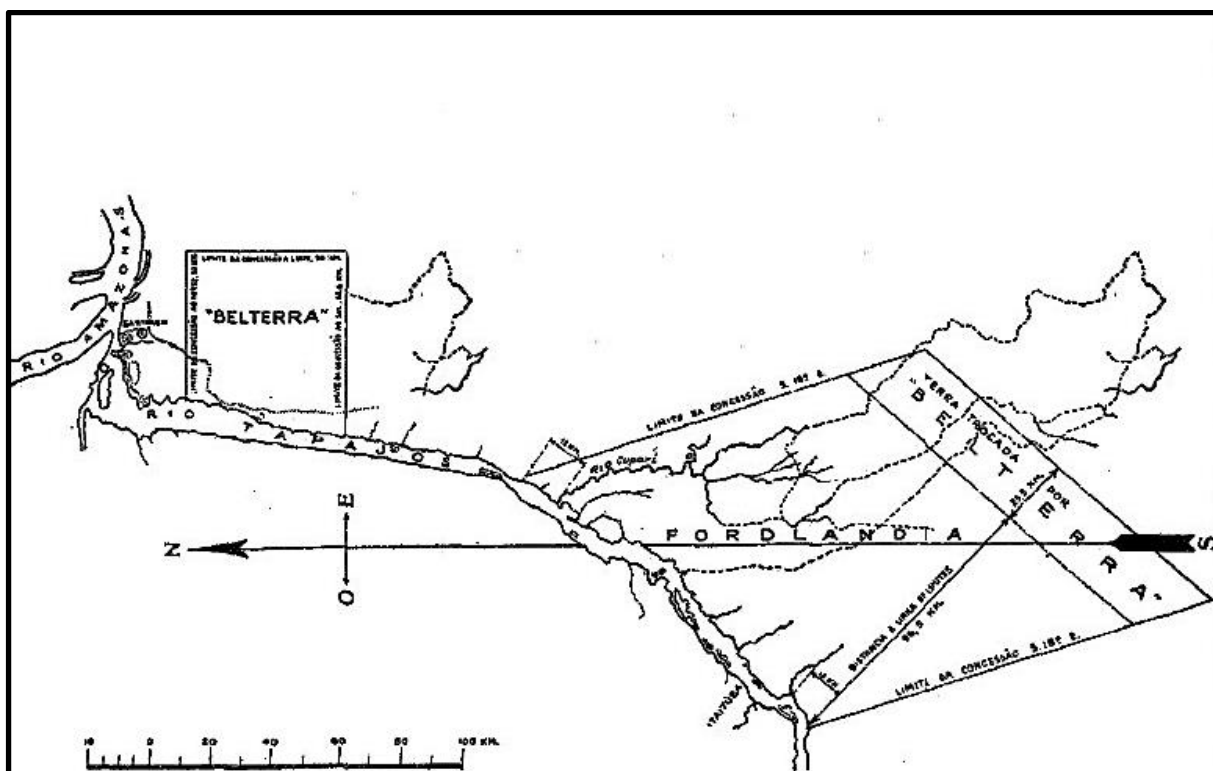


Figura 23: As áreas correspondentes a Belterra e Fordlândia, à margem direita do rio Tapajós, 1939. Fonte: CRULS, Gastão, p. 6.

Em 1939, segundo o relatório do Ministério da Agricultura²³¹, Belterra contava com uma população de 8 mil habitantes, entre brasileiros e norte-americanos. Destaque também aos habitantes da Fordlândia, que nesse período compunham 4 mil.

Mesmo com esses números referente a habitantes, a companhia enfrentava problemas na questão da quantidade de trabalhadores, pois, na fase de extração eram necessários 5 trabalhadores por cada fase da exploração, e, como já colocado, a falta de mão de obra foi uma constante durante as operações na Amazônia.

Mesmo toda a estrutura oferecida, tanto em Fordlândia, quanto no segundo empreendimento, Belterra, não foi garantia para que a Companhia Ford Industrial do Brasil conseguisse seu objetivo inicial, que era a produção de borracha.

Portanto, ao propor a mudança dos plantios das seringueiras de Fordlândia para Belterra, junto aos responsáveis pelo empreendimento no Brasil, nesse segundo caso, cabe observar que a administração do empreendimento era delegada a uma pessoa da confiança de Henry Ford no Pará, o gerente da Companhia Ford Industrial do Brasil, Archibal Johnston.

²³¹ BRASIL. Ministério da Agricultura – *As atividades agrícolas no Brasil*, 1939, p.41.

Pretendia-se, com a mudança, corrigir alguns equívocos, que no período mostraram-se cruciais para a insignificante produtividade de Fordlândia. Entre essas características que foram favoráveis para a implantação de Belterra estava a questão de a propriedade se localizar em uma área de situação mais plana, bem oposto ao que acontecia em Fordlândia, onde as áreas de cultivo estavam localizadas em terrenos acidentados, o que comprometia o cultivo. As áreas de cultivo da seringueira em Belterra também contavam com uma boa drenagem natural, o que favoreceria o crescimento das árvores, pois a terra dessa maneira não apresentava alagamento com as constantes chuvas. Suas terras eram mais elevadas, o que teoricamente dificultaria a disseminação de doenças na plantação. Em 1939, sem interromper também as atividades e tentativas de plantio em Fordlândia, Belterra já contava com cerca de 2.400 mil árvores de seringueiras²³² plantadas para a produção.

Os últimos 5 anos do projeto de Henry Ford, que corresponderam aos anos de 1940 a 1945, foram marcados por muitas tentativas de tornar as áreas tanto de Fordlândia como de Belterra produtivas no que diz respeito à produção de borracha. Porém, a praga conhecida como “mal das folhas” foi o principal responsável por tornar o projeto inviável.

Mesmo com toda a estrutura e tecnologia disponíveis na época, a Companhia Ford Industrial do Brasil foi incapaz de encontrar uma solução para contornar as dificuldades pelas quais passaram o projeto na Amazônia.

Muito se tentou para erradicar a praga que assolou as plantações de Henry Ford. Foi feita uma extensa tentativa de pulverização²³³ das áreas afetadas pelo fungo, mas nada foi eficiente; as áreas de cultivo foram transferidas para uma nova localidade (Belterra), mas mesmo assim a praga continuou a ser um problema. A constante falta de mão de obra nas plantações não conseguiu ser contornada nem mesmo mediante as boas condições de trabalho oferecidas pela C.F.I.B.

Em 1945, o projeto chega ao fim no dia 24 de dezembro. Foi efetuado um balanço que revelou que Companhia Ford Industrial do Brasil custava um total de 9.480.371,53²³⁴ milhões de dólares para permanecer em plena operação, ou seja, esses valores tornaram-se prejuízo, pois o retorno foi baixo diante dos investimentos. A partir de 1941, a Companhia não conseguia mais fazer os plantios necessários para garantir o mínimo das operações, tornando-se um projeto inviável. Nesse ano a produção de látex em Fordlândia e Belterra não passou de mil toneladas²³⁵

²³² CRULS, 1939, p. 5.

²³³ GRANDIN, 2010, p. 324.

²³⁴ COSTA, 1981, p.121.

²³⁵ Ibidem, 1981, p. 121.

Em 21 de setembro de 1945, o neto de Henry Ford, Henry Ford II, assume a presidência da Ford Motor *Company* e uma de suas primeiras decisões como novo presidente foi solicitar a dissolução da Companhia Ford Industrial do Brasil, assim como a venda imediata de todos seus equipamentos e acervos.

As áreas industriais de Fordlândia e Belterra são transferidas para o governo brasileiro por uma quantia de aproximadamente 250 mil dólares, o qual passou a ser o gestor das áreas e do parque de equipamentos que pertenciam à Companhia Ford Industrial do Brasil; em seguida, as terras foram transferidas para o Governo do Estado do Pará, que é o responsável atualmente pelas áreas. Oficialmente o projeto de Fordlândia encerrou suas atividades em 24 de dezembro de 1945, seu idealizador, Henry Ford, morreu no dia 7 de abril de 1947, sem nunca ter feito uma visita às terras amazônicas para contemplar seu ambicioso empreendimento. Um melancólico fim para um dos projetos mais ambiciosos que teve como palco a Amazônia brasileira. Nem os milhões de dólares foram capazes de dominar as forças da Natureza, que acabaram levando ao fim de Fordlândia.

4 CONCLUSÃO

Os norte-americanos na Amazônia estiveram presentes mesmo antes da instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil no estado do Pará. Imigraram para a Amazônia no século XIX, fugindo do Sul dos Estados Unidos, que foi arrasado por uma longa e sangrenta guerra civil. Suas influências na região de Santarém (Pará) foram importantes principalmente na política e na cultura.

A família Riker, por meio de David Riker e seus filhos Robert, Rubim e Octávio, acabaram tendo envolvimento direto nas atividades de Fordlândia. Nesse segundo momento, em que os norte-americanos encontravam-se envolvidos nas atividades de produção de borracha às margens do rio Tapajós por meio da Companhia Ford Industrial do Brasil, os filhos de David Riker acabaram sendo “aproveitados” primeiramente como tradutores e como guias na região do Tapajós, e posteriormente acabaram sendo enviados para os Estados Unidos para trabalhar para Ford Motor *Company*, em cargos administrativos da empresa de Henry Ford.

Em 1941, a família Riker foi motivo de uma reportagem de James E. Edmonds, publicada na Revista *The Saturday Evening Post*, edição de 4 de janeiro de 1941, sob título: *They've Gone Back home, The Last of a Confederate Colony* (Eles voltaram pra casa, o último dos confederados).

A reportagem basicamente relata a vida tranquila que os confederados conseguiram na Amazônia. Muitos, assim como David Riker, acabaram por se integrar à sociedade brasileira de forma completa, mesmo mantendo alguns costumes que remetiam aos tempos que viveram nos Estados Unidos, a exemplo da bandeira norte-americana hasteada em suas propriedades.

David Riker, quando questionado por James E. Edmonds sobre seus filhos que estavam nos Estados Unidos trabalhando na empresa Ford *Company*, respondeu: “*They've Gone Back home*” (Eles voltaram para casa).

A contribuição das famílias sulistas que se estabeleceram na Amazônia foi importante para a região nas áreas de agricultura, com o cultivo de algodão, como no pioneirismo no cultivo da árvore de seringueira. Porém, quando se aborda a temática das mobilidades entre Brasil e Estados Unidos durante o século XIX, pouco se menciona o fato de que o estado do Pará recebeu uma considerável quantidade de imigrantes norte-americanos que estabeleceram-se na região de Santarém, próximo ao rio Tapajós. Dessa forma, a presente pesquisa tratou também de demonstrar esse tema, possibilitando, dessa maneira, novas análises e leituras desse ocorrido,

o qual envolveu mobilidades para Amazônia, suas consequências e contribuições para formação de sua contemporaneidade.

A intenção de demonstrar que “sempre” existiu um certo interesse por parte dos Estados Unidos na questão da Amazônia é feita através da análise dessas mobilidades, que tornaram possível a instalação de comunidades norte-americanas no Norte do Brasil. Já no século XX, a presença de norte-americanos esteve marcada pela exploração do espaço amazônico puramente para extração descontrolada de seus recursos. Nesse segundo caso, temos a questão de uma tentativa de reerguer o comércio da borracha na Região Norte do Brasil, mais especificamente no estado do Pará, por meio de investimentos em plantações da árvore de seringueira (*heveicultura*), a exemplo do que já acontecia na Ásia.

As atividades foram inteiramente coordenadas e financiadas pela empresa privada *Ford Company*, como parte do plano estratégico de Henry Ford para se tornar autossuficiente na produção de borracha, que era utilizada em seus automóveis.

Os incentivos do governo brasileiro foram fundamentais para que o empreendimento de fato ocorresse. Entre esses benefícios, que envolveram o empreendimento de Ford na Amazônia, estavam a concessão de extensas áreas de terras que foram destinadas ao cultivo da árvore de seringueira, além de isenção ampla de impostos e total liberdade de operação dentro das terras de concedidas, criando quase um estado independente dentro do território brasileiro.

Com isso, a companhia Ford, a partir de 1927, inicia suas atividades instalando, em meio à Selva Amazônica, uma cidade-empresa que veio a se chamar Fordlândia. Esse ambicioso projeto foi amplamente divulgado no Brasil, causando repercussões tanto positivas quanto negativas. Nessa primeira perspectiva, via-se como positiva a presença norte-americana na Amazônia, pois a figura de Henry Ford estava associada ao homem mais rico do mundo e de recursos financeiros quase que ilimitados, que poderia levar o progresso para a região. Já na segunda perspectiva, temia-se perder a soberania brasileira sobre a região amazônica. Essa dualidade de visão foi o motivo de debates principalmente em meio à imprensa brasileira.

Pouco se compreendia, no período, sobre os impactos ambientais e humanos que a implantação de uma cidade em meio à Selva Amazônica causaria para o meio ambiente. Para ser implementado o projeto referente da cidade de Fordlândia, foram necessários milhares de hectares de terras de floresta nativa, causando um impacto ambiental devastador sobre a região; mesmo no período atual, pouco se recuperou em relação as perdas ambientais que o projeto provocou.

Muito se justifica sobre as ações que foram feitas em Fordlândia, pois que se compreendia os recursos naturais como sendo um entrave para o progresso da região

amazônica. Sendo assim, existia a disseminação de um discurso que reforçava que o meio ambiente era um obstáculo para o desenvolvimento económico da Região Norte do Brasil. Esse tipo de mentalidade permitiu que fosse feita uma grave devastação nas áreas de concessão, com a justificativa de que o progresso estava chegando à Amazônia.

Fordlândia foi uma cidade inteiramente pensada para dar suporte às áreas de plantação da Companhia Ford Industrial do Brasil. Possuía estruturas que correspondiam a confortáveis casas para os trabalhadores, tanto brasileiros quanto norte-americanos. A cidade contava com modernas instalações, como um hospital, unidade de tratamento e distribuição de água, usina elétrica, além de um moderno parque industrial para manufaturar a borracha proveniente das plantações.

Mesmo com os recursos financeiros provenientes de capital estrangeiro, Fordlândia torna-se inviável devido às dificuldades de cultivo, que se mostrou extremamente complicado na região em que se localizava o empreendimento. Vários foram os equívocos que levaram ao fracasso da cidade-empresa de Henry Ford, a exemplo do laudo técnico que assegurava a fertilidade das terras onde deveria ser as áreas de plantio. Porém, as terras mostraram-se extremamente irregulares, o que inviabilizava o cultivo da seringueira. Seguidamente, a existência de um fungo chamado de *Microcyclusulei*, causador do chamado “mal das folhas”, uma praga que acabou assolando os seringais de Fordlândia, tornando, assim, as plantações improdutivas.

Em 1934, foi feita uma tentativa de transferir as unidades de produção para a cidade de Belterra, com o objetivo de buscar uma maior produtividade da seringueira em solo mais seco e regular, o que contribuiria para o plantio. Belterra recebeu uma estruturação muito parecida com a de Fordlândia, mas com investimentos menores. Mesmo com todos os recursos e estudos, o projeto veio a fracassar devido ao “mal das folhas”, tornando as áreas de cultivo de Fordlândia e Belterra improdutivas. Em 1945, o projeto foi oficialmente encerrado.

As cidades de Fordlândia e Belterra, juntamente com todo seu complexo industrial e urbano, acabaram sendo transferidas para a administração do Governo Federal do Brasil, posteriormente transmitidas, sem custo algum, para o Governo do Estado do Pará, que é o atual responsável pela administração do local.

A atualmente a cidade de Fordlândia encontra-se em total abandono, sem manutenção e investimentos para uma preservação de seu património histórico. Fordlândia é considerada uma cidade fantasma, mas alguns poucos moradores ainda habitam no local e tentam preservar a memória patrimonial; estes habitantes são descendentes dos que trabalharam para Henry Ford nos anos da borracha. Embora recentemente Fordlândia tenha obtido certa visibilidade, devido

à produção de um documentário estadunidense intitulado *Beyond Fordlândia*, que foi finalizado em 2017, dirigido por Marco Colón, a situação atual mostra que existe poucas perspectivas para um possível aproveitamento das áreas abandonadas.

Portanto, Fordlândia foi uma tentativa de levar os modelos de produção capitalista para uma região na qual qualquer tipo de atividade ligada ao capitalismo seria de difícil implantação; isso se explica, porquanto muitas das dificuldades que o projeto enfrentou foram oriundas das manobras administrativas adotadas pelos que se encontravam à frente das decisões da *Ford Company*.

A falta de compreensão do que é a região amazônica, juntamente com as suas particularidades naturais e humanas, foi um fator determinante por levar o projeto de produzir borracha para abastecimento do mercado mundial ao total fracasso. Mesmo com os milhões de dólares aplicados em investimentos, nada foi capaz de combater as adversidades naturais encontradas na Amazônia, que acabaram por prejudicar a produção de borracha de forma controlada, pondo fim ao projeto de Henry Ford.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

BRASIL (Biblioteca Nacional Digital). *Confederados norte-americanos na Amazônia*. 1 fotografia em gelatina e prata, p&b, 12,5 x 18 Amazônia: [s.n.], [1866-1910]. [consul. 27 Mar. 2019]. Disponível em: <<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298856/mss1298856.jpg>>.

BRASIL (Império). MINISTRO (Manoel Pinto de Sousa Dantas). *Relatório anual do Ministério da Agricultura apresentado a assembleia geral legislativa na 2ª seção solene da 13ª legislatura*. Em 1867, Rio de Janeiro, Typ. Diário do Rio de Janeiro [consul.19 Abr. 2018] Disponível na internet <<<http://ddsnext.crl.edu/titles/list?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>>>.

BRASIL (República). MINISTRO (Fernando Costa). *Ministério da Agricultura – As atividades agrícolas no Brasil em 1939*, Rio de Janeiro, Vol. 1. [consul.18 Jun.2019] Disponível na internet <<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0030&pesq=FORDLANDIA%20BELTERRA&pasta=ano%20193>>>.

BRASIL (República). Ford Motor Company (Carl D. LaRue) *Report of The Exploration of The Tapajos Valley*, Santarém, 1927. [consul. 2 Jun.2019] Disponível na internet <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/423026#slide=gs-366818>>>

BELÉM, *Carta ao Inspetor consular do Brasil nos Estados Unidos - Sr. José. C. Alves de Lima*, pelo GOVERNADO (Dr. Dionysio Ausier Bentes), em 26 de maio de 1925. In PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes), *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 12ª legislatura*, Em 7 de Setembro de 1925, Typ. Sem identificação. [consul. 19 Mar. 2018]. Disponível na internet: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000003.html>>>.

ESTADOS UNIDOS (New York). *Carta ao governador do Estado do Pará (Brasil) - Dionysio Ausier Bentes*, pelo INSPETOR CONSULAR (José. C. Alves de Lima), em 25 de fevereiro de 1925. In PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dr. Dionysio Ausier Bentes) *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 12ª legislatura*, Em 7 de Setembro de 1925, Typ. Sem identificação. [consul. 19 Mar. 2018]. Disponível na internet: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000003.html>>>.

ESTADOS UNIDOS (Collections of The Henry Ford). *Report of the exploration of the Tapajos valley*, Brasil, 1928. [consul. 8 Mai. 2019]. Disponível em: <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/423026#slide=gs-366819>>>.

ESTADOS UNIDOS (Collections of The Henry Ford). *Jorge Villares with Work Crew, Fordlandia*, Brazil, 1928, [consul. 8 mai. 2019]. Disponível em: <<www.thehenryford.org>>.

ESTADOS UNIDOS (Collections of the Henry Ford). *Tree Burning at night*, Fordlândia, Brazil, 1929, [consul. 19 mai. 2019]. Disponível em: <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/358372#slide=gs-333172>>>

ESTADOS UNIDOS (Collections of the Henry Ford). *Supplies Delivered by Ship*, Fordlândia, Brazil, 1929, [consul. 19 mai. 2019]. Disponível em: <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/445934>>>

ESTADOS UNIDOS (Collections of the Henry Ford). *Plantation Manager John Rogge with Young Rubber Trees in Fordlandia Terraces*, Brazil, 1931, [consul. 19 mai. 2019]. Disponível em: <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/52886>>>

ESTADOS UNIDOS (Collections of the Henry Ford). *Workers clearing the jungle*, Fordlândia, Brazil, 1932, Disponível [consul.19 mai. 2019]. Disponível em: <<<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/358410>>>

ESTADOS UNIDOS (Collections of the Henry Ford). *Young Rubber Trees*. Fordlândia, Brazil, 1936, [consul.19 mai. 2019]. Disponível em : << <https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/199842> >>

ESTADOS UNIDOS (collections of the Henry Ford). *Diseased Rubber Plant*, Fordlândia, Brazil, 1936, [consul.19 Mai. 2019] , Disponível em : << <https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/453084#slide=gs-428855> >>

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Sebastião do Rego Barros). *Relatório apresentada pelo presidente da província do Grão-Pará, Sebastião do Rego Barros, dirigido para a Assembleia Legislativa Provincial*. Em 15 de Agosto de 1854, Typ. Aurora Paraense [Consul.19 Mar. 2018] Disponível na internet:<< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/515>>>.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Sebastião do Rego Barros). *Relatório (Exposição) apresentada pelo presidente da província do Grão-Pará, ao Tenente Coronel Engenheiros Henrique de Beaupaire Rohan por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província*. Em 29 de Maio de 1856, Typ. De Santos e Filhos [Consul. 19 Mar. 2018] Disponível na internet: << <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/517> >>.

PARÁ (província). PRESIDENTE (Couto de Magalhães). *Relatório dos negócios da província do Pará, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às bahias do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna*. Em 15 de agosto de 1864, Pará, Typ. Frederico Rhossard. [Consul. 05 Mar. 2018] Disponível na internet: <<<http://ddsnext.crl.edu/titles/172/items>>>.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Joaquim Raymundo de Lamare). *Relatório da presidência do Pará, apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial*. Em 15 de Agosto de 1867, Pará, Typ. Frederico Rhossard. [Consul.19Mar.2018] Disponível na internet: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/530/000042.html>>>.

PARÁ (Província). PRESIDENTE. (Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides). *Relatório do Pará, apresentado em seção solene de instalação*. Em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Trav. De S. Matheus n° 29. [Consul. 24 Mar. 2019] Disponível na internet:<<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/530/000042.html>>>.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dr. António E. de Sousa Castro) *Mensagem apresentada ao congresso legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de 11ª legislatura*. Em 7 de Setembro de 1923, Typ. Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré. [Consul.05 Mai. 2019] Disponível na internet: <<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>>.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dr. Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 12ª legislatura*. Em 7 de Setembro de 1925, Typ. Sem identificação. [consul.19Mar.2018]. Disponível na internet: << <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/000003.html>>>.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dr. Dionysio Ausier Bentes) *Estatuto da sociedade anônima Companhia Ford Industrial do Brasil*, arquivada na Junta Comercial do Pará com o nº 271. In: LOURENÇO, Elaine, **Americanos e caboclos: encontro e desencontros em Fordlândia e Belterra**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia de Pós-graduação em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, 1998.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dr. Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura, Ed. 2ª Reunião da sua 13ª legislatura*. Em 7 de Setembro de 1928, Typ. Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré. [consul.10Mai.2019]. Disponível na internet: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720437&pesq=lei%202592>>>.

Legislação

BRASIL. *Lei nº 512 de 28 de outubro de 1848. (art. 16º). Secretaria de informação legislativa, Secretaria Geral da Mesa, Senado Federal. Publicação Original [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1848 - vol. 001] (p. 25, col. 1). [consul.28Feb.2019] Disponível na internet:<<*

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=541944&id=14387836&idBinario=15633210&mime=application/rtf> >>

BRASIL. *Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850. [Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850]. Typographia Nacional, 1850. [consul.28Feb.2019] Disponível na internet <<*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM601.htm >>

BRASIL, *Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953. (art. 2º). Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Diário Oficial da União. Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil - 1953, Página 13 Vol. 1] [consul.28Feb.2019] Disponível na internet: <<*
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html> >>

Periódicos

Obs. Base utilizada: << <https://www.bn.gov.br/>>>

A Gazeta, Ano XXII, Nº 6.435, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1927.

A Gazeta, Ano XXII, Nº 6.519, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1927.

A Gazeta, Ano XXII, Nº 6.570, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1927.

A Gazeta, Ano XXII, Nº 6.622, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1928.

A Gazeta, Ano XXVI, Nº 7.697, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1931.

Diário da Noite, Ano III, Nº 779, São Paulo, 11 de maio de 1927.

Diário da Noite, Ano IV, Nº 1051, São Paulo, 1 de março de 1928.

Diário do Rio de Janeiro, Ano XLVI, Nº 139, 12 de junho de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, Ano XLVI, Nº 152, 27 de julho de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, Ano 50, Nº 246, 21 de setembro de 1867.

Diário de Pernambuco, Ano XLIII, Nº 49, 28 de fevereiro de 1867.

Diário Nacional: A Democracia em Marcha. Ano I, Nº 109, São Paulo, 17 de novembro de 1927.

Diário de Nacional: A Democracia em Marcha. Ano I, Nº 203, São Paulo, 7 de março de 1928.

Estado do Pará. Ano I, Nº 3, 11 de abril de 1911.

Gazeta de Notícias. S.A, Nº 8, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1928.

Gazeta de Notícias. Ano XLVIII, Nº 120, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1923.

Jornal do Pará: Órgão Oficial. Ano V, Nº 19, 28 de janeiro de 1867.

Jornal do Pará: Órgão Oficial. Ano V, Nº 101, 03 de maio de 1867.

Jornal do Pará: Órgão Oficial. Ano V, Nº 281, 11 de dezembro de 1867.

Jornal do Pará: Órgão Oficial. Ano VI, Nº 217, 25 de setembro de 1868.

Jornal do Pará: Órgão Oficial. Ano XI, Nº 94, 29 de abril de 1873.

Jornal A Cidade. Ano XII, Nº (não visível), Santarém (PA), 15 de setembro de 1928.

Jornal A Cidade. Ano XII, Nº (não visível), Santarém (PA), 4 de agosto de 1928.

Jornal A Cidade. Ano XIII, Nº (não visível), Santarém (PA), 25 de agosto de 1929.

Jornal O imparcial: Diário Matutino e Independente. Ano II, Nº 405, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1927.

Jornal Diário do Rio de Janeiro. Ano 58, Nº 299, Sábado 30 de outubro de 1875.

Jornal o Paiz. Ano XL, Nº 14.241, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1923.

Jornal A União. Ano XIV, Nº 77, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1923.

O Cruzeiro: Revista ilustrada semanal. Ano III, Nº s/n, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1931.

O Cruzeiro: Revista ilustrada semanal. Ano III, Nº s/n, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1931.

Pacotilha. Ano XLVI, Nº 2.225, Maranhão, 19 de setembro de 1927.

República: Órgão do Partido Republicano Catharinense. Ano I, Nº 280, Santa Catarina, 4 de setembro de 1927.

Livros e Teses

ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros**: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 volumes. Porto, 1993.

AZEVEDO, João, **Os Jesuítas no Grão-Pará suas missões e a colonização**. Ed. extraída de volume digitalizado pelo projeto (*Google Books*). Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

AMEUR, Farid. **Guerra de Secessão 1861 - 1865**, 1ª. Ed, editora L&PM Poket, São Paulo, 2010.

ARAUJO, Sérgio Carvalho. **Vulcanização do látex de borracha natural induzida com o feixe de elétron**, (IPEN) Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Associada a Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

AGUIAR, Leticia. **Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara**, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo, 2009, Tese de Mestrado.

ANDREWS, Thomas. **The controversial carrer of Lansford Warren Hastings: Pionner California promoter and emigrant guide**. University of Southern California, History modern Ph.D., 1971.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, formação social e cultural**, 1ª. Ed *eBook*, Editora Amazon Brasil, Manaus, 2013.

BENCHIMOL, Samuel. **A Amazônia: A Guerra na Floresta**, 2ª. Ed *eBook*, Editora Amazon Brasil, Manaus, 2001.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**, 1º. Ed. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: As cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**, 1º Ed., Coleção Histórica Económica brasileira, Porto Alegre - RS, 2012.

BASTOS, Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 5º Ed., Rio de Janeiro, Biblioteca pedagógica brasileira, Companhia de editora nacional. Vol. 151, 1939.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande Capital e a Agricultura na Amazônia: A Experiência de Ford no Tapajós**, 2º. Ed. Belém, 2012.

COSTA, Francisco. **Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência de Ford no Tapajós**. Dissertação apresentada à Escola interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha na Amazônia**. Ed. Livraria Nobel, São Paulo, 1989.

FILHO, Synesio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – Um ensaio sobre a formação de fronteiras no Brasil**. Ed. Revista e Atualizada, Brasília - DF, 2015.

GARFIELD, Seth. **In Search of the Amazon, Brazil, The United states, and The Nature of Region**. 1º ed., Durham e London, 2013.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. 2010.

HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos**. Ed. brasileira, editora Companhia das letras, São Paulo, 2010.

HOMMA, Alfredo. **História da Agricultura na Amazônia - Da Era Pré-Colombiana ao Terceiro Milênio**, 1º. Ed. Brasília, DF, Embrapa, 2013.

HOMMA, Alfredo. **A Questão da Produção do Conhecimento Regional e a Biodiversidade**. In: LINS NETO, João; LOPES, Maria (Org.), **1912 – 2012 – Cem Anos de crise da Borracha**. 1º. Ed. Belém, PA, 2013.

JÚNIOR, E.C.S; NETO, H.M.D; QUADROS, L.E.G. **O Discurso de Progresso no Interior da Amazônia: Uma análise dos jornais locais de Castanhal-Pará (1977-1982)**. 1º Ed., São Paulo, Editora Gregory, 2017.

KELSEY, Vera. **Seven Keys to Brazil**, 1941. In: RIKER, David, **O último confederado na Amazônia**, 1º. Ed. Amazonas, 1983.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**, 1ª edição, Editora Contexto, São Paulo, 2007.

KIDDER, Daniel. **Sketches of Residence and Travels in Brazil**: Historical and Geographical Notices of Empire, vol. 2, Philadelphia, 1845.

LACERDA, Franciane. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História Programa de Pós-graduação em História Social - Universidade de São Paulo, 2006.

LEAL, Daniel Nunes. **Henry Ford entre a casa-grande e o chão da fábrica**. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, departamento de geografia - Universidade de São Paulo, 2015.

LOURENÇO, Elaine. **Americanos e caboclos: encontro e desencontros em Fordlândia e Belterra**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia de Pós-graduação em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, 1998.

MEIRELES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**, Ed. 2º, Editora Ediouro, Rio de Janeiro, 2004

MARTIN, André. “**Guerra de Secessão**”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) **História das Guerras**. Ed. 1ª, Editora Contexto, São Paulo, 2006.

MARCH, Bloch. **Apologia a História ou O ofício de Historiador**, Ed. brasileira, Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2002.

PEARSON, Henry. **The Roubert Country of the Amazon**, New York, 1911.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Ed. Eletrônica, Belém - PA, Ed. Paka-Tatu, 2003.

PALM, Paulo Roberto. **A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o parlamento brasileiro**, Brasília – DF, 2009.

REIS, Arthur. **A Amazônia e a integridade do Brasil**, 2º Ed., Coleção Brasil 500 anos, Brasília – DF, Senado Federal Congresso Nacional, 2001.

RIKER, David. **O Último confederado na Amazônia**. 1º. Ed. Amazonas, 1983.

SANTOVENIA, Emeterio. **Lincoln**. Ed. Americalee, Buenos Aires – Argentina, 1948.

RUIZ, Ernesto A. **Geography and Diplomacy: The American Geographical Society and the “Geopolitical” Background of American Foreign Policy, 1848-1861**. Northern Illinois University, 1975, Tese de Doutorado.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Artigos

CARDOZO, Luciane; HEIZER, Alda. **Os norte-americanos na missão à Amazônia**, Revista Brasileira de História da Ciência. Vol. 5, nº 1, p. 156 – 170, (2012) [. Consultado. 28 Mar. 2019]. Disponível na internet: <<
https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=671>>

CRULS, Gastão. **Impressões de Uma Visita à Companhia Ford industrial do Brasil**, Revista Brasileira de Geografia. Ano I, nº 4, p. 3 – 26, (1939) [. Consultado. 26 Mar. 2019]. Disponível na internet: << https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf >>

GONÇALVES, Ailton. **A imigração norte-americana e a implantação em Americana e Santa Barbara do Oeste, SP**. Revista Nures. Vol. 11, nº 31, (2015), p. 4, [Consultado. 19 mar. 2018]. Disponível na internet: <<
<https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/viewFile/28689/20157>>>

JEFFERSON, Mark. **Uma colônia americana no Brasil**, Tradução de: The Geographical Review. Vol. 18, 1928, p. 226 – 231. Revista de imigração colonização – Órgão oficial do conselho de imigração e colonização. Ano IV, Nº 4, dezembro de 1943, p. 81. [Consultado. 24 mar. 2019]. Disponível na internet: << <https://imigracaohistorica.com/2018/04/26/imigracao-de-confederados-norte-americanos-no-brasil/>>>

KLEIN, Daniel. **A crise da borracha: a cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX**, História, Histórias – Revista de programa de pós-graduação - UnB, Brasília, (2014), p. 187 - 190. [Consultado. 26 fev. 2018]. Disponível na internet: <<<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/12177>>>

MINARD, Inês Manuel. **Os imigrantes e missionários norte-americanos e suas contribuições para o campo educacional e do trabalho**, artigo apresentado em (ANPUH) XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, (2003), p. 2.

NUNES, Francisco. **A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará**, Revista Tempos Históricos. Vol. 16, (versão eletrônica), 1983-1463, (2012), pp. 99 – 126 [. Consultado. 17 Abr. 2018]. Disponível na internet: <<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/8099/5992>>>

NAZENTE, Nestor. **Arquitetura utopista na floresta amazônica**, XIV ENTAC - Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, Juiz de Fora, (2012), pp. 657 – 665.

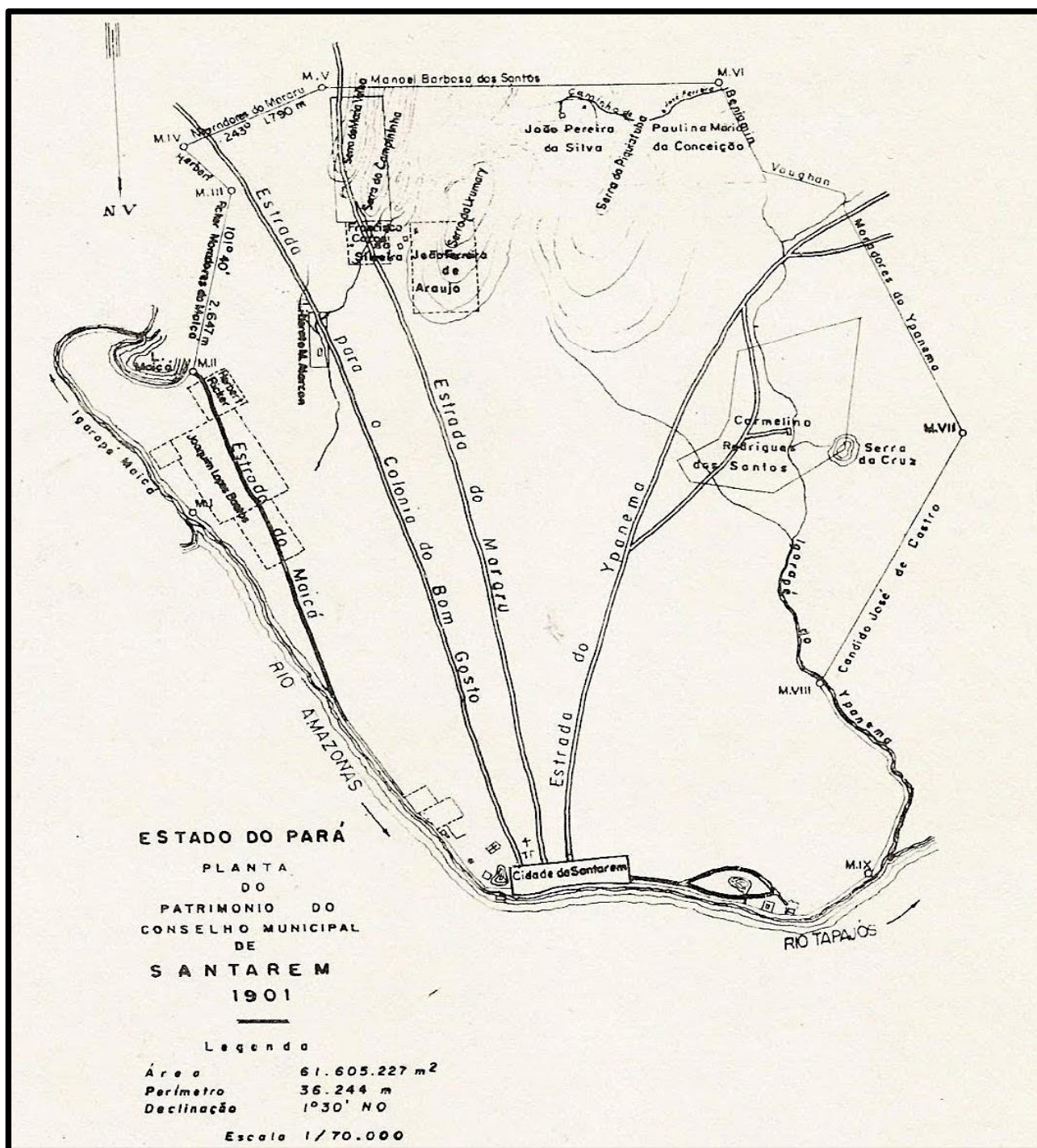
PEREIRA, José. **Cidade na floresta: Belterra, a experiência da *plantation* de seringa de Henry Ford na Amazônia brasileira (1934-1945)**, *en avanses del cesor*, Ano X, vol. 10, (2013), pp. 129 – 150.

RIOS, José, **A imigração de confederados norte-americanos no Brasil**. Revista de imigração colonização – Órgão oficial do conselho de imigração e colonização. Ano IX, Nº 3, setembro de 1948, p. 5. [Consultado. 4 mar. 2019]. Disponível na internet: <<<https://imigracaohistorica.com/2018/04/26/imigracao-de-confederados-norte-americanos-no-brasil/>>>

SENA, Cristovam. **Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia**, Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantã – vol. IV (2), julho – dezembro 2008, p.89 – 108.

URBINATI, Inoã. **Os males do presente e as esperanças do futuro: Considerações sobre escritos de um liberal oitocentista**, artigo apresentado em de (ANPUH) XIV Encontro Regional, Memória e Patrimônio – Rio de Janeiro, (2010), p. 2. [. Consultado. 17 fev. 2019] Disponível na internet : <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276720718_ARQUIVO_Osmallesdopresenteeasesperancas dofuturo-texto.pdf>>

ANEXOS



Anexo 1: Estradas abertas para integrar as colônias a cidade Santarém, em 1875, consul. 27 mar. 2019.
Disponível em: < <https://histormundi.blogspot.com/2016/01/os-confederados-na-amazonia.html?showComment=1554227336075#c645735771855840837> >



Anexo 3: Fotografia com o título “confederados norte-americanos na amazônia”, em Biblioteca Nacional Digital brasileira. consul. 27 mar. 2019. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298856/mss1298856.jpg >.



Anexo 4: Exemplo de barco que fazia a distribuição da borracha pelos rios da Amazônia, conhecidos como “regatões”, 1936, Fonte: PEARSON, Henry, 1911, *The Rubber Country of the Amazon*, p.41



Anexo 5: Mapa de Fordlândia, 1936, em acervo digital : “the Henry ford”, consul. 28 Mar. 2019. Disponível em :< <https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/421591> >



Anexo 6: Casa no estilo norte-americano, Fordlândia, 1932, consul. 28 abr. 2019 disponível em: <
<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/453073#slide=gs-428834>>



Anexo 7: Frente de uma casa no estilo norte-americano, Fordlândia, 1932, consul. 28 abr. 2019 disponível em: < <https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/453073#slide=gs-428834>>



Anexo 8: Frente de uma casa no estilo norte-americano, Fordlândia, 1932, consul. 28 abr. 2019 disponível em: <
<https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/artifact/453073#slide=gs-428834>>



Anexo 9: Crachás dos trabalhadores com o número de identificação e a sigla C.F.I.B (Companhia Ford Industrial do Brasil), 1932, Fonte: thehenryford.org